

# Cadernos do *Lepaaraq*

VOL. IX Nº17/18 2012

ISSN 2316 8412



Textos de  
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Instituto de Ciências Humanas  
Universidade Federal de Pelotas

Cadernos do  
*Lepaarq*

*Textos de*

*Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

Vol. IX | nº17/18 | 2012 | ISSN 2316 - 8412



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

### *Reitor:*

Prof. Antonio Cesar Gonçalves Borges

### *Vice-Reitor:*

Prof. Manoel Luiz Brenner de Moraes

### *Pró-Reitora de Graduação:*

Prof.<sup>a</sup>. Eliana Póvoas

### *Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:*

Prof. Manoel Maia

### *Pró-Reitor de Extensão e Cultura:*

Prof. Luiz Ernani Ávila

### *Pró-Reitor Administrativo:*

Prof. Élio Paulo Zonta

### *Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:*

Prof. Rogério Knuth

## INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

### *Diretor:*

Prof. Sidney Gonçalves Vieira

### *Vice-Diretora:*

Prof.<sup>a</sup>. Lorena Almeida Gil

## LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

### *Coordenador:*

Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira



### **Editora e Gráfica Universitária**

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS

CEP 96010-150

Fone/fax:(53)227 3677

e-mail: editoraufpel@uol.com.br

Ficha catalográfica: Aydê Andrade de Oliveira –  
CRB 10/864

## EDITORIA – CADERNOS DO LEPAARQ

### *Editoria:*

#### *Editores Responsáveis*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira

### *Conselho Editorial:*

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Prof. Dr. Charles Orser Jr.

(Illinois State University, EEUU)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Lourdes S. Dominguez (Pesquisadora da  
Oficina del Historiador de La Habana e integrante  
da Academia de Ciencias de Cuba)

Prof. Dr. Luiz Oosterbeek (IPT – Portugal)

Prof. Dr. Saul Milder (UFSM)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Adriana Schmidt Dias (UFRGS)

Prof. Dr. Francisco Pereira Neto (UFJF)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Zulmira Newlands Borges (UFSM)

Prof. Dr. Airton Luis Jungblut (PUC-RS)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Katya Vietta

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Helen Gonçalves (UFPEL)

### *Conselho Consultivo:*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Nirce Saffer Medvedovski (UFPEL)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Neiva Bohns (UFPEL)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ana Rosa Cruz (IPT – Portugal)

Prof. Dr. Arno Kern (PUC-RS)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Helena Sant'Ana (UNISC)

Prof. Me. Walmir Pereira (MARS)

### *Secretaria Editorial:*

Rafael Guedes Milheira

### *Editoração e Projeto Gráfico:*

Chaiane Alves Quadrado

CADERNOS DO LEPAARQ - Textos de Arqueologia,  
Antropologia e Patrimônio. Laboratório de Ensino e  
Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. Pelotas, RS:  
Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.9, n.17/18,  
2012.

Semestral

ISSN impresso 1806-9118

ISSN eletrônico 2316-8412

1. Arqueologia - Periódico. 2. Antropologia - Periódico. 3.  
Patrimônio - Periódico. I. Laboratório de Ensino e Pesquisa  
em Antropologia e Arqueologia.

CDD 930.1

# SUMÁRIO

## PÁGINA

### EDITORIAL

Rafael Guedes Milheira

05

### DE PASSADOS POSSÍVEIS: REFLEXÕES SOBRE DISCURSO(S) E PATRIMÔNIO(S)

Martha Helena Loeblein Becker Morales

07

### INSCRIÇÕES NO TEMPO E IDENTIDADE: O IDOSO NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA, VÍNCULO COM O FUTURO OU ESTIGMA DE FINITUDE?

Daniele Borges Bezerra e Tatiana Bolivar Lebedeff

27

### AS PRÁTICAS DE VELAMENTO NA CIDADE DE BAGÉ-RS-BRASIL - CULTURA MATERIAL E VISUAL

Elaine Tonini Bastianello e Fábio Vergara Cerqueira

49

### CASA, RUA E A FLUIDEZ DE SUAS FRONTEIRAS: DIÁLOGOS ETNOGRÁFICOS E REFLEXIVOS SOBRE O FENÔMENO “POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA”

Tiago Lemões da Silva

67

### ASPECTOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO RIO GRANDE DO SUL: O CASO DO TOMBAMENTO DOS BENS MÓVEIS PERTENCENTES À BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO

Guilherme Dias

89

### RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO DE RESTAURO DE UM LEQUE MANDARIM, ACERVO DO MUSEU MUNICIPAL PARQUE DA BARONESA, PELOTAS-RS

Isabel Halfen da Costa Torino e Andréa Lacerda Bachettini

107

### PRIMEIRA JORNADA DE DIVERSIDADE SEXUAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. PELOTAS, 16 E 17 DE NOVEMBRO DE 2011

Fábio Vergara Cerqueira e Anderson Cruz Nunes

129

## E D I T O R I A L

O nono volume dos Cadernos do LEPAARQ consolida, mais uma vez, a qualificada sinergia entre as áreas de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, temas esses que pautam a existência desse periódico acadêmico.

O primeiro artigo, de autoria de Martha Helena Loeblein Becker Morales, versa sobre as louças que compõem coleções do Museu Paranaense. Na interface entre arqueologia e história, a autora aborda a arqueologia histórica e as coleções de louças a partir de uma perspectiva do discurso, embasado-se no conceito de Michel Foucault. Abordando o conceito de patrimônio, busca visualizar os efeitos práticos do discurso teórico elaborado pelos especialistas. Por fim, a autora invade o tema da museologia, abrindo o espaço necessário aos caminhos futuros da pesquisa arqueológica.

O trabalho de Daniele Borges Bezerra realiza, através de uma revisão bibliográfica, um curso pelo conceito de memória, desde a filosofia platônica. Pensa, a partir de aspectos teóricos, o significado da memória enquanto símbolo resultado das experiências humanas, as quais são vividas e registradas compondo identidades.

Elaine Maria Tonini Bastianello e Fábio Vergara Cerqueira emergem no mundo das práticas rituais de velamento na cidade de Bagé, como uma forma de examinar a história do cotidiano e compreender as transformações sociais manifestas nos rituais de morte. Através da cultura material os autores buscam registrar comportamentos cotidianos da sociedade bajeense, seus valores religiosos e morais, o que revela importantes aspectos da memória coletiva.

O fenômeno das populações em situação de rua é o tema do artigo de Tiago Lemões da Silva. A partir de convergências entre estudos etnográficos sobre família, grupos populares e populações em situação de rua, embasadas em leituras antropológicas e

sociológicas, o autor estuda populações do centro da cidade de Pelotas-RS percebendo continuidades entre essas esferas sociais.

O quinto artigo de autoria de Guilherme Dias discorre sobre um assunto bastante negligenciado nos discursos sobre patrimônio que é o tombamento dos bens móveis. Com um foco nos bens móveis da Biblioteca Pública do Estado, o autor reflete sobre a categoria de patrimônio edificado como preponderante e contraria a lógica da “pedra e cal”.

Dois relatórios finalizam esse volume dos Cadernos do LEPAARQ. O primeiro relata a intervenção de restauro de um leque mandarim proveniente do acervo do Museu Municipal Parque da Baronesa, Pelotas-RS, de autoria de Isabel Halfen da Costa Torino Andréa Lacerda Bachettini. O segundo relatório, de Fábio Vergara Cerqueira e Anderson Cruz Nunes, refere-se às atividades da Primeira Jornada de Diversidade Sexual, realizada no ano de 2011, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Boa leitura!

Rafael Guedes Milheira  
Coordenador do LEPAARQ  
Editor dos cadernos do LEPAARQ

# De Passados Possíveis: Reflexões Sobre Discurso(s) e Patrimônio(s)

Martha Helena Loeblein Becker Morales<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Este artigo procura refletir acerca do passado como categoria discursiva, ancorado na contribuição teórica de Michel Foucault. Por meio de levantamento e discussão bibliográfica que contempla, em especial, os campos da História, da Arqueologia e do Patrimônio, objetiva-se ponderar sobre a construção conceitual em torno do estudo do passado, conforme desenvolvimentos teóricos recentes. Parte inicial de um trabalho mais amplo, este é um texto que convida o leitor a conhecer e situar alguns debates centrais para questões tão atuais quanto problemáticas como a gestão pública do patrimônio cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Passado, Discurso, Patrimônio.*

---

**ABSTRACT:** This article reflects upon the past as a discursive analytical category, based on Michel Foucault's theoretical contributions. Through a bibliographical survey and analysis regarding especially the fields of History, Archaeology and Heritage, the purpose is to shed light on the conceptual framework construction of the study of the past, considering recent theoretical developments. As part of a bigger project, this is a text that invites its reader to know and to place some of the key debates surrounding issues as current and problematic as the public management of cultural heritage.

**KEY-WORDS:** *Past, Discourse, Heritage.*

---

## Introdução

O passado, como substantivo, está situado naquele lugar do tempo no qual não se pode chegar a não ser nas mais inventivas das

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, Brasil, sob orientação da Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni. Bolsista do Programa REUNI de Assistência ao Ensino.

ficções. Como adjetivo, qualifica outros substantivos, podendo atribuir-lhes apenas com o poder da palavra contornos positivos ou negativos. Todavia, o que pretendo abordar neste artigo é o passado como *discurso*. Para tanto, assumo aqui o conceito desenvolvido pelo filósofo francês Michel Foucault, que o define como “um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (Foucault, 2010, p. 122), algo a ser aprofundado em seguida.

Proponho esta discussão a fim de fundamentar futuras análises acerca da mudança do conceito de cultura material no saber e no fazer arqueológico, ao longo da segunda metade do século XX, uma das questões centrais na pesquisa de doutorado que desenvolvo atualmente tendo como objeto coleções arqueológicas do Museu Paranaense. A respeito deste trabalho mais amplo, neste momento, destaco apenas que nele procuro salientar a contribuição da Arqueologia Histórica para as mudanças supracitadas. Dessa forma, proceder a um debate localizado na fronteira disciplinar turva, na qual se encontra esta subárea da Arqueologia faz necessário examinar o estatuto do passado como uma construção simultânea operada por vários campos científicos e seus diferentes discursos. Se aqui pareço limitá-la às observações historiográficas e arqueológicas, isso se deve ao direcionamento da pesquisa, mas desde já reconheço que a Literatura, a Biologia e, mesmo, a Física podem oferecer suas próprias noções temporais e filosóficas acerca do que consiste esse terreno dito ‘passado’.

Portanto, divido este artigo em três tópicos centrais que se vão articulando com o andamento do texto. Parto das premissas elaboradas por Foucault para melhor expor a questão discursiva, para então explorar alguns autores que se valeram direta ou indiretamente de suas ideias nos campos historiográfico e arqueológico. Atinjo, enfim, a problemática do Patrimônio, onde acredito ser possível visualizar os efeitos práticos do discurso teórico elaborado pelos especialistas. Às considerações finais, reservo uma primeira incursão no assunto ‘museu’, a partir da

confluência dos aspectos abordados, abrindo o espaço necessário aos caminhos futuros da pesquisa.

### **Foucault e o discurso: algumas premissas teóricas**

Tema recorrente nos escritos de Foucault, o *discurso* é abordado pelo autor como uma prática, ultrapassando os limites da estrutura linguística. Prática, esta, sujeita a regras de formação, condições de existência – bem como de manutenção, modificação e desaparecimento – e limites demarcados pela dupla conceitual, de igual destaque na obra do filósofo, formada pelo *saber/poder*. Para que fiquem claros os conceitos e propostas do autor que, uma vez articulados, guiam este trabalho, pretendo ressaltar algumas das suas ideias, para só então prosseguir ao tema específico da construção discursiva do passado.

Em *A Arqueologia do Saber*, publicada originalmente em 1969, Foucault aponta as mudanças flagrantes que vem observando no campo historiográfico, já na sua introdução, onde se lê que:

*a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações (Foucault, 2010, p. 7)*

São alterações específicas do campo da História que chamam a atenção do filósofo por este considerar a prática historiográfica como o discurso responsável por conceder, ou

retirar, status à massa documental que compõe uma sociedade. Portanto, o interesse do autor transpõe as barreiras disciplinares próprias da Academia, uma vez que procura entender as relações de poder que permeiam o saber, exteriorizadas pelo discurso enquanto prática que define campos estabelece ligações, exclui, limita e, finalmente, liberta.

Foucault mostra-se enfático ao destacar a separação entre poder e verdade como uma quimera – poderia ser dito o ‘poder de atribuir sentido de verdade a’ – e na sua extensa elaboração do método dito ‘arqueológico’ esclarece o raciocínio que o leva a esta conclusão. *A Arqueologia do Saber*, assim, é um livro denso, atravessado por inúmeros conceitos, alguns apresentados inclusive em comparação a outras vertentes, como na contraposição do seu método ao da clássica História das Ideias. Outros, por sua vez, são reafirmados ou aprofundados, ao longo da narrativa, como é o caso do *discurso*, evocado a cada novo capítulo num jogo constante onde o que não o define compõe sua própria definição.

Para os propósitos deste artigo, cabe destacar no que consiste a *prática discursiva*, em suas palavras, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2010, p. 133). Com isto fica ilustrado um ponto central do pensamento foucaultiano – um discurso não é naturalmente dotado de verdade, mas de história. História no sentido de processo formador que lhe confere fronteiras e apara-lhe quaisquer arestas que não condigam com os objetivos daquele grupo ou instituição que lhe autoriza.

Assim sendo, torna-se importante também lembrar como o autor conceitua as *relações discursivas*, que se encontram no limite do discurso, “*oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes, (...) determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc..*” (Foucault, 2010, p.

51). Em suma, o discurso, enquanto prática, é formado por e dá forma a relações marcadas por um determinado saber, embebido em poder, numa interação conduzida por aspectos e situações históricas sempre mutáveis e passíveis de substituição. A proposta de Foucault e seu método arqueológico de análise, enfim, é buscar a compreensão do discurso na singularidade que lhe é própria, a partir das condições que lhe permitiram existir e das possibilidades discursivas que excluiu.

Conforme comentei, o tema do discurso não ficou restrito a apenas esta publicação, sendo a aula inaugural no Collège de France, em dezembro de 1970, dedicado ao mesmo assunto. Nesta fala, o autor reafirmou sua concepção de discurso como prática sujeita aos aspectos históricos que lhe cercam, enfatizando aquilo que identifica como três interdições – o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado, ou exclusivo, do sujeito falante (Foucault, 2008, p. 9). Resumidamente, com estes três tópicos, Foucault desenvolve que não se pode falar de tudo, em qualquer circunstância, tendo como emissor um indivíduo qualquer, ou seja, os temas abordados passam por uma espécie de filtro que leva em consideração a situação na qual se fala e o estado autorizado do falante.

Entre os vários outros pontos relacionados pelo filósofo em sua aula inaugural, há pelo menos mais dois que convêm salientar nesta exposição. O primeiro é a *vontade de verdade*, noção que ganha maior significado quando entendida no plural, como um sistema de exclusão apoiado, em geral, por um suporte institucional (Foucault, 2008, p. 17). Na perspectiva de Foucault, são estas vontades, mutáveis e dotadas de uma tendência homogeneizante, que definem a valoração, distribuição e desqualificação do saber em uma determinada época ou lugar.

Quanto ao outro ponto que quero destacar, trata-se da *disciplina*. Mostra-se pertinente ao ser conceituada por Foucault como

*um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor (Foucault, 2008, p. 30)*

Nesta delimitação, o autor aponta uma forma de controle sobre a produção do discurso e, assim, seu raciocínio parece atingir um ponto crucial: saber e poder, unidades inseparáveis e mutuamente determinantes operam, sustentadas por uma instituição ou grupo, uma prática discursiva conformada a vontades de verdade, dando forma a uma disciplina, delineada por um horizonte teórico específico. Pelo que Foucault assevera, caberia a nós, pesquisadores, “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (Foucault, 2008, p. 51). Essa, enfim, é sua proposta de análise do discurso.

É oportuno lembrar que a Análise do Discurso é um campo da Linguística que, em sua vertente francesa, tem nas ideias de Foucault uma de suas bases, embora conte com seus próprios dispositivos analíticos, congregando ainda influências do Marxismo e da Psicanálise (Orlandi, 2010, p. 19). Esta foi apenas uma das muitas apropriações a que o pensamento foucaultiano foi submetido nas últimas décadas. Sara Mills, pesquisadora britânica, avalia que o impacto foi especialmente grande no desenvolvimento das teorias feminista e pós-colonial (Mills, 2003, p. 29), sendo esta última impulsionada por Edward Said e suas considerações acerca do Oriente como construção discursiva do Ocidente (Said, 2007). Na extensa análise que Mills faz do corpo da obra de Michel Foucault, suas conclusões apresentam uma síntese interessante do que a

leitura destes textos pode trazer como sugestão ao pesquisador: seja cético, não faça julgamentos de segunda mão, não generalize demais e concentre-se em problemáticas, não em temas. Ainda que a morte prematura do filósofo em 1984 tenha deixado mais interrogações do que respostas, são as inquietações e o desconforto que suas palavras geram até hoje que continuam a influenciar inúmeros autores, em diversas línguas, a exercer o discurso como uma prática que, sim, limita e reduz, mas, também, inspira e liberta.

### **O passado em litígio: História e Arqueologia em diálogo com Foucault**

Michel Foucault é uma influência importante, embora não seja unânime, nas áreas acadêmicas voltadas ao estudo do passado. Autores como Margareth Rago, Alfredo Veiga-Neto e Durval Muniz de Albuquerque são alguns dos exemplos nacionais do impacto que temas como o discurso e a dupla saber/poder tiveram no campo historiográfico.

Rago e Veiga-Neto foram os compiladores da obra *Para uma vida não-fascista*, resultante do V Colóquio Internacional Michel Foucault, realizada em novembro de 2008. Os autores dos capítulos, com suas próprias especialidades e orientações teórico-metodológicas, compartilhavam uma

*crítica ao crescimento desenfreado das formas biopolíticas de controle social, na denúncia da violência das formas de exclusão e estigmatização que imperam socialmente e na tentativa de explicar como foi que a antiga autogestão da esfera dos negócios e da política se transformou na conhecida gerência dos bens privados das elites, em especial das que se apropriam do Estado e das*

*instituições, implantando absurdos regimes de verdade como naturais, absolutos e universais* (Rago; Veiga-Neto, 2009, p. 11)

Albuquerque, por sua vez, com tons de homenagem, lançou *História – A arte de inventar o passado*, em 2007, no qual reuniu artigos dedicados à reflexão sobre a escrita da História, sempre com o devido destaque aos nomes que considerava importantes para a historiografia contemporânea, com especial relevo ao filósofo francês. Articulando pensadores como Foucault, Paul Ricoeur e Michel de Certeau, o autor acredita que,

*ao darem primazia à análise das atividades descritas como culturais ou mais ligadas ao campo das práticas simbólicas, das mentalidades, do imaginário ou dos discursos, também irão contribuir para que a dimensão inventiva humana e da própria historiografia fosse ressaltada. Objetos e sujeitos se desnaturalizam, deixam de ser metafísicos e passam, pois, a ser pensados como fabricação histórica, como fruto de práticas discursivas ou não, que os instituem, recortam-nos, nomeiam-nos, classificam-nos, dão-nos a ver e a dizer* (Albuquerque, 2007, p. 21)

O autor produz uma narrativa quase pessoal, através de uma incursão nas problemáticas que marcaram sua carreira acadêmica, como a relação por vezes incômoda entre História e Literatura e a categoria de gênero como um conceito que perpassa as fronteiras disciplinares e gera debates ferrenhos. Para explicar como lidou com tais questões, Albuquerque demonstra os

posicionamentos teóricos de diversos dos autores que marcaram suas opções.

Em termos internacionais, acredito que dois nomes da historiografia britânica devam ser lembrados: Keith Jenkins e Alun Munslow. *A história repensada*, do primeiro, publicada originalmente em 1991, assumiu a tarefa de responder aos iniciantes no que consistia a História, mas de uma forma diferente dos seus antecessores – o autor parte do princípio de que essa ciência humana, a que há tanto tempo muitos se dedicam, é um discurso sobre o passado, entre tantos outros possíveis (Jenkins, 2007, p. 24). A reflexão de Jenkins se assemelha aos conselhos que Mills extrairia de sua leitura atenta aos escritos de Foucault, anos mais tarde. A narrativa se apresenta fracionada entre responder a questão conceitual, para depois aplicá-la aos problemas específicos dos debates historiográficos do momento e, então, relacioná-la à posição teórica assumida pelo próprio autor.

Mais recentemente, no livro *Desconstruindo a História*, de Munslow, a preocupação em verificar o quanto a História seria capaz de tratar do conteúdo do passado foi o mote central (Munslow, 2009, p. 9). O autor se debruça sobre um debate que ganhou fôlego com Hayden White, na década de 1970, no qual História e Literatura tiveram suas fronteiras postas em xeque, acrescido do conflito teórico imposto pela condição pós-moderna, e traz uma visão bastante tingida pelas cores do pensamento foucaultiano. No seu entendimento,

*toda interpretação histórica é apenas mais uma de uma longa cadeia de interpretações, cada uma geralmente procurando estar mais próxima da realidade do passado, mas cada uma sendo apenas outra reinscrição do mesmo acontecimento, com cada sucessiva descrição sendo um produto da imposição*

*do historiador no nível do tropo, do enquadramento, da argumentação e da ideologia (Munslow, 2009, p. 54)*

Guardadas suas diferenças, Jenkins e Munslow, assim como Rago, Veiga-Neto, Albuquerque e tantos outros, partem do raciocínio de Foucault para expor a disciplina histórica, historiográfica, como um relato, um discurso **sobre** o passado que não se equipara ao passado entendido como tempo transcorrido, enquanto experiência vivida – quando este ainda era presente.

Dessa forma, chego à problemática fundamental deste artigo – o passado como discurso. E, embora esteja partindo de observações de cunho historiográfico, refiro-me a uma questão que atingiu também o cerne do debate arqueológico nas últimas décadas, graças à emergência do Patrimônio como um conceito que se quer abrangente a toda a espécie humana.

No que diz respeito à bibliografia especializada da Arqueologia, autores brasileiros, como Funari e Bastos, e europeus, como Jorge e Oosterbeek, têm se envolvido com frequência nos debates acerca do passado como um bem social configurado por políticas públicas de patrimônio. Pedro Paulo Funari, com várias publicações sobre o assunto, transparece em seu posicionamento a influência de Foucault. Na publicação *Patrimônio Histórico e Cultural*, por exemplo, escrita em coautoria com a historiadora Sandra Pellegrini, o patrimônio aparece como um aspecto que ganha força com os Estados Nacionais, atrelado ao conceito de identidade. Seu caráter de *construção* se sobressai conforme os autores demonstram como as mudanças históricas afetam a definição do patrimônio, em especial depois da II Guerra Mundial:

*os próprios conceitos de ambiente e cultura sofreram alterações. O meio ambiente e a cultura foram, muitas vezes, valorizados por seu caráter único e*

*excepcional. Com o despertar para a importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais raro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir o excepcional (Funari; Pellegrini, 2009, p. 24-25)*

A referência a Foucault não é direta, mesmo assim fica claro que o patrimônio consiste, em última instância, num conceito historicamente localizado, sujeito às mesmas formulações associadas ao discurso no tópico anterior. Bastos, Jorge e Oosterbeek também não precisam citar o nome do filósofo francês em suas bibliografias para que seus textos tragam as inquietações e reformulações intensificadas por aqueles que, se não inspirados pelas proposições de Foucault, ao menos se viram na posição de responder suas colocações. Se a história, ou a arqueologia, é discurso, quem detém o poder de escrevê-la? Quem a desautoriza ou substitui? Quem atribui valor ao passado?

Rossano Lopes Bastos organizou com Fernanda Soares a coletânea de artigos *A Arqueologia na Ótica Institucional*, em 2007. O objetivo da publicação seria “sensibilizar profissionais da arqueologia, autoridades e população a participarem de um processo de formação de uma prática reflexiva e conscientizadora sobre as ameaças da extinção do patrimônio histórico e cultural brasileiro” (Bastos; Soares, 2007, p. 3).

Em Portugal há, igualmente, uma preocupação em refletir sobre as políticas públicas dispensadas pelas autoridades do governo ao trato dos bens arqueológicos. Vítor Oliveira Jorge publicou o livro *Arqueologia, patrimônio e cultura*, em 2000, onde buscou ponderar acerca de sua identidade de arqueólogo, tocando

em assuntos pouco associados pelo público leigo a sua profissão, como a garantia do direito à cidadania.

Jorge menciona o caráter conservador da Arqueologia, como “ciência das coisas antigas” (Jorge, 2000, p. 57), o que acredita facilitar o lugar comum do objeto raro, bonito. Tal fetichização do antigo, na opinião do autor, produz uma sensação de suspensão do tempo, criando um elo com o passado a partir da materialidade. Contudo, o arqueólogo português defende uma prática arqueológica que reconheça sua qualidade de incerteza, pois, se o antiquário era capaz de dizer de que época era ou qual função tinha determinado objeto, caberia ao arqueólogo de hoje, por outro lado, esclarecer que “fomos nós que inventamos que determinados sítios são arqueológicos, e fomos nós que inventamos que esses sítios têm uma documentação preciosa para a compreensão daquilo que levou a que hoje sejamos como somos” (Jorge, 2000, p. 107).

Ideias semelhantes compõem a coletânea de nove artigos reunidos por Luiz Oosterbeek em *Arqueologia, Patrimônio e Gestão do Território*, de 2007, na qual surgem também os debates mais recentes da Europa alinhados ao caso brasileiro. Entendendo o passado não como algo que nos explica, mas como o instrumento através do qual explicamos a nós mesmos (Oosterbeek, 2007, p. 89), o autor lamenta algumas das atitudes entre arqueólogos, com especial atenção ao caso de Portugal. Talvez o que mais lhe chame a atenção seja a ausência da *tranquilidade do erro*, ou seja, daquela abertura assumida à contradição. A seu modo de ver,

*é por isso que, não raro, as “novidades arqueológicas” são divulgadas como certezas incontestáveis, como produtos industriais, e não como resultados em processo. Falta isso e falta a tranquilidade de errar, de afirmar sem ter a certeza absoluta, de publicar resultados*

*preliminares e de os submeter ao  
contraditório (Oosterbeek, 2007, p. 97)*

Tanto Jorge quanto Oosterbeek insistem na necessidade de esclarecer ao grande público que a Arqueologia não é uma ciência exata, no mais estrito dos sentidos. Como uma ciência humana, social, poderia ganhar, enfim, a liberdade de refletir e questionar sem precisar de respostas absolutas ou finais, apenas de construções discursivas que contemplem também o incerto, o acaso, o universo das possibilidades do homem.

Na confluência de História e Arqueologia, arrisco-me a dizer, encontramos o Patrimônio. Não só porque ambas as disciplinas, tão em débito aos intelectuais oitocentistas, ocupem-se do passado, a moeda gerida pelas políticas patrimoniais, mas porque a forte tradição textual carregada pela atividade historiográfica – discurso, literalmente – cria um composto excepcional quando associado ao interesse primeiro da Arqueologia pela concretude e aparente irrefutabilidade dos vestígios materiais. Daí surge o patrimônio como o passado tangível.

### **Patrimônio tangível: passado como discurso**

Um dos primeiros autores a se dedicar a uma reflexão sistematizada sobre o passado como uma construção que rompe barreiras disciplinares foi David Lowenthal, ainda na década de 1980, permanecendo até hoje uma referência importante aos estudiosos do patrimônio. Sua obra intitulada *The Past is a Foreign Country* [O Passado é um País Estrangeiro], conta com três divisões fundamentais: Querendo o passado; Conhecendo o passado; e Mudando o passado (Lowenthal, 1985). Foi essa a forma que o autor encontrou para abordar o passado não como uma entidade avulsa, que paira no tempo, mas como algo que somente assume forma quando se toma consciência, no presente, de se estar construindo conhecimento sobre momentos que já se foram.

Essa simultaneidade de passado e presente fica clara quando Lowenthal afirma que “a necessidade de usar e reutilizar o conhecimento memorial, e de esquecer assim como lembrar, forçamos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as coisas lembradas de acordo com as necessidades do presente” (Lowenthal, 1985, p. 194)<sup>2</sup>. Suas observações questionam quaisquer sentidos que se possam querer atribuir a termos como resgate, restauro, reconstrução, pois o ato de lembrar/esquecer em suas páginas fica evidenciado como um processo criador que seleciona, exclui e substitui. Além disso, o autor aponta três aspectos limitadores do conhecimento que se pode almejar acerca do passado: em primeiro lugar, sua imensidão – a improbabilidade de que se tenha registrado a tudo; em segundo lugar, a diferença fundamental entre o que se passou e o que se relatou a respeito; e, finalmente, a parcialidade inescapável a que o narrador, bem como o receptor, está submetido (Lowenthal, 1985, p. 215-216). Contudo, Lowenthal não pensa nas limitações como aspectos negativos, pois seria justo esta pluralidade de pontos de vista sobre um mesmo tema ou assunto que engrandeceria qualquer narrativa sobre o passado.

Uma das partes mais interessantes do trabalho de Lowenthal sobre a qual gostaria de dar mais ênfase é a sua análise a respeito das relíquias, consideradas os traços tangíveis do passado. Nelas, também, a simultaneidade passado/ presente transparece na dicotomia resíduo x permanência – a relíquia pode ser algo que caiu em desuso, ou foi mesmo descartado, e sobreviveu ao acaso, sendo reconfigurada como objeto de novo valor, ou pode ser algo intencionalmente preservado, pensado como marco temporal desde o momento da sua criação. Em ambos os casos, uma vez estigmatizado o status de relíquia, tem-se a impressão de

---

<sup>2</sup> No original, “the need to use and reuse memorial knowledge, and to forget as well as to recall, force us to select, distil, distort, and transform the past, accommodating things remembered to the needs of the present”.

congelamento de uma fração do tempo, de um evento ou pessoa, cuja aura é materializada por tal objeto.

Todavia, o autor elenca as vantagens e desvantagens que cercam as relíquias, esse patrimônio tangível, como fonte para o conhecimento do passado. Se, por um lado, estes objetos são mudos, requerendo interpretação, e são responsáveis por conceder a imagem de estabilidade ao passado, por outro, são dotados da capacidade de deslocar a perspectiva em relação às fontes textuais, que por vezes se impuseram como relatos incontestes (Lowenthal, 1985, p. 243-244). Porém, Lowenthal reconhece que também os artefatos podem sofrer alterações à revelia, algo que pode passar despercebido às pessoas, cuja confiança na veracidade do material permanece invariavelmente inabalada.

Outro aspecto, talvez o mais instigante, é a ampla acessibilidade a uma visão de passado que as relíquias são capazes de proporcionar ao público, seja este um transeunte leigo ou um superespecialista. Esta é uma sutileza valorizada por Lowenthal – enquanto as narrativas, relatos e memórias representam o passado, a relíquia é um pedaço físico do passado. Outrossim, o mero exercício de apreciá-la, preservá-la, reproduzi-la ou reformá-la é o suficiente para afetar e transformar a maneira como conhecemos o passado.

Lowenthal insiste no tratamento que reservamos às relíquias, do momento em que as classificamos como tal até a função educativa ou comercial a que as submetemos, porque é do seu interesse examinar os usos que fazemos do patrimônio tangível. A respeito disso, observa que

*falhamos em reconhecer não só por que alteramos a história, mas, frequentemente, que de fato o fazemos. Assim, tendemos a conceber de maneira equivocada o passado como uma verdade fixa da qual outros se afastaram, mas à*

*qual podemos e devemos nos manter irremediavelmente fiéis* (Lowenthal, 1985, p. 326)<sup>3</sup>

No entanto, o autor acredita que a alteração do passado, como conhecimento construído, é algo que não precisamos negar: nós o alteramos para nos tornarmos parte dele, assim como para torná-lo nosso, afirma.

Embora Lowenthal não se refira a esse conhecimento como discurso, acredito que a articulação com as ideias de Foucault seja adequada à reflexão: não caberia à figura do pesquisador identificar a relíquia e dotá-la de valor absoluto, da mesma forma que não convém negá-la como artefato de falso conteúdo histórico. O ganho real está no questionamento dessa seleção, jogo de destaque e exclusão, que atribui status de fonte de conhecimento a este ou àquele artefato – por que uns expõem a relíquia como tal e por que aceitamos ou negamos sua definição?

### Considerações finais

Para tangenciar o ponto da instituição museal, ao final deste artigo, vim até agora conduzindo uma discussão acerca do passado como um conhecimento formulado pelo presente, a partir de diversos autores. O pensamento de Foucault recebeu especial destaque nesta exposição por acreditar que todas as citações e comentários dos demais deviam sua fundamentação às polêmicas introduzidas, ou agravadas, pelo filósofo francês em suas publicações.

Conceitos como discurso, com sua inseparável relação com o saber/poder, e patrimônio, no seu cruzamento teórico com

---

<sup>3</sup> No original, “we fail to recognize not only *why* we alter history, but often *that* we do. Thus we tend to misconceive the past as a fixed verity from which others have strayed, but to which we can and should remain unswervingly faithful”.

História e Arqueologia, pareceram-me cruciais para engendrar o raciocínio sobre o passado que encontramos num espaço como o museu. Além disso, o objetivo ao trazer autores de formações tão variadas era tornar evidente o quanto o estudo do passado pode ser multidisciplinar. De acordo com a historiadora Rubí Sanz Gamo

*os pensamentos nascidos dos filósofos e antropólogos oferecem uma série de elementos que contribuem para a reflexão sobre o problema da apresentação de exposições em museus, a partir da revisão de como foi produzido o discurso científico, o impacto nos conceitos de democracia, diversidade e assim por diante, que põem à disposição dos discursos expositivos diversas sugestões conceituais (Gamo, 2008, p. 101)*

É uma colocação interessante para prevenir a preconcepção de que o passado seria um domínio exclusivo da História – a própria Arqueologia foi convidada ao debate neste artigo, por exemplo. Sugiro, portanto, que seja compartilhada a opinião de Maria Letícia Ferreira, conforme exposta na mesma publicação que a citação acima, de que “o homem contemporâneo vive de passados possíveis” (Ferreira, 2008, p. 54), tendo nas ações patrimoniais interdisciplinares um desejo memorial eivado de escolhas políticas que marcam o que esquecer e o que lembrar.

Quanto ao museu, por excelência o lugar das relíquias de que nos fala Lowenthal, acredito que seja nele que fique mais aberta à apreciação esta relação tão próxima de discurso e passado intrínseca ao que nos habituamos chamar de *patrimônio*. Na tangibilidade das suas exposições, o museu ultrapassa a barreira das disciplinas, dos idiomas, da imaginação, e transmite o passado ao

seu interlocutor. Mas **qual** passado? Essa já é uma questão para reflexão futura.

### Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Introdução. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: \_\_\_\_\_. *História – A arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 19-39
- BASTOS, Rossano Lopes; SOARES, Fernanda (orgs.) *A arqueologia na ótica institucional*. IPHAN, contrato e sociedade. Erechim, RS: Habilis, 2007.
- GAMO, Rubí Sanz. Os museus nacionais no pós-colonialismo. In: CHAGAS, Mario de Souza; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (orgs.) *A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 93-104
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Batalhas no campo da memória e dos museus: disputas sobre o sentido do passado, lutas pelo reconhecimento. In: CHAGAS, Mario de Souza; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (orgs.) *A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 53-70
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELLEGRINI, Sandra. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.
- JORGE, Vítor Oliveira. *Arqueologia, património e cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

- MILLS, Sara. *Michel Foucault*. London: Routledge, 2003. (Critical Thinkers)
- MUNSLow, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- OOSTERBEEK, Luiz. *Arqueologia, patrimônio e gestão do território*. Polêmicas. Erechim, RS: Habilis, 2007.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.
- RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Apresentação: Para uma vida não fascista. In: \_\_\_\_\_ (orgs.) *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Estudos Foucaultianos), p. 9-11
- SAID, Edward W. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Recebido em: 27/05/2012  
Aprovado em: 16/07/2012  
Publicado em: 15/09/2012

**Inscrições no tempo e identidade:  
O idoso na sociedade ocidental contemporânea, vínculo com o  
futuro ou estigma de finitude?**

Daniele Borges Bezerra <sup>1</sup>  
Tatiana Bolivar Lebedeff <sup>2</sup>

---

**RESUMO:** A compreensão de que a identidade ocorre em associação à memória possibilita perceber uma elaboração que acontece paralela a uma noção de tempo. Assim, é possível pensar as experiências que originam a memória a partir de uma série de inscrições simbólicas no corpo, compreendidas a partir de um viés psicanalítico e social sem, contudo, desconsiderar o aspecto neurocientífico de gravação das memórias. Parte-se aqui de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, na tentativa de evidenciar o aspecto inscrito da experiência e o caráter eminentemente linguístico do compartilhamento na constituição da identidade em sociedade. Objetiva-se, a partir disto, uma aproximação entre a relação que a sociedade ocidental contemporânea estabelece com o tempo e o lugar do idoso em sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Inscrição simbólica, Identidade, Velhice, Memória.*

---

**ABSTRACT:** The understanding that the development of identity is associated with memory makes possible the realization of the construction of identity that happens parallel to time. This way it's possible to think of the experiences that create memory as a series of symbolic inscriptions in the body, understood from a psychoanalytic and social point of view, without disregarding the neuroscientific aspects of recording memories. A literature review was done on the topic in an attempt to highlight the bodily aspect of experience and the linguistic sharing of memories in the forming of identity in society. The objective of this was to find an

---

<sup>1</sup> É graduada em Artes visuais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil. Especialista em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública (ESP/RS), Brasil, e Especialista em Saúde Mental Coletiva, pela mesma escola (ESP/RS), Brasil. Atualmente é bolsista da CAPES como aluna do curso de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia do Desenvolvimento, Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil, Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel.

---

approximation of the relationship that contemporary Western society has established with the time and the place of the elderly in society.

**KEY-WORDS:** *Symbolic inscription, Identity, Memory, Aging.*

---

## O registro da memória e o nascimento da identidade

*Da mesma forma, desprovido de memória, é claro que não apenas não poderias recordar-te de que havias tido algum prazer, como também passaria sem deixar rastro algum o prazer do momento presente [...]. Não seria vida de gente, mas de algum pulmão marinho, ou desses animais do mar provido de conchas [...]* (Platão, p. 99).

Em Filebo, dos Diálogos de Platão, a memória enquanto registro proveniente de uma experiência sensível diferencia o ser humano que recorda dos seres desprovidos de memória: “pulmão marinho [...] animais providos de conchas”. Assim, a memória, antes de tudo, é capacidade intelectual que permite aos indivíduos a aquisição de uma consciência de si. Portanto, é possível pensar já nos diálogos de Sócrates com Protarco, uma associação entre memória e identidade. Sócrates evidencia a instauração da pessoa a partir de sensações oriundas da experiência corpórea em comunhão com a alma, contudo, seria demasiado simplista encerrar a questão no âmbito das sensações, é necessário ter consciência desta sensação e simbolizá-la.

A memória, neste sentido, pode ser o veículo de acesso a diferentes concepções de conjunto em circulação entre os grupos. Com isso, o conjunto de memórias que a pessoa dispõe possibilita avaliar, selecionar, enaltecer ou descartar momentos aos quais, no

tempo presente, resignifica sua vida atualizando parte de si<sup>3</sup>, contido nas memórias. A partir disto, deduz-se que as experiências sensíveis são passíveis de registro e é através deste registro que a pessoa apreende o mundo e nele se comunica unindo experiências passadas com o presente e possibilitando um vínculo com o futuro: “Ao que parece primeiro precisaremos saber o que seja memória, ou mesmo, antes dela, o que é sensação, se quisermos elucidar de uma vez para sempre essa questão” (Sócrates *In Platão, idem*). Ao continuar a discussão, Sócrates situa o corpo como mediador da experiência que dá origem às memórias e afirma que de todas as afecções a que o corpo está sujeito algumas se extinguem na superfície própria ao corpo, sem atingir a alma, sendo a alma o lugar de registro que acompanharia a pessoa no curso do tempo. Com isso, o ser humano compartilha da experiência sensível, tal como os animais<sup>4</sup>, mas, é a consciência temporal que os diferencia.

Em Aristóteles a memória encontra uma associação ao tempo: “a memória é do passado” (*apud* Ricouer, 2010, p.35) e Ricouer compreende o pensamento do filósofo grego como a memória num contraste entre o futuro da conjuntura e da espera e o presente da sensação. Tal percepção provém da marca da anterioridade que diferencia o antes e o depois no tempo, uma noção de continuidade alicerçada na experiência vivida em associação a um fluxo contínuo. As noções de percurso temporal<sup>5</sup> e de continuidade no fluxo do tempo na forma de etapas sucessivas, são inerentes à essência da memória e asseguram a distinção entre

---

<sup>3</sup> Candau (2011, p. 61) cita Santo Agostinho para falar do nascimento da consciência de si próprio no indivíduo que toma consciência de suas memórias estendendo a experiência para além das sensações: “é aí que me encontro comigo mesmo” Candau, afirma ainda, que é na duração ou na repetição que surge uma consciência de si.

<sup>4</sup> Izquierdo (1989) fala de memória humana e animal em horizontalidade, entendendo-a como armazenamento e evocação de informações adquiridas através de experiências. Esta aquisição de memórias é denominada aprendizado.

<sup>5</sup> O conceito de *a posteriori* de Freud, abordado em Farias (2008), possibilita compreender a dissimetria entre fato e lembrança: o primeiro relaciona-se à experiência, o segundo trata de uma narrativa construída a partir do primeiro.

memória e imaginação. Através da fixação<sup>6</sup> das experiências em pontos demarcados no fluxo temporal, eventos ou espaços de memória mais amplos é possível observar uma sensação de pertencimento social a partir de uma memória compartilhada.

A memória é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário pertence a todos e a ninguém o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais [...] (Nora, 1993, p. 14).

Assim, as lembranças revisitadas na forma de imagens não assumiriam um caráter de pura imaginação fantasiosa, mas seria forma ou aderência representativa do passado, com forte caráter de semelhança ao objeto lembrado. Desta forma, a experiência da rememoração é identificada a um acontecimento singular que não se repete: “a busca constitui uma espécie de raciocínio” o que Bergson chama de “esforço de rememoração” (Ricouer, 2010, p.38). Os eventos e pessoas lembradas parecem ser os mesmos e é nesta mesmidade do reaparecimento que ocorre a rememoração. É também desta forma, que se dá o aprendizado: “Lembrar-se e saber coincidem inteiramente” e é assim que a história enquanto operação intelectual assume seu estatuto documental sobre os fatos (Ricouer, 2010, p. 42).

Autores como Foucault e Marcel Mauss ampliam esta compreensão à medida que incluem um aspecto político e social de enquadramento da pessoa em sociedade<sup>7</sup>. A experiência como uma

---

<sup>6</sup> No contexto das neurociências, Izquierdo (*op. citado*) fala de quatro fatores que, relacionados à intensidade, determinam a formação ou não de memórias, bem como a resistência à extinção e à interferência sobre as mesmas: seleção, consolidação, incorporação de mais informação, formação de registros que ele chama de *files*.

<sup>7</sup> Roberto Machado ao introduzir o livro *Microfísica do poder* de Foucault (1989), fala de um poder disciplinar que funciona como uma técnica, um dispositivo ou um mecanismo, um instrumento de poder: ‘métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo [...] fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e a manutenção da sociedade industrial, capitalista’ (Foucault, 1989, p. 17).

impressão sobre o corpo e a partir do compartilhamento de técnicas corporais, Mauss (2011). Tanto Foucault (1989), como Marcel Mauss, percebem o corpo como o local a partir do qual a pessoa experimenta e se coloca no mundo. A diferença entre estes autores e Sócrates é a percepção de que a experiência humana é mais complexa que este modelo do tipo concha: corpo x alma, pois, mesmo sendo sentida individualmente é sempre dentro de um conjunto prescritivo<sup>8</sup> de formas de saber, fazer e sentir socialmente partilhados que se configura a pessoa em sociedade. Pressupõem, portando, uma prescrição social, geral, da experiência que geraria um tipo de memória coletiva para além da memória individual de cada pessoa do grupo.

O exemplo do personagem Kaspar Hauser do filme: *O enigma de Kaspar Hauser*<sup>9</sup> ilustra a ausência de códigos sociais que permitam a simbolização das experiências vivenciadas pelo corpo para além do corpo. Kaspar Hauser foi criado em uma instalação subterrânea, isolado de qualquer contato social sem ao menos saber da existência de outros seres humanos até os dezoito anos. Quando foi abandonado em uma praça com um bilhete na mão, mal conseguia caminhar e não possuía uma consciência de si próprio e tampouco uma memória linguística, já que sua experiência, instintiva, foi inscrita em um limitado ambiente de reclusão. Kaspar não teve acesso a nenhum tipo de técnica corporal de seu meio social e, portanto, agia de acordo com a animalidade própria ao corpo concha, desprovido de qualquer código social introjetado na forma de memórias hábito<sup>10</sup>. Por não possuir uma série de

---

<sup>8</sup> Poderia-se falar deste conjunto prescritivo com um mecanismo de regulação na forma da tradição. A tradição aqui compreendida como herança coletiva, legada do passado com função de manutenção, renovação e transmissão do conteúdo simbólico a que se filia a pessoa em sociedade.

<sup>9</sup> Filme alemão: *Jeder für sich und Gott gegen alle* (1974) do cineasta Werner Herzog deu origem ao livro de Izidoro Blikstein intitulado: *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*, destinado ao estudo da semiótica.

<sup>10</sup> Bergson propõe uma distinção entre memória-hábito e memória-lembrança ambas vinculadas a uma experiência anterior, portanto, relacionadas ao tempo. Contudo, a memória-hábito apresenta a característica de continuidade, de um conhecimento adquirido,

comportamentos adquiridos socialmente, a primeira vez que saiu do espaço de isolamento, não foi capaz de reconhecer este mundo que lhe “abriu os olhos ao meio” nos termos de Didi- Huberman (1998, p. 39):

*“Esse objeto que vejo é aquilo que vejo, um ponto nada mais’. Terá assim feito tudo para recusar a temporalidade do objeto, o trabalho do tempo, ou da metamorfose no objeto, o trabalho da memória- ou da obsessão- no olhar [...] ao ostentar um modo de indiferença quanto ao que está justamente por baixo, escondido, presente, jacente [...]”*

Isto que ele vê pela primeira vez, em estado de catatonia, também o vê, o toca, de certo modo, o invade, pois vivencia elementos aos quais não é capaz de compreender e aos quais se sente compelido à compreensão, para tanto, simbólica. Faltam-lhe os códigos<sup>11</sup> sociais aos quais toda criança é introduzida socialmente, à princípio a partir do vínculo materno ou do cuidador.

Nestes termos, a psicanálise, na figura de Winnicott<sup>12</sup> (1983, p. 80) delega à mãe a função de primeira ponte com o mundo. A partir de uma relação inicial simbiótica com a mãe, a mesma passaria a ser o objeto libidinizador<sup>13</sup> que apresenta o

---

ainda no presente (Ricoeur, 2010, p. 43).

<sup>11</sup> Blikstein (1990, p. 20) define signo como algo que substitui ou representa a realidade. Uma teoria semiológica baseada na representatividade que liga um conceito a uma imagem.

<sup>12</sup> O pediatra e psicanalista Winnicott, principal referência para psicanálise da infância, compreende o desenvolvimento infantil a partir do ambiente familiar. Assim, a criança aprende sobre o mundo a partir de uma vinculação com personagens muito próximos a ela, inicialmente a mãe apoiada pela figura do pai, ou na ausência destes o seu cuidador imediato. Estes seriam pontes com o mundo, apresentando à criança a partir de estímulos, paulatinamente, incorporados e simbolizados na forma de um adestramento.

<sup>13</sup> Entende-se por libidinização, um conceito desenvolvido por FREUD (1976) que parte do princípio do prazer. Trata-se de moções do desejo em direção a objetos da realidade. Platão em Filebo (*op. cit.*) fala de uma função da memória na recordação dos prazeres. Contudo, é

mundo à criança tornando possível seu progressivo desligamento do corpo materno e, progressiva, inserção como sujeito no mundo. A partir disto, outras pessoas sociais cumprem a mesma função até que a criança comece a fazer parte de outras estruturas sociais que não a estritamente familiar, tal como a escola por exemplo. O contato crescente com o meio social e a assimilação de regras e padrões compartilhados em sociedade permitem à criança um tipo de formatação ou enquadramento que paulatinamente configura a identidade da pessoa em sociedade. Esta ponte de ligação do sujeito ao mundo permite, portanto, o exercício da imaginação e o desenvolvimento do potencial criativo na área da ilusão, que corresponderia para Winnicott (*idem*) à capacidade de criar o próprio viver. É neste contexto que a memória-hábito de Bergson toma corpo: “faz parte de meu presente do mesmo modo que meu hábito de andar ou escrever; ela é vivida, é ‘agida’, mais do que é representada” (Bergson, 1999, p. 88). Assim, o acúmulo de experiências vai possibilitar através do armazenamento de memórias aprendidas e de memórias afetivas a configuração de uma identidade em sociedade. Um registro de pessoa que integra e se altera coletivamente a partir de associações e contrastes. Para Bergson (*op. cit*) a memória aprendida e reproduzida socialmente a partir do hábito: uma lição decorada, o modo de andar ou de escrever; pertencem a um conjunto de habilidades que estão, por característica, sempre disponíveis, sem que seja necessário aprender novamente no ato em que se executa a ação. O personagem Kaspar não possuía um conjunto de memórias-hábito internalizadas e disponíveis na forma de habilidades socialmente transmitidas e este aspecto, provavelmente seja o que primeiro evidencia, à vista d’olhos, a sua dissonância com relação à sociedade na qual se insere.

---

com o final do princípio do prazer e o início do princípio da realidade em Freud que a pessoa, ainda criança, desenvolve consciência e memória.

---

Percebe-se com o personagem Kaspar Hauser, a intervenção de um poder externo que o condiciona, através de um mecanismo simbólico de controle e vigilância, nos termos de Foucault (1989), alterando seu estatuto de humanidade. Além disso, percebe-se que a ausência total de um treinamento social, nos termos de Marcel Mauss (2011), impossibilita o acesso aos códigos sociais que lhe possibilitariam o próprio ato de memória para além do que perpassa o corpo e as imagens em associação a ele. O exemplo de Kaspar Hauser leva-nos a conclusão de que o ato memorial e a formação de memórias estejam relacionados à capacidade de simbolizar, a menos que se fale de memórias meramente sensoriais: visuais, sonoras, táteis dissociadas de contextos associativos.

Em paralelo à emoção que desencadeia a fixação das memórias, ocorre uma associação entre as “coisas” lembradas e os lugares habitados pelo corpo Ricouer (2010, p. 57). O que ocorre é, portanto, a vinculação das memórias a imagens do local onde se deram as experiências memoráveis. Ricouer fala da distinção feita por Bergson entre “lembança-pura” e lembrança- imagem, sendo a primeira uma que ainda não está posta em imagens e a segunda uma espécie de reconstituição do passado a partir da atribuição de valor e do sonho, uma espécie de encenação (Ricouer, 2010, p. 67-69).

*“Imaginar não é lembrar-se. Uma lembrança, à medida que se atualiza provavelmente tende a viver numa imagem, (...) e a imagem pura e simples só me levará de volta ao passado se eu realmente tiver ido buscá-lo no passado, seguindo assim o progresso contínuo que a trouxe da obscuridade para a luz” (Grifo do autor) (Bergson, 1896 apud Ricouer, 2010, p. 68).*

Com isso, apesar da característica preponderantemente visual das memórias, que denota um aspecto de presença do passado, equivalente ao anulamento<sup>14</sup> da distância e da ausência, destaca-se o aspecto duvidoso da imagem associado à imaginação. Quando o limite entre imagem-lembrança e imagem-imaginação se confunde no campo da percepção, a imagem assume características mágicas e alucinatórias e deixa de ser um traço da memória-pura para ser considerada uma memória-inventada de caráter virtual<sup>15</sup>. Jean Paul Sartre, *L'imaginaire*, (1940) é citado em Ricoeur (*op.cit* p. 69) ao abordar uma diferença essencial entre a tese da lembrança e a da imagem: “Se me recordo de um acontecimento de minha vida passada, não o estou imaginando, eu me lembro dele, [...] como dado-presente no passado” (grifo nosso). O diferencial na percepção da memória-imagem com relação à veracidade da imagem associada a uma memória-pura ou a uma memória-imaginação pode partir do lugar da pessoa que lembra, inserida no contexto da imagem. Neste sentido, a sua incorporação, como dado-presente, no lugar da lembrança a partir da habitação do espaço pelo corpo, corresponde a ver-se e reconhecer-se no passado revisitado na imagem.

### **Inscrição, esquecimentos, compartilhamento e estigma**

A metáfora da impressão do sinete em placas de cera, elaborada por Platão apud Ricoeur (2010), sugere o ato de armazenamento de lembranças na memória enquanto registro da experiência sobre o indivíduo da lembrança, uma inscrição que se

---

<sup>14</sup> Conforme Ricoeur (2010, p. 69) “uma maneira de encenar a satisfação”.

<sup>15</sup> De modo geral as memórias configuram-se como virtuais, até mesmo no campo dos estudos eletrofisiológicos da memória. Embora seja possível estabelecer o local de armazenamento das memórias a nível cortical, Izquierdo afirma não ser possível precisar de que são feitas as memórias. O autor cita Green: “é até concebível que o estado de memória em si seja algum tipo de abstração sem realidade tangível!” ao reconhecer que apesar do empenho científico em torno da questão, a mesma continua sem resposta.

dá por meio dos afetos, deixando marcas semelhantes a uma assinatura:

*Sócrates: Pois então, digamos que se trata de um dom da mãe das Musas Memória: exatamente como quando a guisa de assinatura, imprimimos a marca de nossos anéis, quando pomos esse bloco de cera sob as sensações e os pensamentos, imprimimos nele aquilo que queremos recordar, que se trate de coisas que vimos, ouvimos ou recebemos no espírito (Ricouer, 2010, p. 28).*

Na citação feita por Ricouer (2010), Platão se refere à *Mnemosyne* palavra derivada do verbo *mimnéskein* que significa “lembrar-se de”. Na mitologia grega *Menmosyne* é a mãe das musas que presidem diversas formas do pensamento e irmã de *Chronos*, o que denota o aspecto intelectual associado à memória em sua relação com o aprendizado e o tempo. A *Mnemosyne* se opõe *Lethé*, o rio do esquecimento. Contudo, embora sejam antagonistas por natureza, memória e esquecimento podem ser considerados como complementares no âmbito da compreensão do campo mnemônico, uma vez que o ato memorial parte de um processo de expansão e retração onde nem tudo pode ser incorporado e nem tudo descartado. Sabe-se que grande parte das memórias é descartada e, possivelmente este seja um recurso favorável à formação de novas memórias. Um sujeito incapaz de esquecer seria como o personagem de Jorge Luis Borges (1979): *Funes, o memorioso* que aparece atormentado pelo acúmulo de representações memoriais, concomitantes à aquisição detalhada de toda e qualquer experiência. Imagine-se uma pessoa que armazena e sente tudo o que lhe chega através dos sentidos. O excesso desta

capacidade sensível e intelectual é fonte de um colapso nervoso e, improdutivo socialmente.

O problema de Funes não se limita a experiência sensível de todas as coisas, mas, ao fato de percebê-las intelectualmente, como sempre presentes, uma vivência fantasmagórica. De modo que o significado de *Scordare*, etimologicamente do grego “tirar do coração” pressupõe para Funes uma espécie de paz necessária. Assim, esquecer é uma forma de abrir espaço. Limpar a tela para que novas imagens sejam inscritas. E, neste sentido também a palavra inscrição é importante uma vez que é nela, através dos traços memoriais, que as lembranças são registradas e transformadas em memórias fortes.

A memória pode ser pensada, portanto, como um recurso para a manutenção de identidades, situada em um limite tênue entre a eleição de memórias que se preservam e daquelas que se cancelam. E, é entre memórias e esquecimentos<sup>16</sup> que se configura a pessoa enquanto sujeito, evidentemente social. Portanto, do mesmo modo que se considera a inscrição física<sup>17</sup> e simbólica da memória, percebe-se igualmente como inerente a faculdade memorial e aos mecanismos de armazenamento da memória, que nem toda lembrança incorpora a memória e que parte delas é alterada ou cancelada. Percebe-se que, em se tratando de memória nada é estável, nem tudo é registrado e que, provavelmente, as lembranças não sejam armazenadas como cópia fiel da experiência,

---

<sup>16</sup> Neste sentido o esquecimento, como antítese da memória, seria a ausência de prolongamento do efeito útil do passado no presente. Bergson (1999, p. 89). Por outro lado o esquecimento extremo pode impossibilitar a presença de traços que os identifique a si mesmos e ao grupo. Como é o caso de amnésias decorrentes de traumas localizados, com lesões de origem física ou química. E, no caso de idosos portadores de distúrbios como o mal de Alzheimer e outras demências degenerativas decorrentes da idade.

<sup>17</sup> Para Izquierdo (1989) é provável que a armazenagem de grande parte das lembranças se dê a partir de circuitos múltiplos, o que explica a sobrevivência de algumas memórias a lesões muito amplas e difusas. Sobre a persistência das memórias no tempo acredita ser possível que ocorra a partir da estimulação repetida dos grupos sinápticos envolvidos com a lembrança e também a partir da eliminação progressiva de sinapses ou neurônios desnecessários e potencialmente interferentes.

já que as lembranças são constantemente atualizadas e resignificadas pelo sujeito da lembrança em relação à novos estímulos.

Para Ricouer (2010), é no contexto sofista da dúvida que a memória associada aos termos *eikon*<sup>18</sup> e *phantasma*<sup>19</sup> assumem um aspecto de suspeita. A ideia de impressão se tratando de uma marca ou representação associa o ato de rememoração a um processo imagético. Apesar do aspecto de ficção assumido pela imagem e o distanciamento entre o instante registrado e o objeto real da lembrança, a imagem possui o caráter de representar, ou de apresentar na forma de registro algo que não existe mais e, antes de falsificar o instante passado, lembra o que já não está mais ali. Ressalta um instante passado que pode ser rememorado no presente a partir de uma representação que aviva a memória na imagem, sugere-se deste modo, que a imagem permite a encenação de lembranças. É o vazio das linhas em baixo relevo que salta aos olhos como metáfora do que não há mais. E este registro ocupando um espaço simbólico na memória pode provocar a rememoração agindo como evocativo de momentos significativos do passado experimentados pelo sujeito das lembranças.

O processo de elaboração das memórias, seja compreendido a partir de uma lógica biologicista, explicada por impulsos nervosos em resposta às sensações decorrentes das experiências marcantes seja através da psicanálise<sup>20</sup> e das teorias freudianas<sup>21</sup>, seja através da mitologia, como é o caso do mito do Rio *Lethé* e de *Mnemosyne*, ou a partir de estudos sociológicos que

<sup>18</sup> Representação presente de uma coisa ausente.

<sup>19</sup> Simulacro próprio à arte fantástica de forjar a realidade.

<sup>20</sup> Para Farias (2008) a construção mítica de *Mnemosyne* e *Lethe* integram as origens da memória no campo subjetivo da psicanálise.

<sup>21</sup> O pensamento freudiano denomina o trauma, como sendo algo de natureza inassimilável que produz o sintoma na forma de uma memória-lacuna. Uma memória inacessível que, contudo permanece ativa e se manifesta na forma de sintomas. Para Farias (idem) a memória decorrente de um trauma: “é como um corpo estranho incrustado no psiquismo e não como o regresso a um passado já vivido”. Portanto, cabe salientar o conceito de *a posteriori*, já mencionado anteriormente, na formação de memórias acessíveis.

demonstram a incorporação de elementos memoriais; expressam tentativas de compreensão de um fenômeno dinâmico de múltiplas arestas todas relacionadas à identidade individual e coletiva.

Para Candau (2011, p.107) o homem não contente com sua capacidade cerebral como única unidade de estocagem de informações memorizadas, desde muito cedo recorre a extensões da memória a partir da produção de traços com objetivo de compartilhar sinais de caráter transmissivo. Tal preocupação, acessível pela primeira vez através de gravuras pré-históricas como em *Lascaux*, grutas de *Cosquer* e *Chauvet* expandem-se até o advento da escrita e das modernas formas de expressão, como a fotografia. Desde os primórdios, é possível, portanto, perceber o caráter inscrito relacionado à memória e à identidade. Inscrições, a princípio, individuais que comunicam, dialogam e, até mesmo, contrastam em um panorama geral que configura memórias passíveis de ser compartilhadas<sup>22</sup>. Para Candau (2011, p.35):

*Os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir. Algumas vias são objeto de uma adesão majoritária, mas memórias dissidentes preferirão caminhos transversais ou seguirão outros mal traçados.*

Por outro lado, ao abordar a questão da marca, ou inscrição, como forma de comunicação intersubjetiva em sociedade, abre-se caminho para uma discussão sobre o contraste no ato de compartilhamento das percepções de mundo de cada pessoa

---

<sup>22</sup> Ricouer (2010, p. 142) introduz o tema de uma memória coletiva ao falar em uma tríplice atribuição da memória: “a si, aos próximos, aos outros”.

individual e coletivamente. Deste modo, a marca pode assumir um aspecto negativo e ao contrário de agir como elo simbólico entre as partes, assume um caráter taxativo que tende ao isolamento das identidades desviantes em conflito com a identidade coletiva oficial. O termo estigma foi desenvolvido por Erving Goffman (1993) como um atributo negativo surgido em sociedade a partir da categorização<sup>23</sup> de seus integrantes.

Vivenciada como perigo social, a condição de desvio adquire uma forte característica visual, naturalizada na forma da linguagem: o gordo, o mendigo, o louco, o velho, quando a estes lhes são conferidos atributos negativos: o mendigo é sujo, cheira mal, não se lava, é vagabundo; o louco não é confiável, diz asneiras, é perigoso; o velho não sabe o que diz, é demente, incapaz e feio. Enfim, tais marcas vão sendo incorporadas, compartilhadas e com o tempo naturalizadas em oposição ao princípio que rege determinada sociedade.

Pensar identidade e memória em termos de inscrição negativa é, portanto, compreender a presença de marcas como feridas sociais, introjetadas a nível psicanalítico ou incorporadas a nível antropológico.

### Tempo e incorporações

Como definir o tempo se por ora nos parece tão abstrato, tão sinuoso e, no entanto, tão evidente como marcação dos próprios ciclos da vida. Fomos nós a inventá-lo, ou estaria já ele na essência do próprio ser humano<sup>24</sup>? Desde a fecundação o ser humano passa a ser conectado a ciclos, são semanas, meses, associados a etapas de desenvolvimento, até o nascimento, depois

---

<sup>23</sup> Goffman (1993, p. 11) faz referência ao uso da palavra estigma pelos gregos, definida como: "*signos corporales, sobre los cuales se intentaba exhibir algo malo y poco habitual en el status moral de quien los presentaba*".

<sup>24</sup> Hartog (2006) cita Ricouer na designação "a condição de ser histórico" e Lyotard: "o homem presente a ele mesmo enquanto história".

as consecutivas fases do desenvolvimento como o caminhar, a fala, a comunicação, enfim, capacidades que vão sendo aprendidas e forjadas em associação aos ritmos do corpo e ao tempo no qual transcorrem. Tal como ocorre com relação ao desenvolvimento biológico, o tempo marca eventos importantes na vida social; são ritos de passagem, como: o batismo, as festas de quinze anos, os dezoito anos, ou maioridade penal, a formatura, o primeiro emprego, o casamento, o nascimento dos filhos, são, portanto, formas de marcação temporal nas sociedades ocidentais contemporâneas. É evidente, portanto, que o tempo participa da organização da vida sob o ponto de vista biológico e social. Contudo, o fato de se tratar ou não de uma invenção social pouco importa, uma vez que a sua condição é indissociável do meio social do qual falamos.

O aspecto biológico evidenciado pelo tempo é fundamental quando se fala de traços memoriais. Não são apenas as memórias que ficam registradas em profundidade na pessoa constituindo sua identidade, mas as próprias marcas do tempo cronológico iniciado com a concepção que vão alterando a aparência da pessoa, crescendo-a não apenas de marcas advindas da experiência, cicatrizes, propriamente, como também alterações estéticas feitas conscientemente e a própria degradação decorrente do envelhecimento. Assim o tempo, em *motum continuum*, como uma engrenagem participa da vida, a testemunha, mas dela nada registra. Os registros são feitos sempre na forma física, sobre o corpo e através de memórias. A pessoa da memória a percebe de duas formas: uma individual e sensível, a outra social. Algumas memórias permanecem íntimas, outras são partilhadas e formadas na essência da coletividade. Ambas participam da segmentação da identidade da pessoa. Algumas memórias favorecem o fortalecimento de grupos sociais associados a elas por afinidade. É neste sentido memorial que é possível pensar a pessoa presente a ela mesma enquanto história sentida no tempo.

As alterações do modo de vida contemporâneo determinam novos registros de experimentação e registro do tempo. Os longos períodos de imaginação livre de vivência em ambiente familiar pelas crianças são substituídos por novas formas de inserção precoce em ambiente escolar. O tempo é fragmentado e refletido sobre novas formas de formatação social da temporalidade. O imperativo da produção, capitalista, pressupõe novas formas de organização, experiência e formação de memórias que acarreta uma preocupação maior no armazenamento das experiências jornaleras.

A fotografia, o vídeo, a internet e outros recursos<sup>25</sup> da modernidade, como a própria imagem e vídeo do ultrassom gestacional, são incorporados como recursos memoriais em um tempo onde a velocidade produz insegurança. A partir de um viés psicanalítico é possível a associação do pânico contemporâneo de esvaziamento à própria perda de identidade frente à velocidade e ao excesso de informação a qual se percebe necessária uma adequação contemporânea de todos, inclusos crianças e velhos. A necessidade de preservar para o futuro, em paralelo a sensação de um passado ameaçado, além de revelar insegurança com relação ao futuro, talvez possa ser compreendida em associação ao estigma do envelhecimento como perda. O imperativo do registro memorial entra em contradição com o lugar contrastante<sup>26</sup> do idoso, localizado numa condição de quase contaminação simbólica em associação ao perecimento e à finitude. Que lugar é este que nos aguarda no futuro? Quem são esses personagens da velhice com os quais não quero ser identificado? Neste sentido, parece-nos que a

---

<sup>25</sup> Assim, imagens feitas na tentativa de captar, todo e qualquer instante, assumem um caráter de *big brother* familiar. Disponibilizadas em suportes virtuais, preservadas através de recursos eletrônicos como *pen drives*, *HDs* externos e bancos de dados virtuais, na forma ampla de uma tecnologia que não oferece garantias de permanência estando, contraditoriamente, alicerçadas sobre a efemeridade contemporânea do presente contínuo. A virtualidade da memória nunca foi tão acentuada.

<sup>26</sup> O idoso assume, geralmente, uma posição de desvio social, em função de sua inadequação biológica ao ritmo das sociedades industriais capitalistas.

insegurança com relação ao futuro confunde-se com o medo de envelhecimento e da morte.

### **O lugar do idoso na sociedade ocidental contemporânea**

Pensar o lugar do idoso na sociedade ocidental pressupõe a busca de indícios de sua inserção em sociedade. E, parece inevitável falar do idoso sem deixar de pontuar a associação de palavras de cunho pejorativo relacionadas como referência à identidade na velhice, de modo naturalizado. A mais comum é a palavra: velho, associada a algo retrógrado, com validade vencida, que caducou, expirou, démodé, entre outros.

Percebe-se na sociedade ocidental contemporânea uma exagerada preocupação com o presente e com o futuro e uma espécie de luto em relação ao passado, como um passado perdido. Este modelo de sociedade é marcado pela velocidade e pela fragmentação do tempo a partir de um ritmo industrial centrado na produção. A pessoa idosa encontra-se a meio caminho entre passado e presente sem grandes projeções para o futuro e quando desconectado da vida familiar e produtiva encontra uma inadequação em relação à sociedade na qual está inserido.

É contraditório pensar que a sociedade contemporânea aprimore seus meios de armazenamento e registros do passado e, contudo, ignore a pessoa idosa como potencial arquivo vivo de memórias de um tempo a qual não temos acesso. O tempo passado, presente na memória de idosos e em seus saberes, é muito pouco acessado na prática. Pode-se sugerir que o idoso, geralmente posto à margem da coletividade, experimente uma sensação de deslocamento temporal, um estar fora do tempo, simbólico.

O idoso mesmo quando possui família pode sentir-se, deslocado do eixo familiar e ao rememorar o passado perceber o presente com nostalgia. Tal fato ocorre pela sensação de decadência decorrente da desvalorização atual, marcada por um encolhimento em relação a sua prática social atual. Para Ecléa Bosi

(2009, p.83) “o velho é alguém que se retrai de seu lugar social e este encolhimento é uma perda e um empobrecimento para todos”. O termo encolhimento, utilizado por Bosi, refere-se ao sentimento de perda de participação em sociedade vivenciado pelo idoso que, ao contrário do que acontece em outras civilizações que não a ocidental, não é percebido como difusor, ou nos termos da autora, guardião, de saberes sociais que caracterizam tesouros culturais.

*“En las tribus primitivas, los ancianos son los guardianes de las tradiciones, no solamente porque las han recibido más temprano que los demás, también porque disponem sin Duda Del tiempo libre necesario para transmitir los detalles [...] no ES menos verdadero que La sociedad, atribuyendo a los viejos La función de conservación de las huellas de su pasado, les aliente a cosagrar todo cuanto les resta de energía espiritual a recordar”* (Halbwachs, 2004, p. 129).

Por outro lado, a experiência de idosos asilados, com perda de vínculo familiar, evidencia ainda mais o aspecto de inutilidade, muitas vezes por eles incorporadas. A sensação de abandono em paralelo a de isolamento social potencializa no idoso uma sensação de finitude antecipada. Neste sentido, o ato de compartilhamento<sup>27</sup> a partir de narrativas de histórias anestesiadas pelo tempo e pela vida institucionalizada, pode ser benéfico e

---

<sup>27</sup> O estatuto do idoso através da lei Nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, demonstra a notoriedade da função de compartilhamento no idoso e a importância do cumprimento destas recomendações como incremento para a memória e a identidade culturais: Art. 3º. IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio dos idosos com as demais gerações; Art. 21º - § 2º- os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e das identidades culturais.

positivo, desde que se perceba na narrativa do idoso, uma ação cultural que implica em uma humanização do presente. Registrar tais memórias em diálogo com o presente é uma maneira de compreender a própria cultura e as identidades nela submersas. Por outro lado, é a própria carência de escuta e este esquecimento velado proposto pelas instituições a favor de um presente minimamente confortável, que salientam no idoso asilado, o sentimento de esvaziamento ou encolhimento que antecipam a morte, tornando-a vivamente presente.

Ecléa Bosi vê no idoso a função social própria de rememorar, sua imaginação faz longos voos em direção ao passado e com maturidade seleciona aspectos que considere importantes no presente. A rememoração é espontânea e natural, no entanto, muitas vezes se volta a espaços estéreis onde a escuta é negativa:

*Mas, o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens: [...] Ele, nas tribos antigas, tem um lugar de honra como guardião do tesouro espiritual da comunidade, a tradição (Bosi, 2009, p. 82).*

Ao afirmar que o idoso não sonha, a autora exprime uma relação entre a maturidade do idoso e sua função como difusor de experiências. Embora, se estabeleça uma diferenciação entre a faculdade da memória e imaginação, a fins de validação das pesquisas em memória social, sabe-se que os mecanismos de ação do cérebro, no exercício de rememoração estão vinculados a um ato de imaginação. Com isso, nenhuma memória é reflexo fiel da experiência rememorada, mas uma referencia que se altera com o tempo à medida que se rememora. É neste percurso temporal que

se altera também a identidade do sujeito das lembranças. Perceber o idoso enquanto categoria social faz necessária uma imersão nas origens desta categorização para gerar novas formas de percepção de sua função no tecido social. Com isso, é possível alargar não apenas as margens das lembranças no presente, mas possibilitar a compreensão do idoso, como ser cultural, em posição privilegiada no compartilhamento de memórias, numa função que parece inerente a fase de vida na qual se situa.

### Referências Bibliográficas

- Diálogos de Platão. In *Filebo*. n/a. Disponível In: [http://www.4shared.com/office/usZowmkc/Plato\\_-\\_Dilogos.html](http://www.4shared.com/office/usZowmkc/Plato_-_Dilogos.html). Acessado em 17/07/2012.
- BERGSON. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução: Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo: Martins fontes, 1999.
- BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade*. São Paulo: Cultrix, 1990.
- CANDAU, Jöel. *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: contexto, 2011.
- BORGES, Jorge Luis. *Prosa Completa*. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, vol. 1.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: companhia das Letras, 2009.
- DIDI-HUMERMAN, Georges. *O que vemos o que nos olha*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.
- FARIAS, Francisco Ramos de. Pensando memória social a partir da noção de “a posteriori” de Sigmund Freud. *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*. Ano 08, nº 13, 2008. Disponível In: <http://www.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/franciscofarias.htm>, acessado em 27/07/2012.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1989.

- FREUD, Sigmund. Obras Psicológicas Completas: Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: la identidad deteriorada. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. Los marcos sociales de la memoria. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.
- HARTO, G. François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p. 261-273, 2006. Disponível In: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acessado em 29/07/2012.
- IZQUIERDO, Ivan. Memórias. Estudos avançados. Vol 3, nº 6. São Paulo. Disponível In: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141989000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141989000200006&script=sci_arttext). Acessado em: 28/07/2012.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez 1993.
- RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- WERZOG, Werner. O enigma de Kaspar Hauser. Título original: *Jeder für Sich und Gott gegen Alle*. Concorde. Alemanha, 1975.
- WINNICOTT, Donald Woods. O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

Recebido em: 15/06/2012

Aprovado em: 16/07/2012

Publicado em: 15/09/2012

# As práticas de velamento na cidade de Bagé-RS-Brasil

## Cultura material e visual

Elaine Maria Tonini Bastianello<sup>1</sup>  
Fábio Vergara Cerqueira<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** Examinar o ritual de velamento e o aparato de adornos funerários na cidade de Bagé<sup>3</sup> significa contar parte de sua história. Sob a perspectiva da cultura material e visual, buscaremos compreender as atitudes cotidianas dessa sociedade, suas transformações, seus valores religiosos, morais, como tantos outros, revelando importantes aspectos de sua memória. Esta prática nos relata a forma desta sociedade se portar e se enfeitar diante da morte nos primórdios do século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Funeral, Pompa, Adornos.*

---

**ABSTRACT:** To examine the funeral ritual of wake and the apparatus of funeral decorations in the Bagé city means telling its history. Under the perspective of the material and visual culture, we search to understand its daily attitudes, its transformations, religious and moral values, as well as many others, what enables us to reveal important aspects of the memory of this society. This practice tells us the behavior and adornments of this society front of death in the twentieth century.

**KEY-WORDS:** *Funeral, Splendor, Adornments.*

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Brasil. Membro da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), Brasil, e membro do Núcleo de Pesquisas Históricas Tarcísio Taborda (NPHTT), Brasil.

<sup>2</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Doutor em Antropologia Social, com concentração em Arqueologia, pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Brasil, Membro do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) e do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA), coordenador do Museu Etnográfico da Colônia Maciel e do Circuito de Museus Étnicos; professor do Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural e do Mestrado em História.

<sup>3</sup> “Ao examinar a história de Bagé, percebemos que sua formação se confunde com a do exército brasileiro. O surgimento desta cidade está ligado à instalação de um acampamento militar, na encosta do cerro à margem do Arroio Bagé, em 1811. Nessa época, os seus campos já eram ocupados por estancieiros para a criação de gado. Esta região, por ser de fronteira, sempre ocupou posição estratégica na política e na defesa do território nacional. Por essa razão, desencadeou-se muita afinidade entre os militares e seus habitantes” (Bastianello,2010).

## Introdução

Trazer como tema de pesquisa as práticas de velamento na cidade de Bagé significa examinar a história do cotidiano e as transformações ocorridas na sociedade, através dos rituais, da cultura material e da cultura visual funerário. Através da simplificação deste ritual e de todos os seus aparatos funerários é possível entender a morte e o ato de morrer em sociedade, bem como a forma desta se manifestar por meio dos seus sepultamentos.

Atualmente, vivemos em tempos que podemos caracterizar como descartáveis, em que prevalece a cultura do individualismo e do hiperconsumo, pautados no presente. Período denominado, pelo sociólogo polonês contemporâneo Zygmunt Bauman (2007, p. 106-151), de *Modernidade líquida*, por dissolver os nós instituídos pela sociedade moderna na fabricação dos modos de viver. Tais condições podem ser observadas nas relações da atual sociedade com a morte, pelas novas formas de enterramentos através de gavetas, de cremação e nos novos ritos fúnebres realizados pela internet. Assim, a contemporaneidade se ocupa em derreter os sólidos, não para colocar outros valores mais duráveis, mas mais fugazes, no tempo e na materialidade. Diante dessa liquidez escorregadia, desses tempos nos quais toda a pompa fúnebre e, conseqüentemente, o luto, se diluíram no ar, como fica a questão da memória, a questão das práticas cotidianas de inumações desta sociedade? Uma das técnicas para se obter respostas, nas Ciências Humanas, é praticar o estranhamento. E, para tanto, vamos visitar as práticas de velamento de Bagé, entre o final do século XIX e início do XX.

A aproximação aos sentimentos e significados envolvidos nos velórios não é tarefa fácil, não parecendo suficiente recorrer apenas aos registros escritos oficiais, que reportam a dimensão formal destes eventos sociais, imbuídos de outro lado de elevada carga afetiva. Na impossibilidade de se realizar uma observação

participante, mas comprometidos com a busca de uma visão endógena, procuramos diversificar nossas fontes, de modo a produzir uma visão mais ampla. Assim, cotejamos registros que disponibilizam ângulos diversos, colocando em diálogo documentos escritos (sobretudo periódicos), testemunhos orais e iconográficos (sobretudo material impresso e fotografias antigas). Estes testemunhos evocam aspectos da cultura material e visual associada a estes rituais, de sorte a possibilitar uma visãoêmica deste fenômeno da vida funerária.

### **O Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e as empresas encarregadas dos funerais**

Conhecer a *Primeira Divisão do Cemitério da Santa Casa de Caridade<sup>4</sup> de Bagé* significa deparar-se com uma riqueza material que está registrada no mármore dos seus jazigos e mausoléus. Esses monumentos funerários foram encomendados pelas famílias abastadas na intenção de glorificar a memória do sepulto. As marmorarias, para aumentar as vendas e vencer a concorrência, enviavam catálogos como dispositivos para atrair clientes. Nesse sentido, é comum encontrarmos túmulos similares em outros espaços de inumações. Na secretaria da funerária do *Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé*, existe um álbum fotográfico de túmulos da empresa *Lonardi, Teixeira & Cia*, da cidade de Porto Alegre. Este álbum, que podemos classificar como *catálogo*, servia de propaganda de diferentes modelos de túmulos, para as famílias escolherem o modelo de sepultura.

Neste campo santo, encontramos túmulos com assinatura de estrangeiros, ao mesmo tempo em que nos deparamos com uma diversidade de assinaturas de empresas das cidades de Pelotas e Porto Alegre. No início do século XX, época áurea da utilização do

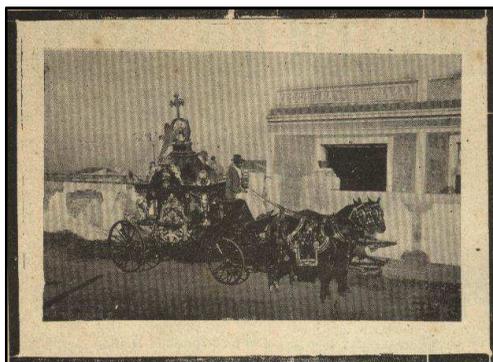
---

<sup>4</sup> O Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé é datado de 1858. Sendo o quinto espaço central de sepultamento desta cidade. Ali estão sepultadas as ossadas dos outros cemitérios.

mármore de Carrara, a grande produção de arte funerária em Bagé ficou a cargo do espanhol José Martinez Lopes, que mais adiante neste texto será pontuado.

Esse luxo não se limitava à edificação tumular, o mesmo ocorria quanto ao processo de velamento do morto. Deste modo, a cidade contava com várias empresas funerárias que possuíam toda uma estrutura de enfeites, os quais tornavam o velório tão luxuoso quanto os jazigos e mausoléus. As empresas disponibilizavam uma grande quantidade e variedade de artigos, alguns vindos diretamente da Europa, proporcionando à elite econômica desta sociedade exibir, em seus velórios, uma verdadeira pompa funerária. As famílias abastadas ainda contratavam essas empresas para realizar o transporte do caixão, do local do velório até o cemitério, num pomposo carro funerário adornado com motivos mortuários e sacros.

Nesse sentido trago a imagem do carro funerário de empresa *La Uruguaya* (FIGURA 01), que apresenta vários adornos. Supomos ser uma das mais antigas empresas funerárias da cidade, pois o veículo que conduz o defunto até o espaço de sepultamento é ainda movido por tração animal.



**Figura 01**

Carro funerário da empresa *La Uruguaya*.

Fonte: Guia Bemporat, p.606. Museu D. Diogo de Souza.

Nesta cidade percebemos a influência do país vizinho até no nome das empresas de pompas fúnebres como é o caso da empresa *La Uruguaya*, o que nos remete, também, à forte presença de imigração de língua espanhola em Bagé, com influência sobre a elite local. Esta empresa funerária pertenceu ao Sr. Bernabé Amorin, que oferecia aos seus clientes um serviço fúnebre da mais elevada importância, atendendo também aos mais humildes. Neste estabelecimento comercial se vendia tudo o que se relacionasse com o ramo funerário, tais como coroas, fitas, letras, franjas gregas, galões e lantejoulas. Isso tudo a preços módicos.

Segundo o Sr. José Francisco Vidal Sacco<sup>5</sup>, em relato à autora em junho de 2011, esta cidade teve como uma das empresas fúnebres mais antigas a funerária pertencente à família Medici<sup>6</sup>, cuja antiguidade pode ser constatada pelo anúncio de jornal (FIGURA 02), no qual sua carruagem funerária aparece também movida por tração animal.



**Figura 02**

Anúncio da Empresa Funerária da família de Francisco Medici.

Fonte: Jornal *O Dever*, 18 de fevereiro de 1915. Museu D. Diogo de Souza.

---

<sup>5</sup> José Francisco Vidal Sacco filho do imigrante italiano Bráz Luis Sacco, proprietário da Funerária Nossa Senhora Auxiliadora. Este estabelecimento de pompas fúnebres foi fundado do ano 1942 e atuou por mais de meio século nesta cidade.

<sup>6</sup> Esta funerária pertencia aos pais do ex-presidente da República, o bageense Emílio Garrastazu Medici.

A empresa *Medici* disponibilizava, à família do morto, uma variedade de serviços que contemplava desde o cortejo fúnebre e o completo serviço funerário até o fornecimento da certidão de óbito. Esta firma era uma empresa familiar que foi administrada pela mesma família, passando de pai para filho e atravessando gerações, durante algumas décadas, na cidade de Bagé.

No final do século XIX, foi inaugurada a *Casa Armadora*, de propriedade do imigrante português Sr. João Lopes da Silva, especializada em vários serviços, inclusive funerários. Conforme mostra o anúncio do jornal (FIGURA 03), a *Casa Armadora* apresentava um serviço diferenciado e único, tanto em Bagé como na cidade vizinha de Dom Pedrito, pois não se restringia à elaboração de um funeral, pois se encontrava estruturada para organizar outros eventos, tais como: preparar altares para batizados, casamentos, salas para bailes, ornamentos de ruas, teatros, andores, palanquins para procissão cívica e para missas fúnebres.



**Figura 03**

Anúncio da Casa Armadora, estabelecimento funerário.  
Acervo: *Jornal O Dever* 06 de agosto de 1916. Museu D. Diogo de Souza.

A *Casa Armadora*, muito bem preparada, contava com uma diversidade de adornos para serem utilizados em rituais religiosos, como coroas, franjas, cordões, lantejoulas, grinaldas para anjinhos, velas para promessas, etc. A empresa dava uma bonificação à Santa Casa de Caridade toda vez que seu carro fúnebre participava de um cortejo.

### **A empresa de Túlio Lopes**

A *Casa Armadora* contou com o gerenciamento de Túlio Lopes<sup>7</sup> (Figura 4), que herdou este estabelecimento funerário de seu pai, o Sr. João Lopes da Silva, e alterou o nome para *Funerário Lopes*, e, mais tarde, para *Funerária Nossa Senhora de Fátima*.



**Figura 04**

Anúncio da casa funerária de Túlio Lopes.

Acervo: Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional de Bagé, 1937. Museu D. Diogo de Souza.

Trago a fotografia do carro funerário que pertencia à Funerária Nossa Senhora de Fátima (FIGURA 05), de propriedade de

---

<sup>7</sup> Túlio Lopes, proprietário da Funerária Lopes foi uma das figuras mais importantes da cultura desta cidade, sendo merecedor de um estudo sobre os seus feitos.

Túlio Lopes. É pertinente pontuar que esta fotografia foi impressa a partir seu original, que é um negativo em vidro, que integra coleção da própria autora.

No interior desse carro funerário, desempenhando a função de condutor deste veículo, temos o Sr. Casto Secundino Pintos, de nacionalidade uruguaia.



**Figura 05**

Carro funerário que pertenceu à Empresa Nossa Senhora de Fátima.  
Acervo: Fotografia pertencente à autora.

Interessante destacar que este veículo apresenta quatro penachos negros e um anjo no topo, que se encontra atualmente salvaguardado na sala religiosa do Museu D. Diogo de Souza, desta cidade. Suas laterais possuem adornos em bronze e quatro imagens de santo, esculpidas em madeira.

Em relato à autora, sobre este assunto, Mário Lopes<sup>8</sup>, no dia 21/11/2011, aos seus 89 anos, conversando sobre o cortejo

---

<sup>8</sup> Mário Nogueira Lopes, único filho varão de Túlio Lopes. Foi chefe redator do Jornal Correio do Sul de Bagé por 40 anos. O amigo Mário é o homem que se preocupou em guardar os pertences de seu pai. Ele é a memória desta cidade. O reconhecimento para a cultura local se dá a partir do momento em que, ainda em vida, foi contemplado com uma sala no Museu Dom Diogo de Souza.

funerário de seu pai Túlio Lopes, o então proprietário da *Funerária Lopes*, contou o que segue:

*Nunca vi nesta cidade tamanha manifestação de carinho com o morto. O caixão do meu pai saiu do Clube Recreativo, passou pela Catedral, onde foi realizada uma missa de corpo presente. Sendo o caixão sempre carregado nos ombros por amigos até o Cemitério da Santa Casa de Caridade. [...] Ser carregado pelos amigos é uma das maiores honrarias que o morto poderia ter.*

Assim o cortejo fúnebre de Túlio Lopes, se deslocou do *Clube Recreativo* até o *Cemitério da Santa Casa de Caridade* (FIGURA 06).



**Figura 06**

Cortejo funerário de Túlio Lopes.

Acervo: Fotografia pertencente a Mário Nogueira Lopes.

Merece destacar que a Funerária Nossa Senhora de Fátima teve como funcionário o escultor marmorista José Martinez Lopes<sup>9</sup>, que trabalhou na empresa de Túlio Lopes até falecer em 1952. Este marmorista<sup>10</sup> foi o responsável pelo maior número de rubricas encontradas nos jazigos do *Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé*.

A cidade de Bagé contou, e ainda conta, com os serviços de várias empresas fúnebres, mas a intenção deste artigo não é contar a história das funerárias numa sequência cronológica e sim pontuar alguns registros que evidenciam o ritual do velório.

Nesse sentido, também ficava a cargo das empresas funerárias a confecção dos santinhos, que eram lembranças de morte, do estimado defunto. Estas empresas fúnebres possuíam álbuns com um diversificado repertório de santinhos, para que as famílias enlutadas pudessem escolher. Os santinhos geralmente eram distribuídos no final da missa de sétimo dia. Também era uma prática comum ofertar estas lembrancinhas mortuárias na missa de um mês, de seis meses e de ano de passamento.

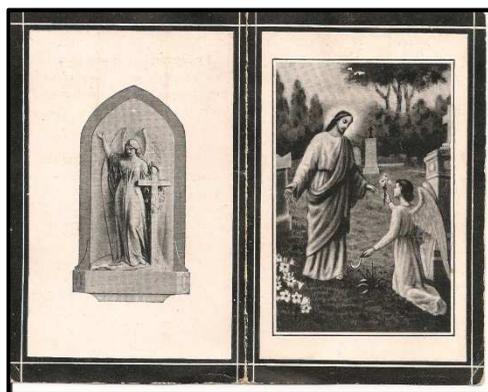
Trago um santinho (FIGURA 07) que pertenceu ao álbum da *Funerária Nossa Senhora de Fátima*<sup>11</sup>. Nos modelos mais antigos, a fotografia do morto era colada no santinho, que era confeccionado em preto e branco. Mais adiante, percebemos que as fotografias já vinham impressas nas lembrancinhas, ainda em preto e branco. A partir dos anos de 1970, as lembrancinhas ganharam cor, mas a foto do morto continuou em preto e branco.

---

<sup>9</sup> O imigrante José Martinez Lopes nasceu em 12 de junho de 1868, em Almeria, na Espanha, e faleceu na cidade de Bagé, no dia 27 de novembro de 1952. Membro da *Sociedade Hespânica de Socorros Mútuos* de Bagé, seus restos mortais foram depositados no *Panteón da Sociedade Hespânica*. Martinez participou de concursos, conquistando a medalha de ouro, em nome da *Casa Aloys* de Porto Alegre, na *Exposição Nacional* de 1908, realizada no Rio de Janeiro, então capital. Tal fato trouxe reconhecimento nacional para a *Casa Aloys*.

<sup>10</sup> Para saber mais sobre as atividades tumulares de José Martinez Lopes, ver: Bastianello, 2010.

<sup>11</sup> A autora ganhou do filho de Túlio Lopes, o Sr. Mário Lopes, vários santinhos funerários e dois álbuns com os modelos de lembrancinhas de batismo, comunhão, crisma, casamento, bodas e de morte, que faziam parte do mostruário da Funerária Nossa Senhora de Fátima.



**Figura 07**

Santinho funerário.

Acervo: Santinho pertencente à coleção da autora.

Esses artefatos, que foram elaborados para manter viva a memória da pessoa falecida, apresentavam frases como: “Bem aventurados os puros de coração, porque verão a Deus”; “Santa é a morte daqueles que souberam viver em paz”; “Viveu querendo a todos, morreu querida por todos”; etc.

Percebemos que esse modelo de registro de morte foi escamoteado. Essas práticas de compartilhar a memória do falecido através de um santinho se ausentaram com o passar das décadas. Na atualidade, certamente, tais procedimentos causariam estranhamento, pois fazem parte de outro contexto. Nessa perspectiva, entendemos que os aparatos com relação aos rituais de velamento se esvaziaram e até se laicizaram.

### **Os velórios caseiros**

Era uma prática cotidiana das funerárias da cidade estampar na fachada de sua sede o convite com o nome do morto para os funerais, que se realizavam nas residências; os velórios. Nestes,

além do caixão com o morto, participavam os familiares, os amigos e até pessoas não conhecidas da família, que se aproveitavam desse momento de dor para entrar na casa.

Os velórios viravam a noite e na maioria dos casos costumava-se velar o defunto por 24 horas. Esse ato acontecia dentro da casa do morto, na qual a família perdia toda a sua privacidade perante o amontoado de visitas que vinham, para se solidarizar com os familiares que sofreram a perda.

Maranhão (1995, p. 17) aponta que:

*O velório por sua vez não se realiza mais na casa da família, onde o corpo ficava exposto na sala de visitas, cercado de parentes e amigos. O novo costume cada vez menos tolera a presença do defunto em casa, seja por razões de ordem higiênica, seja pela ausência de condições psicológicas para enfrentar a realidade.*

Na hora do deslocamento para o sepultamento no cemitério, o carro fúnebre estacionava na frente da casa e os homens mais próximos ao morto carregavam o caixão até o carro funerário, procedendo a um cortejo de carro ou a pé até o local de sepultamento. Mas aqui temos um registro diferente (FIGURA 08): o caixão não se encontra no carro funerário e sim num carrinho, de uso do cemitério, e este está sendo acompanhado pela multidão na direção do *Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé*, para realizar o sepultamento.



**Figura 08**

Cortejo funerário na Rua Marechal Floriano.

Acervo: Fotografia pertencente ao Sr. José Francisco Vidal Sacco.

O autor comenta ainda que:

*No dia do enterro, o defunto era acompanhado por todos os seus conhecidos, que vinham de novo para escoltá-lo em sua última viagem. Lenta e cuidadosamente, a procissão fúnebre atravessava o espaço no qual ele vivera. Chegando à igreja, era submetido aos ritos necessários a sua purificação (...). Da igreja o defunto era conduzido ao cemitério, a sua “última morada” onde, mais tarde receberia visitas mais ou menos frequentes que depositariam flores sobre seu túmulo, sinais de que ela não seria definitivamente esquecida.*

Naquela época o ritual de sepultamento era acompanhado das manifestações de dor da perda do ente querido. As famílias

ficavam por meses enclausuradas, em luto fechado. O autor ainda pontua que, desse modo, se morreu por séculos, mas:

*De cinqüenta anos para cá, as atitudes do homem ocidental perante a morte e o morrer mudaram profundamente, ocorrendo uma verdadeira ruptura histórica. Evidentemente, muitos traços ainda lembram os antigos costumes, porém, o sentido original foi esvaziado. A morte tão presente, tão doméstica no passado, vai se tornando vergonhosa e objeto de interdição.*

Nessa mesma direção Elias (2011) destaca:

*O morrer é no presente uma situação amorfa, uma área vazia no mapa social. Os rituais seculares foram esvaziados de sentimento e significados; as formas seculares tradicionais de expressão são pouco convenientes. Os tabus proíbem a excessiva demonstração de sentimentos fortes, embora eles possam acontecer.*

Percebemos que, na atualidade, a morte é tratada às escondidas, sendo um assunto de preferência pouco comentado, exigindo da família enlutada um autocontrole de seus sentimentos. Ela e toda essa pompa<sup>12</sup> de carruagens, franjas, santinhos e luto

---

12 Paralelamente a essa subtração, o espaço de sepultamento também sofreu uma mudança radical. Os grandes túmulos foram substituídos por túmulos coletivos, as gavetas (os chamados cemitérios verticais, podendo ter vários andares) e os adornos muitas vezes se limitam as flores plásticas. Além de toda essa banalização, ainda temos a cremação, cada vez mais solicitada em vida. Esta prática pode ser considerada como a extinção do ser, no que se

foram subtraídas num ritual simplificado e prático, no qual as luzes artificiais nas capelas mortuárias são os maiores adornos para com o defunto.

Mas nem sempre os velórios ocorriam em residências. Os velórios na cidade de Bagé, para os carentes, também aconteciam no necrotério da *Santa Casa de Caridade*, como destaca a imprensa local. No jornal *Minuano*, de 18/08/2007, lemos o seguinte:

*Velórios também eram realizados no necrotério da Santa Casa de Caridade, com frente para o Félix da Cunha. Já o “bate-bate”<sup>13</sup> - uma carroça fechada, tipo baú, puxada por cavalo – saía diretamente da Santa Casa em direção ao cemitério, conduzindo os indigentes, então sepultados no chão.*

Desta forma entendemos que somente as classes sociais mais abastadas tinham o direito a um velório pomposo. Já os desprovidos são subtraídos desta prática de velar seus mortos com a pompa da elite, sendo que, na maioria das vezes, não tinham nem a possibilidade material para custear as despesas inerentes ao enterramento de um familiar.

No final da década de 1970, nesta cidade, o provedor da *Santa Casa de Caridade Bagé*, o Sr Jônio Ferreira de Salles<sup>14</sup>, foi o mentor da criação das capelas funerárias que são até hoje o local de velamento desta cidade. Já o jornal *Minuano*, de agosto de 2007,

---

refere à materialização de sua memória, pois não se tem o túmulo, nem a lápide, sendo uma verdadeira perda da lembrança do morto para os vivos.

<sup>13</sup> “Bate-bate” é o nome-apelido atribuído ao carro funerário dos indigentes da cidade de Bagé. Esse nome se deve a este veículo de tração animal apresentar um barulho semelhante a uma catraca de madeira, característico desta carroça fúnebre, que assim anunciava a sua passagem pelas ruas desta cidade.

<sup>14</sup> Provedor da *Santa Casa de Caridade de Bagé*, entidade mantenedora do principal cemitério do município.

numa reportagem, trata da edificação das capelas funerárias e faz as seguintes colocações:

*Havia posições divergentes, pessoas chegavam a dizer não admitir que alguém de sua família fosse velado em outro local que não fosse a própria casa.*

*Mas com a inauguração, em 3 de dezembro de 1978, das capelas de velórios “Padre Germano”, homenagem à memória do destacado salesiano falecido.*

Entendemos que a construção das capelas funerárias contribuíram para o processo de “esconder” o velório, tirando-o do espaço dos vivos e transportando-os para o espaço dos mortos, já que as capelas se localizam no próprio cemitério.

Processo análogo aconteceu há mais de um século e meio, quando se proibiram os sepultamentos dentro das igrejas, em locais fechados, e se criaram os espaços abertos, exclusivos para a inumação dos mortos, os cemitérios.

Não obstante em épocas diferentes, os deslocamentos, ocorridos com os sepultamentos e velamentos, foram os mesmos: antes, os sepultamentos, transferidos da igreja para os cemitérios, agora, os velórios, das residências-hospital para as capelas. Em ambos os casos, ocorreram mudanças radicais nas práticas cotidianas, mudanças culturais que a sociedade acabou por assimilar.

### **Considerações finais**

Assim como a construção de monumentos tumulares rubricados se exauriu em nossa sociedade, também as práticas de cortejos funerários se alteraram. Toda pompa anteriormente empregada na ritualização do velamento e do sepultamento teve o

mesmo fim, em função da modernização e laicização do homem e da sociedade, que incidiu também sobre a morte.

Percebemos que essas práticas estavam diretamente imbricadas com a religiosidade presente na sociedade bageense e que tudo isso, aos poucos, sem percebermos, foi sendo subtraído do nosso cotidiano.

Os registros iconográficos analisados, sejam fotografias e negativos preto-e-branco, sejam santinhos ou anúncios de jornais, ilustram a complexidade da cultura material e visual constitutivas das práticas de velamento, o que, ao proporcionar um profundo estranhamento com relação à atitude atual diante dos mortos, indica um rápida mudança no que se refere ao tratamento social e cultural da morte.

Estudar esta temática nos permite estabelecer algumas análises. Por exemplo, as projeções sociais sobre os rituais de morte: enquanto alguns grupos pertencentes às classes sociais abastadas poderiam usufruir de toda uma estrutura de adornos de luxo, como carros/carruagem enfeitados com penachos negros, outras classes, as desfavorecidas, ficariam limitadas ao bate-bate oferecido pelos serviços da *Santa Casa da Caridade* desta cidade.

A construção das capelas mortuárias pertencentes à *Funerária da Santa Casa de Caridade* contribuiu para modernizar a estrutura funerária da cidade de Bagé e, ao mesmo tempo, também para distanciar a sociedade do ritual de velamento caseiro, do cortejo fúnebre e da própria morte. Por fim, vivemos numa sociedade que praticamente se desapegou de seus jazigos e mausoléus e que tem pressa, na qual a principal preocupação está em celebrar a vida e não mais a memória de seus entes sepultados.

## Referências Bibliográficas

- BASTIANELLO, E. T. Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memória pública, étnica e artefactual (1858-1950). 179f. *Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural)*. Programa de Pós Graduação do Instituto de Ciências Humanas, UFPEL, Pelotas, 2010.
- BAUMAN, Z. Vida líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- ELIAS, N. A Solidão dos Moribundos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 (2001).
- MARANHÃO, J. L. de S. O Que é Morte. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

## Fontes Documentais

### Impressos

*Fototeca Túlio Lopes* do Museu D. Diogo de Souza.

Guia Bemporat, p. 606. Arquivo Jorge Reis do Museu D. Diogo de Souza. S/d.

*Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional de Bagé*, 1937. do Museu D. Diogo de Souza.

Jornal *O Dever* 18 de fevereiro de 1915. Arquivo Jorge Reis do Museu D. Diogo de Souza.

Jornal *O Dever* 06 de agosto de 1916. Arquivo Jorge Reis do Museu D. Diogo de Souza.

Jornal *Minuano* 18 de agosto de 2007. Arquivo Jorge Reis do Museu D. Diogo de Souza.

### Entrevistas

Entrevista com o Sr. José Francisco Vidal Sacco.

Entrevistador: Elaine Maria Tonini Bastianello.

Realizada em Bagé, em Junho de 2011.

Entrevista com Mário Nogueira Lopes.

Entrevistador: Elaine Maria Tonini Bastianello.

Realizada em Bagé, em Junho de 2011.

Recebido em: 03/06/2012

Aprovado em: 17/07/2012

Publicado em: 15/09/2012

# Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”

Tiago Lemões da Silva<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Instaura-se, neste artigo, um diálogo com diferentes acepções teóricas sobre o fenômeno da população em situação de rua, considerando a multiplicidade de interpretações sociológicas e antropológicas que buscam explicar a questão. A discussão localiza-se na convergência entre estudos etnográficos sobre família, grupos populares e população em situação de rua, tangenciados por argumentações iniciais construídas pelo autor deste ensaio, a partir de ponderações elaboradas em pesquisa junto a homens e mulheres em situação de rua no centro de Pelotas, RS. O debate congrega as discussões a partir de um viés comparativo, apontando para conexões e continuidades – em termos de valores, práticas e representações –, em vez de rupturas e especificidades entre cultura popular, relações familiares e a vida nas ruas.

**PALAVRAS-CHAVE:** *População em situação de rua, Grupos populares, Família, Circularidade.*

---

**ABSTRACT:** This paper makes a theoretical dialogue with different meanings on the phenomenon of the homeless population, considering the multiplicity of sociological and anthropological interpretations that try to explain the issue. The discussion is located at the convergence of ethnographic studies on family, popular groups and homeless population, steeped for initial arguments by the author of this essay, from research into men and women living on the streets in downtown Pelotas, Brazil. The debate brings together discussions from a comparative outlook, pointing to connections and continuities - in terms of values, practices and representations - instead of ruptures and specificities between popular culture, family and life on the streets.

**KEY-WORDS:** *Homeless population, Popular groups, Family, Circularity.*

---

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil. Licenciado em História pela mesma instituição. A pesquisa da qual este artigo origina-se obteve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

## Introdução

*“Quando se fala em menino de rua, o senso comum logo reage com o retrato acabado de um ser em abandono, sem laços familiares, desamarrado para o que der e vier, armado com o seco temperamento dos desprovidos de afeto e com os instrumentos letais que o crime organizado coloca em suas mãos” (Silva e Milito, 1995, p.79).*

Interessa, neste artigo, aprofundar a discussão sobre o fenômeno da população em situação de rua<sup>2</sup>, considerando a multiplicidade de interpretações sociológicas e antropológicas que buscam explicar a questão. O ponto de partida, contudo, ancora-se em reflexões interpretativas construídas em pesquisa junto a homens e mulheres em situação de rua no centro de Pelotas, RS<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Privilegia-se a categoria “situação de rua”, por ser a denominação crítica mais recente em relação a conceitos anteriores, tais como “mendigos”, “menor abandonado” e “morador de rua”. Historicamente, estes termos suscitaram uma associação entre a vida na rua e a criminalidade. Da mesma forma, o termo “rua” carregou uma imprecisão que confundiu um processo dinâmico com uma essência social. Tais representações estigmatizantes foram sendo substituídas ao longo das últimas três décadas em função de sua influência nos modelos de intervenção junto a esta população (Leal, 2008). Assim, o termo “situação de rua”, ao contrário da categoria “moradores de rua”, de acordo com Patrice Schuch, atenta para a situacionalidade da experiência nas ruas, combatendo, ao mesmo tempo, processos de estigmatização direcionados a esta população, trazendo à cena a concepção do *habitar a rua* como uma forma de vida possível, distanciando-se, assim, de uma visão negativa calcada na falta ou carência de moradia fixa (Schuch, 2007; *apud* Schuch *et al*, 2008). Contudo, vale mencionar que embora a “situação de rua” busque minimizar certas essencializações, sua utilização não deixa de categorizar e circunscrever uma diversidade de comportamentos e uma multiplicidade de situações heterogêneas (Neves *apud* Rosa, 2005, p.65).

<sup>3</sup> A referida pesquisa, calcada em método etnográfico sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Magni, organizou-se a partir de um tríptico enfoque: a continuidade das relações familiares no contexto das ruas; as estratégias de construção e manutenção de vínculos com diferentes personagens no espaço público; e os códigos de sociabilidade que orientam a constituição de

De fato, quem de passagem os vê relegados ao espaço público pelotense expressa de imediato uma concepção de abandono, solidão e sofrimento em que a família “desestruturada” é o principal responsável pela existência, cada vez mais contundente, de homens, mulheres e crianças em situação de rua nos grandes centros urbanos. São, de fato, percepções que também compartilham de um determinado valor moral atrelado a uma noção de família, mas que conformam uma essencialização perversa em que os meios encerram o início e o fim de uma vida “trancada na rua”.

Não se pode negar, contudo, a especificidade criativa, a maleabilidade, a perversidade e os contorcionismos necessários à sobrevivência nesse meio, assim como a aquisição gradual de uma forma singular de percepção, apropriação e demarcação do espaço público e das relações nele firmadas. Mas são mecanismos que podem esconder uma rede mais ampla de atuação, rede que pode envolver conexões sociofamiliares equivocadamente tomadas como extintas.

Por seu turno, a narrativa primordial, que acalenta e dá sentido à inserção no conjunto de práticas e valores próprios à vida das ruas, envolve um discurso que sempre remete ao núcleo familiar e na maioria das vezes apresenta um conflito, uma perda, uma reorganização de papéis mal sucedida ou a frustração pelo descompasso entre “campo de possibilidades” e expectativas sociais. Mas, quando averiguadas de perto, no calor de suas representações, as conexões familiares apresentam-se constituídas, ainda que em alguns contextos encontrem-se sob uma configuração particularmente fraturada. O drama familiar está presente, e justamente por sua dramatização, acaba por revelar uma continuidade temporal, espacial e afetiva.

---

vínculos entre os pares em situação de rua. Ver: Lemões Da Silva, Tiago. Família, Rua e Afeto: etnografia das relações familiares, sociais e afetivas de homens e mulheres em situação de rua. Universidade Federal de Pelotas. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais: Pelotas, 2012.

Uma vida de adoções frustradas; a morte dos pais e a conseqüente introdução conflituosa de padrastos; a perda da guarda dos filhos e a internação destes em instituições totais; o peso moral das traições e separações conjugais; a frustração do papel de provedor - são inúmeros fragmentos narrativos que se misturam para racionalizar uma condição e uma posição específica no mundo das ruas. Essas explicações fornecidas aos diferentes segmentos sociais com os quais se relacionam, sempre carregam o embate no campo das relações familiares entre pais, filhos, padrastos, enteados, companheiros, irmãos.

A apresentação dos dramas familiares em forma de fatos ou “fantasias”, utilizada ou não como estratégia para conquistar o consentimento de diversos agentes, conforma algo mais do que simples discurso tático. Enquanto “mito etiológico” (Vogel e Mello, 1991), tais eventos familiares tornam plausível a “escolha” do caminho das ruas, mas não reportam somente ao passado, incluem-se num *corpus* argumentativo em que o futuro, idealizado por quem vive na rua, também conduz à apreciação de trabalho, casa e família, como se depreende de afirmações do tipo : “chegar em casa, assistir uma *tela* (televisão), tomar umas *cuias* (de chimarrão) com a *nega véia* (companheira)”. O sonho de uma casa, uma família. O desejo distante em adquirir um terreno, material de construção, ter filhos. Anseios que expressam, em linhas gerais, a adesão aos parâmetros familiares e sedentários.

Este valor conferido à família permeia diferentes dimensões temporais e fundamenta a carga de sentidos atribuída aos laços familiares. É o que faz com que muitos retornem periodicamente em visitas à casa da mãe ou que perambularem pelo bairro de origem, no processo de atualização das relações de camaradagem.

A casa é um dos pontos de passagem dentro de um itinerário mais amplo na cidade. Há uma continuidade entre o bairro de origem e a vida nas ruas. Tal continuidade desvela, conforme Simone Frangella (1996), a “ambigüidade do contato” que reforça, por um lado, o estigma atribuído à situação de rua, mas

também expressa a interconexão de duas dimensões aparentemente antagônicas: a casa (o bairro) e a rua, universo de errância e circulação.

A despeito de inúmeras relações firmadas na rua, as referências primárias permanecem e conformam um território afetivo esparramado, com múltiplas configurações de pertencimentos e amarrações submersas, ocultas ao olhar apressado. Tanto os familiares quanto os camaradas do bairro “visitam” os que vivem na rua, trocam informações, interagem e compartilham certos ritos de sociabilidade. Sair do trabalho e passar na praça para conversar com um “amigo de rua” (que já foi – ou ainda é – membro da vizinhança) fornece subsídios para o intercâmbio de informações entre centro-periferia (pontos de doação de comida e roupas, indicação de possíveis *bicos* de trabalho) e periferia-centro (notícias de amigos, familiares, vizinhança).

Os filhos de pessoas em situação de rua, quando criados por outros familiares, também acionam e mantêm a ponte com o universo da casa e da família. Saber notícias dos filhos, ajudar com roupas, comida, dinheiro induz à procura dos familiares e pressupõe a manutenção mais ou menos pacífica destas relações – mesmo que, a princípio, mobilizadas pelo medo de perder contato com esses filhos. E embora a família manifeste o desejo de retirar um membro da rua, já não há mais compatibilidade entre as regras do mundo sedentário e as normas disfarçadas de “liberdade” que compõem o universo das ruas.

Em outros casos, principalmente entre os jovens, a negação em retornar a viver em família tem como argumento o uso do *crack* e suas consequências negativas para a unidade familiar, tanto em termos materiais (furto de objetos e/ou gêneros alimentícios) como em termos morais, quando entendem que, do ponto de vista dos pais, “ter um filho drogado”, que não participa na produção de renda familiar, é socialmente vergonhoso, pois afronta a moral da reciprocidade familiar e do valor do trabalho.

Uma vez na rua, mesmo que principalmente para o consumo do *crack* (com todos os perigos em atribuir à droga o motivo para estar na rua)<sup>4</sup> a vinculação à família e à parentela não se rompe e tende, com o tempo, a assumir certa estabilidade entrecortada por períodos de tensão em que uso da droga intensifica-se por uma série de questões que envolvem, desde conflitos internos à unidade doméstica, até frustrações no campo do trabalho e da vida amorosa. Na rua, *de loucão*<sup>5</sup>, por vezes o sujeito é procurado pela mãe ou pelos irmãos que querem saber notícias, entregar-lhe algumas roupas ou, mais raramente, convencê-lo a voltar para casa.

Mesmo assim, a família revela sua continuidade pelo *poder de referência* (Escorel, 1999) que comporta e que se apresenta sob variadas formas de representações positivas, negativas, antagônicas. São lembranças carinhosas, revoltosas, ressentidas. Evocam um poço de cobranças ou empecilho à “liberdade”. Com o tempo, porém, o sujeito em situação de rua parece deslocar as culpas e cobranças do grupo familiar, lançando-as sobre si e responsabilizando-se por sua própria condição: para voltar, precisa “se endireitar”, mudar de vida, de hábitos e pensar no futuro. Precisa corresponder aos critérios familiares de decência.

---

<sup>4</sup> Que o leitor não entenda somente o crack como causa da saída de casa. Em muitos casos, por mais que a droga sobressaia como motivo evidente, é extremamente recomendável considerar, além das condições macroestruturais, a conjuntura microssocial das relações engendradas entre os membros da família, em que a droga e a rua podem figurar como alternativa viável para dissimular temporal e espacialmente relações perversas há muito cultivadas no espaço doméstico, evidenciando a droga e outras problemáticas como o estopim ou a ponta do *iceberg* de embates mais profundos de ordem social, econômica, afetiva e relacional.

<sup>5</sup> Termo utilizado para referenciar o estado em que o sujeito “entrega-se” ao uso do *crack*. Pode-se estar *de loucão* ou *ficar de loucão*. No primeiro caso, o usuário utiliza o *crack* por semanas ou até meses, e suas roupas, aparência e comportamento expressam radicalmente a condição em que se encontra. No segundo caso, trata-se de uma única noite de uso, dentro de uma relação controlada com a droga. Sobre o uso social e controlado do *crack* por população de rua, ver: RAUP, Luciane; ADORNO, Rubens. *Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades*. In: Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, n.4, 52-62. 2011.

De outra parte, há casos em que o homem constitui sua própria família, e uma série de questões pode fazê-lo inserir-se no universo das ruas diante de uma condição de precariedade e intermitência entre emprego, desemprego e realização de “bicos”, situação que pode ameaçar a própria posição e expectativas sociais em torno do chefe de família. Sustentar os filhos valendo-se dos recursos ofertados pelo espaço público (vigilância de carros; coleta e venda de material reciclável; rede de assistência e doações) propicia o conhecimento tácito de um conjunto de relações fecundas em termos de benefícios materiais e afetivos. Tal rede pode fazer ancorar os que nela incluem-se no intuito de suprir a unidade familiar. Daí em diante, dormir na rua pode significar uma estratégia de economia, visto que voltar para casa é sinônimo de gastos com deslocamentos.

Nestas diferentes situações, a família entrecruza as justificativas, os motivos, os objetivos, revelando que a vida na rua parece não se limitar a si mesmo: a família é o pano de fundo e continua a ser mesmo em casos de fratura relacional, em que sua presença simbólica está na retórica dos motivos. Tanto as referências que dão sentido ao ingresso nas ruas, como a identificação da rede de relações que se estende à dimensão sociofamiliar indicam a centralidade dos significados atribuídos à família, atualizados na prática e nas representações construídas ao longo da vivência nas ruas.

Convém indagar se há, de fato, uma transubstanciação tão significativa que respalde a essencialização que a rua instiga. A própria terminologia “de rua” acaba por confundir um processo dinâmico, relacional, com uma essência social, ignorando heterogeneidades e homogeneizando os tratamentos direcionados ao referido segmento. Em tal nível de reflexão, Eduardo Leal considera a “situação de rua” como uma “dinâmica social delimitada e possível a crianças e adolescentes de camadas de baixa renda, de acordo com a relação cultural estabelecida destes com o espaço público” (Leal, 2008, p. 103).

Partindo destas ponderações, tudo nos leva a crer que há um recorte determinista que institui a substituição sumária do ambiente familiar pelo ambiente da rua. Esse processo contribui para a construção de um vilão: a “família desestruturada”.

*É a instancia familiar, de ordem privada, a que proporciona o maior número de motivos explicativos para a presença de crianças e adolescentes nas ruas, como se nestas famílias – além de serem pobres e não contarem com o respaldo da ação pública governamental – faltasse um ‘gancho’ que conseguisse ancorá-los em seu domínio. Uma parcela da opinião pública mantém uma explicação ‘naturalizada’ da desigualdade e o ônus maior recai sobre a família pobre que seria, naturalmente, conflituosa. Habitantes de bairros pobres e precários, os filhos das classes populares recebem todos os estímulos para estabelecer vínculos tênues e instáveis com a escola e uma utilização crescente da rua como espaço de trabalho e lazer. Responsabilizar a estrutura familiar pelo desconcerto desse múltiplo arranjo de determinações que conduzem as crianças para trabalhar e morar nas ruas da cidade é encontrar, senão um bode expiatório, uma estereotipia da família pobre, como desagregada e promotora de seres desviantes, marginais (Escorel, 1999, p. 134).*

No bojo desse processo de moralização da pobreza, acusativo dos grupos populares por sua própria “desgraça”, figura um etnocentrismo na manifestação da estranheza diante de “costumes exóticos” que não aqueles comuns à família nuclear completa, expressos no conceito de desorganização social, também utilizado para fundamentar crescentes taxas de criminalidade - discurso que oculta os fatores macrossociais, no plano das desigualdades sociais e das flutuações econômicas, estigmatizando a família como um “topo estrutural” de suas próprias mazelas.

Quando as afirmativas direcionam e encerram uma causa monolítica para um processo que é dinâmico e relacional, há que se desconfiar, pois um desvio de atenção ocorre, e ele não é gratuito. Lançar o ônus sobre a “família desestruturada” ou sobre o “morador de rua” organicamente encerrado por uma qualificação espacial, convence ainda mais o senso comum de que a rua é dimensão de criminalidade (pois “família desestruturada” produz “seres desviantes”) e de isolamento social, visto que as classificações obedecem aos critérios superficiais de desvinculação.

Como veremos em alguns autores, as famílias de grupos populares, das quais a grande maioria dos sujeitos em situação de rua são originários, organizam-se de tal maneira a conformar uma malha extensa de reciprocidade para a qual a rua pode ser o *locus* e o sentido. A complexidade do fenômeno, que aproxima cada vez mais os sujeitos a uma interação vertiginosa com o espaço público urbano, exige análises e reflexões refinadas e atentas aos múltiplos e complexos fatores que incidem sobre a questão.

### **A circulação**

Em se tratando de crianças que exercem atividade laboral nas ruas, algumas especificidades emergem: a família não toma tal fato com maus olhos e muitas vezes a rua não é espaço de trabalho apenas das crianças, mas de outros membros da família, sendo vista

com positividade na medida em que ocupa o tempo ocioso e conduz a práticas educativas em termos de manejo com dinheiro.

A essa relação com a rua, já inserida no *ethos* familiar, Vogel e Mello (1991), associam um processo evolutivo entre trabalhar na rua e tornar-se menino de rua: em primeiro lugar, o trabalho substitui a dimensão lúdica, própria da infância; em segundo, o ingresso na rua altera significativamente a dinâmica familiar e sua morfologia, principalmente no que concerne à autoridade dos pais. Respectivamente a estas duas alterações, os autores sugerem duas rupturas: com a infância (*infância roubada*) e com a família, sugerindo a substituição desta pelos grupos de pares constituídos na rua.

A noção de ruptura, apresentada pelos referidos autores, é fortemente criticada por Maria Gregori (2000). Para esta antropóloga, o trabalho nas ruas não implica no rompimento dos vínculos escolares, lúdicos e familiares, pois a família exerce um controle para evitar que a criança firme relações com grupos de rua. Com isso, a substituição da socialização primária pelo universo das ruas não é tão fácil como Vogel e Mello parecem supor.

Gregori questiona-se, então, sobre as forças que atuam na fratura relacional, quando esta efetivamente acontece. Constata que, em primeiro lugar, é fundamental buscar pistas no histórico familiar sobre a proximidade com as ruas. Em segundo lugar, reforça a necessidade de desconfiar dos casos em que os meninos começam a ter experiências pautadas pela sociabilidade com o universo das ruas, visto que o processo pode ter se iniciado no núcleo familiar.

A circulação de crianças, na acepção de Cláudia Fonseca<sup>6</sup> (1999) é um bom começo para endossar as ideias defendidas por Gregori, nas quais o histórico familiar de instabilidade financeira,

---

<sup>6</sup> A noção circulação de crianças entre famílias de grupos populares foi construída por Fonseca a partir do diálogo comparativo com os estudos de Anne Cadoret (*Parente plurielle: anthropologie du placement familial*, Paris: Harmattan, 1995) e Suzanne Lallemand (*La circulation des enfants em société traditionnelle. Prêt, don, échange*. Paris: Harmattan, 1993).

conjugal, educacional, comunitária e residencial conforma uma dinâmica familiar em que o “estar na rua” é apenas a ponta do *iceberg* de uma vida conduzida pela circulação.

Ao estudar a organização familiar em vilas populares de Porto Alegre, Fonseca vivencia uma situação emblemática dos embates entre distintas províncias de significados no seio de uma mesma sociedade: esta antropóloga ouviu mães relatando, com impressionante “naturalidade”, o fato de ter seus filhos criados por avós, irmãos, tios. Por conseguinte, nomeações como “mãe de leite”, “mãe que me teve” e “mãe que me criou” finalizavam o rol de estranhamento recaído ao olhar da pesquisadora.

A frequência com que as mulheres e mães circulavam e colocavam suas crianças em circulação foi de encontro ao modelo convencional da família conjugal americana, predominante na organização familiar da própria pesquisadora (de origem norte-americana), na qual a unidade doméstica congrega toda a família conjugal, em que os filhos nascem e crescem para, ao alcançarem a maioridade, saírem de casa, tomarem rumos diferentes, desconhecendo, posteriormente, o paradeiro um do outro. Ao casar, cada um constitui unidade independente, tal qual os pais o fizeram: nuclear e nuclearizada (Fonseca, 1999).

Desestabilizada em campo, a pesquisadora, então, busca aportes para operacionalizar seu estranhamento: esquematiza dados básicos sobre a composição da unidade doméstica, tentando delinear os vínculos familiares e afetivos; relativiza, com base na história social, a naturalização da família conjugal, trazendo à tona o caráter socialmente construído da noção de família<sup>7</sup>; compara seus

---

<sup>7</sup> O ideal da família nuclear moderna, edificado na Europa do século XVII, insere-se num contexto histórico em que emergia a necessidade do Estado em controlar e disciplinar seus sujeitos, o que garantiria um nível mínimo de estabilidade econômica. A partir de então, a “livre escolha do conjugue e a incorporação do amor romântico ao laço conjugal; o aconchego da unidade doméstica (“lar, doce lar”) que se torna um refúgio contra as pressões do mundo público; e, finalmente, a importância central dos filhos e da mãe enquanto sua principal socializadora”(Fonseca, [1989] 1999:69) caracterizaram o nascente modelo de organização familiar europeu. A autora sugere que as forças constituintes da vida familiar europeia são

dados etnográficos com dinâmicas análogas registradas em etnografias clássicas, identificando a prática da circulação de crianças em culturas distintas<sup>8</sup>; por fim, formula um modelo de família alternativo ao convencional, no qual o ciclo familiar com circulação de crianças não reduz a identidade familiar, mas, ao contrário, o “circulante” parece acirrar ainda mais o laço consanguíneo através do tempo, mesmo transferido para um novo grupo conjugal.

O modelo alternativo parece impor-se como antípoda ao convencional, predominante na terra natal da pesquisadora. Enquanto neste, os filhos, concentrados e protegidos na unidade doméstica nuclear, na maioria voam para o mundo e esfacelam seus vínculos, naquele, a família, imersa numa dinâmica aberta a outras formas de sociabilidade, põe seus membros em circulação, para, cedo ou tarde, serem “puxados pelo sangue”, de volta aos pais biológicos.

Tomando o estranhamento inicial - esse choque de concepções culturais bastante fecundo quando tratado pela sensibilidade etnográfica – Cláudia Fonseca, ao mergulhar no mundo de práticas e representações familiares, operacionalizou a noção de circulação de crianças como uma dinâmica própria aos grupos populares de Porto Alegre, dinâmica esta que fortalece a solidariedade do grupo familiar como um todo, sustentando laços de afeto e criando obrigações intergeracionais de reciprocidade.

---

incompatíveis com o que ocorreu no caso brasileiro: um Estado anêmico e descentralizado, condições precárias de vida, instituição escolar inerte e ausente. Nesse quadro, os membros da casa permaneceram amarrados a outros focos de sociabilidade onde circuitos de comadres, turmas de bar e relações de vizinhança encerravam a rede social dos populares até, pelo menos, meados do século XX (Alvim, 1997 *apud* Fonseca, 1999).

<sup>8</sup> O contato de Fonseca com a noção de circulação de crianças se deu quando da leitura de *Parenthood and Social Reproduction: Fostering and Occupational Roles in West Africa*. Essa etnografia, realizada por E. Goody (1982) entre os Gonja da África Ocidental, revela que as crianças circulam em situações de crise conjugal, sendo absorvidas por algum parente, mas também ocorre de forma voluntária na medida em que se manifesta o desejo em estreitar laços de solidariedade com familiares distantes.

Calcando-se nesta dinâmica de circulação de crianças, Gregori elabora sua tese, defendendo que tanto as vivências com as famílias quanto as relações construídas na rua são pautadas pela circulação. Esta constitui uma das características mais marcantes na vivência dos meninos de rua: estão sempre circulando entre as instituições, a família, e os vários locais tomados como referência no espaço público. Nestes termos, a circulação é o que pauta a relação com diferentes atores sociais:

*[...] da mesma maneira que a maioria deles [os meninos de rua] não abandona em definitivo suas famílias, não abandona também as instituições e agrupamentos com os quais convive. O “não abandonar”, no entanto, não significa “se fixar”, implicando uma substituição. Na história de vida dos meninos estudados, esse padrão de circulação já se verifica com nitidez. Em primeiro lugar, são famílias em que a “circulação de crianças” é procedimento frequente. Parte considerável desses meninos passou um tempo prolongado morando com seus genitores. A própria estrutura familiar é recortada por uma dinâmica instável: pais que saem de casa, vinda de diferentes padrastos, novos filhos, crianças de outros parentes sendo criadas juntas, etc. Em segundo lugar, são famílias para as quais a renda para o sustento nunca foi estável: há momentos em que os provedores estão empregados, outros tantos em que estão desempregados, realizando “bicos”; há momentos em que os filhos estão apenas*

*estudando, muitos outros em que trabalham e estudam. São também famílias que se mudam frequentemente, passando pelos bairros mais precários da cidade ou por outros municípios da grande São Paulo, alterando a rotina de seus membros (Gregori, 2000, p. 72).*

A discussão amplia-se para uma dinâmica que, ao invés de excluir, abarca as relações familiares em termos de uma história de vida marcada por deslocamentos e variações constantes no que tange às vinculações sociais estabelecidas. O êxito da noção de circulação, desenvolvida por Gregori, consiste em pensá-la como dinâmica pré-existente e adquirida antes do ingresso efetivo às ruas, num meio de sociabilidade aberta às inúmeras redes de relações existentes no espaço público.

Para Gregori, esse processo circulatório de não-fixação, esta mobilidade constante em busca de recursos não permite a inserção consistente de crianças e jovens na rede de vizinhança ou comunitária, visto que em casos de conflitos familiares, a criança ou o jovem, estando articulado à comunidade local, pode encontrar apoio de outras famílias, situação que pode evitar ou retardar seu afastamento definitivo. E mesmo quando este ocorre, a passagem para a rua, mais do que uma representação que implica novidade e liberdade, trata-se de uma vivência cujas origens remetem aos padrões apreendidos na movimentação organizacional, espacial e social levada a cabo pela família que “antes de ser causa do fenômeno, faz parte do contexto que propicia uma experiência de circulação que poderá ser – e, no mais das vezes é – aproveitada na rua” (*op cit*, p. 100).

## A relação casa/rua/gênero no contexto dos grupos populares

Se a reflexão aqui empreendida localiza estes sujeitos no universo de grupos populares, em que o valor do trabalho está inexoravelmente relacionado ao valor família, ela também corrobora o *ethos* da circulação e, principalmente, o fato de que é um equívoco considerar que nos estratos populares ocorre uma ruptura entre os espaços da casa e da rua, assim como o esmaecimento da noção de parentela. Conforme Lia Machado,

*O processo de transformar as relações de vizinhança em relações de parentesco e vice-versa, acaba por instituir a noção de pedaço (Magnani, 1984), território simbólico de parentes e conhecidos que faz avançar o mundo da família e dos princípios relacionais sobre o mundo da rua e dos princípios vivenciados pelas classes populares como o do anonimato, da indignidade e da indiferença (Machado, 2011 p. 19).*

Além de localizar a rua como espaço contínuo e estendido ao universo doméstico, a questão da circulação corrobora os estudos sobre a mobilidade em grupos populares, tanto em termos de valores que impulsionam à movimentação dentro de uma gramática de gênero, quanto em termos materiais, em que se deslocar faz-se necessário na busca de recursos mais favoráveis ou esperanças de condições melhores de vida, configurando, nos termos de Adriane Boff, um “recurso popular” para se viver. A este recurso, agrega-se uma transposição de limites geográficos pela qual se reconhece uma rede de reciprocidade social oferecida pelo meio urbano como alternativa possível.

*A particularidade cultural desse estilo de vida móvel aparece aqui e lá tornando 'relativamente fáceis a incorporação e a acomodação de estranhos'. Vínculos se rompem; outros são reatados mais tarde ou em outros lugares. Os ajustamentos pessoais obedecem, portanto, à lógica dessa mobilidade singular – sempre conforme um idioma que permite aos membros desse universo se sentirem 'em casa', se reconhecerem como pares (Boff, 1998, p. 73).*

Explodindo com concepções de mundo rígidas, fechadas e imobilistas da pobreza – quase sempre fabricadas pelo desestímulo influenciado pelas inúmeras barreiras em melhorar de vida – os trabalhadores pobres de Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, estudados por Alba Zaluar (1994), também afirmam a centralidade que a circularidade possui em suas trajetórias, anunciada nas expressões “correr atrás”, “virar-se”, “não se atrasar”. As expectativas de mobilidade, de não ficar parado, mexer-se em busca de soluções – pois “quem fica parado é poste” – incidem predominantemente sobre o universo masculino e estão associadas ao movimento como reação para superação, tema de um discurso da “mobilidade masculina” (Agier, 1990, *apud* Escorel, 1999).

Conforme Escorel (1999), o nomadismo que caracteriza os grupos populares faz parte de uma estratégia jovem e masculina de enfrentamento de desafios, anterior ao processo de morar nas ruas. Detendo-se em histórias de vida de jovens adultos em situação de rua no Rio de Janeiro, procedentes de ‘classes trabalhadoras pobres’<sup>9</sup>, a autora constata que as condições vulneráveis de

---

<sup>9</sup> A categorização ‘trabalhadores pobres’ é utilizada pelos interlocutores de Alba Zaluar em a Máquina e a Revolta (1985), no sentido de constituir uma oposição ao ‘criminoso’ ou ‘vagabundo’.

habitações prévias à “moradia nas ruas”, compunham padrões de vida muito próximos aos que se apresentam para quem vive na rua: moradia e acolhimento precários, falta de saneamento, de higiene e padrão alimentar incerto indicam uma fronteira muito tênue entre a condição abrigada e a das ruas. “Em termos de precariedade do abrigo, o ‘cair na rua’ não é um tombo de muito alto” (*op cit*, p. 123). Além do mais, viver sob um padrão de consumo extremamente baixo, presente no seio familiar e também nas cercanias do bairro, na vizinhança, naturaliza tal condição e constrói um aprendizado para “saber viver com cada vez menos”. Esse “saber”, defende Escorel, será extremamente útil nas ruas, onde é preciso lidar com a efemeridade dos bens e dos rendimentos.

No contexto social de grupos populares, a família é centralizada em relação a todos os outros campos relacionais. É o que aponta Delma Neves (1983), para a qual a unidade familiar desempenha um papel fundamental na adequação do consumo aos rendimentos obtidos pelo trabalhador chefe de família, apoiando-se também no acúmulo das rendas de todos os membros, em atividades que podem ir do biscate à mendicância. Em prol da continuidade familiar, adotam-se mecanismos que minimizam a insuficiência do salário e amortecem a precariedade de determinadas atividades.

*Por isso mesmo, nas representações que os trabalhadores fazem de sua prática social, ou seja, em suas maneiras de interpretá-la, a relação entre o trabalho e a família é um ponto de referência fundamental. Ser bom chefe de família é ser bom trabalhador. Ser trabalhador pressupõe a existência de uma família, para a qual se trabalha e pela qual se obtém as condições básicas para que se*

*continuem mantendo as relações de trabalho (Neves, 1983, p.31).*

Como verificado por Alba Zaluar, o valor do trabalho tem seu *status* vinculado, não ao trabalho em si, mas ao ‘ganha-pão’. Ora, tem-se aí menos uma ética de trabalhador do que uma ética do provedor, pois “é esta obrigação com os demais membros da família, em especial quando ele [o trabalhador] é o provedor principal, que o faz aceitar como positivo o trabalho” (ZALUAR, 1994, p. 89). O peso simbólico da ética do provedor é tão importante que sua ameaça, advinda de instabilidades econômicas, pode solapar tal *status* e arruinar a autoridade familiar do homem.

Uma vez arruinado o desempenho de papéis padronizados no sustento da família ou na contribuição das rendas mínimas à reprodução desta, a mendicância pode vir a configurar uma das formas de colaboração na composição dos rendimentos familiares. Este “desastre familiar” produz uma figura central: a do morador de rua, um universo majoritariamente masculino. Estes homens sofrem um duplo processo: são *hipermasculinizados*, porque independem dos controles sociais vigentes, e insinuam o perigo, a agressividade, a violência; ao mesmo tempo, são *desmasculinizados* porque encarnam a falência social frente aos parâmetros positivamente estabelecidos em torno da decência social e da dignidade humana (Frangella, 2009).

### Considerações finais

O diálogo com as reflexões teóricas e etnográficas aqui apresentadas permitiu vislumbrar as forças distintas que sustentam significados do espaço público urbano para sujeitos que dele se apropriam, seja para atividades laborais ou mesmo como caminho possível frente a uma série de vulnerabilidades e conflitos com a dimensão sociofamiliar e com o mundo do trabalho.

A compreensão da mobilidade e da circulação como prática inserida no cotidiano de grupos populares, assim como as estratégias de enfrentamento da realidade, evidencia a estreita relação destas práticas e valores com a maleabilidade e os saberes que a vida na rua demanda. Poderíamos tomar, assim, a ida para as ruas, não em sua ruptura com o universo doméstico e sedentário, mas como continuidade acentuada das relações e dos valores apreendidos neste meio, ao lançarmos mão dos deslocamentos possíveis e das diferentes vias de vinculação em grupos de ajuda e apoio, formados pelos sujeitos antes da saída anunciada de casa.

A permanência das relações de ordem primária (familiar e comunitária), embora muitas vezes conflituosa e problemática, ressalta o trânsito entre domínios, bem como valores e visões de mundo que se misturam e se somam entre a casa e a rua que, longe de oporem-se, acabam por se amalgamar num fluxo contínuo de interações, afetividades, reciprocidades, conflitos, aproximações e distanciamentos relacionais.

O que está em jogo é que a noção de deslocamento social rumo ao “não-lugar” faz emergir o drama da ruptura familiar. Até mesmo o olhar externo que projeta o abandono e a solidão aos que vivem na rua, não é gratuito. Ele revela o quão importante é o grupo familiar na sociedade brasileira, onde identidades e pertencimentos no âmbito sociofamiliar predominam sobre as garantias no âmbito do trabalho e da cidadania (SCOREL, 1999).

A partir das reflexões etnográficas e do mosaico biográfico apresentados neste artigo, é possível relativizar a desvinculação total e abrupta entre os sujeitos em situação de rua e seus familiares. Coloca-se em cheque a existência de uma ruptura entre a casa e a rua, haja vista as potencialidades fluídicas e relacionais que estas dimensões exibem, revelando que a rua e a casa, no contexto dos grupos populares, nunca foram separadas por fronteiras rígidas e definitivas.

## Referências Bibliográficas

- BOFF, Adriane. *O namoro está no ar... na onda do outro*. Um olhar sobre os afetos em grupos populares. Santa Cruz do Sul. Edunisc: 1998.
- SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu. Trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- FRANGELLA, Simone. *“Capitães do Asfalto”*: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas “de rua” em Campinas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- FRANGELLA, Simone. *Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.
- FONSECA, Cláudia. *Família, Fofoca e Honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso. *Pesquisa etnográfica e educação*. Caxambu: ANPED, 1998.
- GREGORI, Maria Filomena. *Viração. Experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LEAL, Eduardo Martinelli. O outro nome da pobreza: a “situação de rua” na perspectiva antropológica. In: LIMA, Kant de (org.) *Antropologia e Direitos Humanos* 5. Brasília; Rio de Janeiro: ABA; Booklink, 2008.
- MACHADO, Lia. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*. V.4, n.8, p.11-26, 2001.
- NEVES, Delma. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. *Ciência Hoje*. SBPC. (s/1); jan/fev, ano 1, n.4, 1983. p.28-36.
- NEVES, Delma. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Caderno CRH*, Salvador, n.30/31, 1999.
- ROSA, Cleisa M (org.). *População de Rua, Brasil e Canadá*. São Paulo. Hucitec: 1995.

**Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”**

---

SILVA, Hélio; MILITO, Cláudia. *Vozes do Meio Fio*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará: 1995.

VOGEL, Arno e MELLO, Marco Antônio. “Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho”. In FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben (orgs.) *O trabalho e a rua – crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo, Unicef/Flacso e Cortez, 1991.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2 ed. São Paulo: 1994.

Recebido em: 10/06/2012

Aprovado em: 19/07/2012

Publicado em: 15/09/2012

# Aspectos da preservação do patrimônio no Rio Grande do Sul: O caso do Tombamento dos bens móveis pertencentes à Biblioteca Pública do Estado

Guilherme Dias<sup>1</sup>

**RESUMO:** Nosso intuito com o presente artigo é apresentar características do processo de tombamento<sup>2</sup> dos bens móveis pertencentes à Biblioteca Pública do Estado. Dois motivos nos levaram a escolha desse tema: o primeiro, por tratar-se de um tombamento de bens móveis, contrariando, portanto, a lógica da “pedra e cal”, presente tanto nos tombamentos estaduais quanto nos nacionais<sup>3</sup>, e o segundo por ser um processo que demonstra uma grande preocupação com a preservação dos bens em questão, muito antes do tombamento da própria Biblioteca Pública do Estado<sup>4</sup>. Destaca ainda o uso de imagens no processo utilizadas para justificar a preservação dos bens a serem tombados.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Processo de tombamento, Patrimônio estadual, Bens móveis, Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.*

---

**ABSTRACT:** Our main goal in this article is to expose the issues that involve the landmark creation process of the State’s Public Library’s mobile properties. We happened to choose this subject for two reasons: the first one is about mobile properties turning into landmarks, therefore contradicting the “stone and lime” logic that is present amongst both state’s and national’s landmarks creation processes; the second reason is because the process shows a big concernment about the preservation of

---

<sup>1</sup> Formado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil, e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil, atualmente é professor temporário da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Brasil.

<sup>2</sup> Em nossa pesquisa analisamos os processos de tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico do Estado – IPHAE, dentre os quais o tombamento dos bens móveis pertencente à Biblioteca Pública de Porto Alegre está presente e faz parte do Patrimônio do Estado do Rio grande do Sul.

<sup>3</sup> Refiro-me a quantidade e monumentalidade de bens, do predomínio do arquitetônico sobre os demais patrimônios, política característica da chamada Fase Heroica do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Brasil.

<sup>4</sup> Refiro-me a quantidade e monumentalidade de bens, do predomínio do arquitetônico sobre os demais patrimônios, política característica da chamada Fase Heroica do SPHAN.

these properties, way before of the landmark creation process of the State's Public Library itself.

**KEY-WORDS:** Register process, *State heritage*, *Movable*, *Public library of Rio Grande do Sul*.

---

## **O contexto da proteção dos patrimônios no Estado do Rio Grande do Sul**

A preservação dos patrimônios no Estado do Rio Grande do Sul foi reflexo da descentralização, em nível nacional, das responsabilidades para com a proteção dos bens patrimoniais.

Tradicionalmente a história do IPHAN é dividida em dois momentos, segundo (Fonseca, 2005) o primeiro momento, conhecido como Fase Heroica, foi o período correspondente aos primeiros anos de atuação do SPHAN, sob a presidência de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que cronologicamente inicia em 1937, com o Decreto-lei nº25 de 1937, até o ano de 1967, ano da aposentadoria de seu primeiro diretor, quando inicia a Fase Moderna, por sua vez cronologicamente delimitada entre a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1967, até os dias atuais. Este período é marcado por transformações na política de preservação, devido às influências sofridas pelo desenvolvimento do país como a modernização, industrialização e urbanização, e pelo envolvimento de outros agentes na proteção dos patrimônios, como a UNESCO, em nível internacional, e os Estados e os Municípios, em nível nacional. Portanto, compreender as transformações da década de 1970 é fundamental para se perceber as mudanças ocorridas na preservação do Patrimônio Nacional já que, durante esse período, as responsabilidades foram partilhadas e mais agentes de preservação foram criados, com o intuito de aperfeiçoar o trabalho em prol da proteção do patrimônio.

Podemos afirmar que, após a Fase Heroica, a responsabilidade pela proteção do Patrimônio Nacional foi

partilhada com outros agentes e órgãos de proteção, além dos membros do IPHAN, que tradicionalmente controlavam os processos de tombamento.

Das ações dessa nova etapa da história da preservação no Brasil e sobre a ampliação da noção de patrimônio destacamos parte da documentação resultante de encontros promovidos pela UNESCO, chamadas cartas patrimoniais, das quais salientamos o Compromisso de Brasília, de 1970, e o Compromisso de Salvador, de 1971. Nestes encontros governadores, secretários, prefeitos, presidentes e representantes de instituições culturais definem ações e iniciativas para a preservação do Patrimônio Nacional.

Sobre o documento conhecido como Compromisso de Brasília, podemos destacar o reconhecimento da “necessidade de ação supletiva, dos estados e dos municípios à atuação federal, no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” e, ainda, que “aos Estados e Municípios também compete, com a orientação do DPHAN<sup>5</sup>, a proteção de bens culturais de valor regional” (IPHAN, 2004, p. 138). Essa ação conjunta entre os novos agentes, representantes do poder municipal e o IPHAN (na época DPHAN) representante da fase moderna do órgão, onde a responsabilidade e o trabalho de preservação foram partilhados.

Do mesmo modo, com a finalidade de aperfeiçoar as ações, ainda na década de 1970, novos órgãos foram criados visando ampliar a proteção do Patrimônio Nacional. Em 1973 surgiu o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas – PCH, visando dar suporte à infraestrutura para o desenvolvimento do turismo e, em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, com o objetivo inicial de criar um banco de dados da cultura brasileira. (Fonseca, 1997)

---

<sup>5</sup> Em 1946, o SPHAN passou a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). E, em 1970, o DPHAN se transformou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Fonseca nos esclarece, acerca da trajetória desses novos órgãos:

*Em 1979, com o apoio do ministro Eduardo Portella e do general Golberi do Couto e Silva, Aloísio Magalhães foi nomeado diretor do IPHAN, ocorreu a fusão IPHAN/PCH/CNRC, reuniram-se assim, numa só instituição, os recursos e o know-how gerencial do PCH, o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e inovadora do CNRC<sup>6</sup>. Foi criada uma nova estrutura: um órgão normativo – a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é um órgão executivo a Fundação nacional Pró-Memória (FNPM) (Fonseca, 1997, p. 175).*

Além do aperfeiçoamento dos órgãos de proteção percebe-se um aumento significativo na preocupação com a preservação de bens populares e também de natureza imaterial, ainda que associados à ideia de turismo, pois contribuíram para a preservação e a retomada do pensamento de Mário de Andrade, presente em seu anteprojeto de 1936. Segundo Rhoden: “Embora não tenha sido aproveitado, o anteprojeto de Mário de Andrade<sup>7</sup> teve sua ideia retomada em parte nos anos 70 pelo Centro Nacional de referência Cultural, e, logo em seguida, pela Fundação Nacional Pró-Memória.” (Rhoden, 2002, p. 254).

Estas mudanças significativas na política de preservação,

---

<sup>6</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas – PCH, Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC.

<sup>7</sup> Mário de Andrade foi responsável por elaborar o Anteprojeto para a Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, seu projeto foi aproveitado apenas em parte pelo SPHAN, questões referentes ao patrimônio Imaterial e também popular ficaram em segundo plano, era então instituída a política da “Pedra e Cal” com o predomínio para o patrimônio edificado e destaque para o Barroco Mineiro.

nos anos 1970 e 1980, visaram garantir uma melhor proteção de nosso patrimônio, multiplicando os agentes responsáveis pela preservação, aperfeiçoando o serviço técnico e ampliando os conceitos referentes ao tema.

Fruto deste contexto e responsável pela proteção ao patrimônio no Estado do Rio Grande do Sul foi criada, em 1964, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, em 1968, o Conselho Estadual de Cultura – CEC – e, em 1983, o Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. “Em 1990 a Lei 9.117 de 20 de julho criava a Secretaria Estadual de Cultura – SEDAC [...] no mesmo ano uma portaria do executivo – 11/90 alterava a denominação CPHAE para IPHAE.” (Zamin, 2006, p. 49).

### **Considerações acerca do Patrimônio**

O patrimônio histórico pode ser compreendido como um conjunto de bens considerados relevantes para a história e memória de determinado grupo e que em determinado momento é reconhecido como tal, passando a ser alvo de preservação e valorização.

Nesse sentido, o patrimônio pode ser visto como “[...] uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos” (Choay, 2001, p. 11).

O patrimônio histórico é composto por uma série de bens destinados à preservação, pois pertencem a um passado em comum de determinada sociedade, impregnado por um sentimento de pertença, constituindo-se em um elemento formador da identidade individual e coletiva. Em relação a esses bens Fonseca destaca que:

*No caso dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, o valor que permeia o conjunto de bens, independentemente de*

*seu valor histórico, artístico, etnográfico etc., é o valor nacional, ou seja, aquele fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação (Fonseca, 1997, p. 31).*

É possível perceber que a análise do processo histórico que leva à proteção de determinados bens pode colaborar para uma maior compreensão das concepções acerca da identidade e da memória em diferentes tempos históricos e das concepções de história e de ideais, que se pretende preservar. Como salienta Ana Lúcia Meira:

*O campo do patrimônio envolve concepções que mudam com o tempo, com os valores da sociedade. Relaciona-se com os conceitos de identidade, modernidade e nacionalidade e sua construção apresenta momentos em comum com as trajetórias dos conceitos de história e arquitetura (Meira, 2004, p. 17).*

Compreendemos, portanto, que as questões presentes na legislação, nas recomendações (UNESCO), nas celebrações são fundamentais para demonstrar a relevância atual dos bens tombados e as questões presentes nos processos de tombamento atestam a relevância dada aos bens, em um dado momento histórico, de reconhecimento de sua importância e do risco de seu desaparecimento, quando se constata a necessidade da proteção para a conservação de um fragmento da história e da memória.

Fernando Catroga explica que:

*A memória tem um papel pragmático e normativo. Em nome de uma história, ou de um patrimônio comum (espiritual e/ou material), ela visa inserir os indivíduos em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros, e exige-lhes, em nome da identidade do eu – suposta como identidade onipresente em todas as fases da vida – ou da lealdade ao grupo, deveres e lealdades endógenas (Catroga, 2001, p. 26).*

Percebe-se que existe uma forte relação entre o patrimônio e a memória, já que, justamente o primeiro serve de referência para o segundo, colaborando assim para a formação da identidade, individual e/ou coletiva e, conforme Tedesco:

*Percebemos que cada vez mais os elementos mediadores da memória, sejam objetivos, de consciências coletiva e individual, de políticas de lembrança e de esquecimento, etc., servem de suporte à cultura, à identidade social e étnica, à tradição, à possibilidade de materialização das formas simbólicas da vida cotidiana, bem como aos dramas e tramas históricos (Tedesco, 2004, p. 28).*

Nesse sentido a preservação pode ser compreendida como uma tentativa de assegurar referências à memória, tendo como objetivo minimizar os efeitos da ação do tempo e, por consequência, do esquecimento. Conforme o mesmo autor:

*Entendemos ser fundamental a reconstrução da memória, porque a sociedade da informação, da técnica e da racionalidade econômico-consumista faz o tempo andar mais rápido, permite dar funcionalidades diversas aos espaços e as coisas; os objetos perdem significado mais depressa, têm reduzido seu tempo de duração e significação (Tedesco, 2004, p. 30).*

Assim, preservar determinado fragmento do passado em detrimento de outro, foi consequência, ao menos no Brasil e no Rio Grande do Sul, de políticas que, em diferentes contextos, privilegiaram um determinado conjunto de bens arquitetônicos. Essas políticas privilegiaram também outros bens culturais, que não só o patrimônio arquitetônico, mas também o arqueológico, artístico e imaterial<sup>8</sup>.

### **Ações do IPHAE na proteção do Patrimônio Estadual**

De acordo com nossa pesquisa<sup>9</sup>, entre o início dos anos de 1980 e final dos anos de 1990, o IPHAE também viveu momentos distintos. Inicialmente a preservação foi centrada em bens pertencentes ao Estado, juntamente com processos abertos pelo próprio IPHAE e os pareceres técnicos e históricos<sup>10</sup> elaborados por seus colaboradores. A partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, os processos começaram a sofrer mudanças significativas,

---

<sup>8</sup> Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens de natureza imaterial.

<sup>9</sup> O Patrimônio Material no Estado do Rio Grande do Sul: Política, Ações e Preservação.

<sup>10</sup> Os processos de tombamento analisados contam com uma documentação diversificada, porém, esses dois documentos o parecer técnico e o parecer histórico, são fundamentais para a compreensão dos valores arquitetônico (também do estado de conservação) e históricos.

permitindo a participação de agentes externos ao órgão de proteção, que colaboram fornecendo informações históricas, levantamentos fotográficos e mobilizando a comunidade para a preservação dos bens considerados patrimônios por esses grupos.

Dentre as principais justificativas para o tombamento dos bens destacam-se: bens que pertencem à história política do Rio Grande do Sul, bens que se encontram em péssimo estado de conservação, bens com risco de desaparecimento e também bens com a história de determinada etnia<sup>11</sup>.

Como afirmamos anteriormente, optamos por destacar o processo de tombamento dos Bens móveis pertencentes à Biblioteca Pública do Estado, justamente por não se tratar de um exemplar de “pedra e cal”, no caso, as edificações que eram privilegiadas nos processos de tombamento até então, mas também porque nesse processo diversas questões mereceram destaque, como a preocupação com a preservação dos mesmos antes mesmo da solicitação de tombamento, a defesa de uma harmonia entre a arquitetura e os móveis, questões referentes aos usos dos mesmos e a necessidade de permanência dos bens através de fotografias.

### **Os Bens Móveis Pertencentes à Biblioteca Pública do Estado**

A abertura do processo de tombamento foi feita através do ofício número 63/90 encaminhando a documentação para o tombamento dos bens móveis pertencentes à Biblioteca pública do Estado. O processo conta com diversos documentos como ofícios, correspondências, fotografias e pareceres.

A solicitação de tombamento partiu da diretora da

---

<sup>11</sup> Frinéia Zamin, que pesquisou os patrimônios culturais do Rio Grande do Sul, optou por classificá-los conforme o decreto-lei nº25 de 1937, ou seja, dividiu os tipos de tombamento em três grupos: “compulsório, voluntário e de ofício”. Não adotamos a mesma classificação por entender que o desenvolvimento dos processos, o envolvimento de agentes externos ao órgão de proteção e a atribuição de valores a determinados bens, não podem ser detectados apenas pelo tipo de tombamento, é preciso levar em conta todo o processo de tombamento e as fontes contidas no mesmo.

biblioteca, Suzete Nunes Teixeira, através do ofício 07/1990–BPE, que demonstrou a preocupação com a manutenção dos bens pertencentes a instituição: “A presente solicitação visa a preservação de todo o patrimônio histórico e artístico existente no prédio tais como mesas, cadeiras, poltronas, lustres, adornos, etc.” (Processo 897-08-04 CODEC fl.03).

No parecer nº. 06/90 encontramos a preocupação de “seu patrimônio móvel compreendendo esculturas, pedestais, pinturas murais e quadros a óleo e crayon, luminárias, e mobiliários além das decorações integradas a própria estrutura do prédio.” (Processo 897-08-04 CODEC fl.04) O parecer ainda destaca a necessidade “de se evitar [...] descaracterizações e /ou deturpações evidenciadas anteriormente”, a mais lamentável de todas na década de 60 [...]” (Processo 897-08-04 CODEC fl.06). O que ocorreu na década de 60, segundo o parecer, foi a pintura das paredes e tetos das salas de leitura, secretaria e vestíbulo, com uma tinta fosca que acabou cobrindo as pinturas murais existentes no local “[...] sob a alegação de que careciam de valor artístico.” (Processo 897-08-04 CODEC fl.06) Esta última passagem nos permite observar que a importância dada às pinturas murais existente na biblioteca, bem como que o seu valor artístico pode mudar em algumas décadas, demonstrando que “o patrimônio é um território de litígio” (Soares, 2010).

“O parecer 06/09 foi favorável ao tombamento devido entre outras coisas, ao [...] excepcional valor artístico- cultural desses acervos em artes plásticas e aplicadas, além de bens integrados a [...] bibliografia especializada em livros raros.” O parecer termina destacando o valor afetivo e referencial desses bens (Processo 897-08-04 CODEC fl.06).

Através da portaria nº. 12/90 ocorreu o tombamento dos bens móveis pertencentes à Biblioteca Pública do Estado. A publicação no Diário Oficial deu-se em 22 de agosto de 1990.

Embora tenham sido tombados em 1990, a preocupação em manter os bens pertencentes à Biblioteca Pública do Estado já se fazia presente na década de 70, quando uma série de ofícios

solicitavam a transferência de parte dos bens da biblioteca para outros locais, como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e Palácio Piratini.

No ano de 1971 a Diretora da Biblioteca Pública do Estado, Juliana Vianna Rosa, em resposta ao ofício ccc/428/71, que solicitou a remoção de móveis pertencentes à Biblioteca, realiza uma defesa da permanência dos bens. Na resposta, ofício nº 122/71, ao Dr. Hipérides Ferreira de Melo, Chefe de gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, a diretora desaconselha a retirada dos móveis, valendo-se dos aspectos turísticos, funcionais e harmônicos que estes garantem à Biblioteca.

Uma breve passagem nos permite perceber que, ao menos para sua diretora, a biblioteca Pública do Estado, tombada em 1986, já era, naquela época, considerada Patrimônio Artístico e Histórico do Rio Grande do Sul.

*Igualmente a remoção de seus móveis e objetos de arte custará péssima repercussão, pois este prédio, embora necessitando de urgente restauração, é um patrimônio Artístico e Histórico do Rio Grande do Sul e a retirada de seus móveis e objetos artísticos quebrará a unidade estética tão cuidadosamente criada por seus restauradores (ofício nº 122/71).*

A preservação dos bens móveis pertencentes à Biblioteca Pública do Estado representa, portanto, um processo onde o Estado foi o principal agente na preservação. No entanto, a preservação só foi possível graças à ação de sua diretora, Juliana Viana da Rosa, que durante a década de 1970 garantiu a permanência de inúmeros móveis da biblioteca solicitados por outros espaços como o Palácio Piratini.

Outro aspecto relevante do processo foi a presença e a

utilização de fotografias para legitimar a importância dos móveis existentes na biblioteca. As imagens foram utilizadas para ilustrar e demonstrar a utilização dos mesmos.

Das treze fotografias presentes no processo de tombamento dos bens móveis pertencentes à Biblioteca Pública do Estado, destacaremos quatro: da sala de conferência, da sala de senhoras A e da sala de senhoras B e da secretaria. Com uma breve análise destas imagens acreditamos que conseguiremos demonstrar a importância de tratarmos as imagens mais do que mera ilustração nos textos referentes ao patrimônio. As demais imagens estarão presentes no anexo no fim do texto.

Georges Didi-Huberman nos explica que a imagem está condicionada ao tempo e que ao voltarmos no tempo da imagem com perguntas formuladas em nosso tempo estamos a fazer ao menos um anacronismo (Didi-Huberman, 2008, p.55). Cientes dessa possibilidade, não pretendemos compreender a totalidade do significado da imagem, buscaremos destacar elementos presentes nas imagens selecionadas que nos ajudem a realizar uma melhor interpretação do processo de tombamento como um todo, texto e imagem.

Como as imagens a que nos referimos são fotográficas, destacamos duas funções utilitárias dos processos fotográficos:

*[...] é uma fonte de notícia e um registro de documentos. Enquanto a primeira função não é prerrogativa exclusiva da fotografia, a segunda torna-se seu domínio privilegiado, pois só ela passa a fornecer um registro visual que possa ser usado como meio de estudo e análise (Fabris, 2006, p. 158).*

Ao mesmo tempo em que fragmenta o mundo, a fotografia pode ordená-lo, classificá-lo, produzir sentido e coerência (Ruillé, 2009, p. 101). Nesse sentido destacamos alguns aspectos presentes

nas quatro fotografias selecionadas, que segundo o processo de tombamento datam da década de 20, com exceção do recorte de jornal noticiando a abertura da Biblioteca após a restauração.

Nas fotografias escolhidas destacamos dois aspectos que nos ajudam a compreender como estas complementam o texto referente ao tombamento, ao contrário de um levantamento minucioso de todos os bens citados no processo, percebemos que as fotografias abraçam os diferentes bens, tendo obras de arte como elemento central ou em segundo plano. Também, percebemos, nas fotografias selecionadas, a ocupação do espaço por frequentadores e funcionários. Evidenciado o caráter funcional da Biblioteca, a ocupação do espaço, aparece na Carta de Atenas, de 1931, como uma das maneiras de assegurar a existência de um monumento, como atestam as fotografias da secretaria, da sala de senhoras A e da sala de senhoras B (FIGURAS 01 e 02).

Na Carta de Atenas existe uma recomendação referente aos usos dos monumentos, que assegurem a “continuidade de sua vida” e respeitem seu “caráter histórico e artístico”. As imagens presentes no processo de tombamento demonstram a ocupação do espaço, o que aparece também no ofício nº. 122/71. Até abril de 1971 a biblioteca recebera a visita de 197 pessoas, espaço ocupado, portanto, como atestam as fotografias, anteriores a esta data.

Na imagem da sala de conferencia (FIGURA 03) percebemos, no terceiro plano, o quadro de Antônio Parreiras, a Prisão de Tiradentes de 1914.

Segundo Maria Alice Milliet, no quadro “o que sobressai é a valentia de Tiradentes, qualidade tradicionalmente apreciada pelos gaúchos” (Milliet, 2001, p. 216). O quadro insere-se no mesmo contexto de valorização dos ideais positivistas, conforme sustenta o parecer nº. 06/90.

Figuras



**Figura 01**

A primeira fotografia retrata a sala de senhoras, demonstrando clara relação entre o uso do espaço, da biblioteca e do mobiliário, conferindo autenticidade ao texto do processo. Percebe-se, também, que as obras de arte destacadas no processo aparecem nas fotografias.



**Figura 02**

Algo semelhante acontece na imagem da secretaria, onde o trabalho é associado aos bens móveis, atestando a necessidade de conservação dos mesmos.



**Figura 03**

Das imagens selecionadas por nós nesse texto apenas uma delas não apresenta a relação homem espaço que atesta a funcionalidade da Biblioteca diretamente ligada aos seus bens móveis, no entanto outro elemento nos chama a atenção fotografia da sala de conferência onde o mobiliário e as obras de arte são vistas em seu conjunto, não são inventariadas separadamente e detalhadamente, é o todo que interessa ser preservado.

### **Considerações finais**

Conseguimos perceber que ao menos no processo de tombamento dos bens móveis pertencentes à Biblioteca Pública do Estado as imagens complementam o texto, e é com essa premissa que são anexadas ao processo, ou seja, com o intuito de legitimar o tombamento dos bens móveis e evidenciar seu uso e sua necessidade de preservação, portanto.

Sugere a Carta de Veneza, de 1964, quando prevê uso da fotografia na elaboração de uma documentação precisa e analítica ilustrada com fotografias (Carta De Veneza, 2004, p. 95). A carta de Veneza faz disposições quanto aos monumentos imóveis, porém nela também encontramos referências aos bens móveis “Art.8º os elementos de escultura, pintura ou decoração, que são parte integrante do monumento, não lhes podem ser retirados, a não ser que essa medida seja a única capaz de garantir sua preservação” (IPHAN, 2004, p. 93).

Ao menos nas fotografias presentes no processo de tombamento dos Bens Móveis pertencentes à Biblioteca Pública do Estado conseguimos constatar, tanto no texto como na imagem, a preocupação de associar o acervo artístico e mobiliário ao prédio já tombado em 1986, legitimando assim sua preservação e permanência nas dependências da Biblioteca.

A relevância deste processo para a preservação dos patrimônios no Estado do Rio Grande do Sul está no seu caráter singular no que tange a preocupação de sua diretora com a preservação dos bens, antes mesmo da preservação do próprio prédio e, posteriormente, a preservação da biblioteca, a relação entre o imóvel e os bens móveis, bem como a utilização de fotografias para a ilustração dessa relação de valorização.

## Referências Bibliográficas

- CATROGA, Fernando. Memória, História e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: UNESP. 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além do pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: *Memória e Patrimônio ensaios contemporâneos*. ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003 p.56-76.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.1997.
- GEDES, Tarcila. O Lado Doutor e o Gavião de penacho, Movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio histórico (SPHAN). São Paulo: Annablume. 2000.
- IPHAN. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- IPHAN. Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- TEDESCO, João Carlos. Nas Cercanias da Memória: Temporalidade Experiência e Narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- SOARES, André Luis Ramos. Santa Maria tem patrimônio? Discussões a respeito do poder e da memória na cidade. In: WEBER, Beatriz Teixeira e RIBEIRO, José Iran. (Orgs) *Nova História de Santa Maria: Contribuições Recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2010.
- Processo nº 897 de 1990; Tombamento dos Bens Móveis Pertencentes à Biblioteca Pública do Estado. – Porto Alegre
- Processo nº 1125/82 - Biblioteca Pública do Estado. – Porto Alegre

Recebido em: 25/06/2012

Aprovado em: 11/08/2012

Publicado em: 15/09/2012

## **Relatório da Intervenção de Restauo de um Leque Mandarin, Acervo do Museu Municipal Parque da Baronesa, Pelotas-RS**

Isabel Halfen da Costa Torino<sup>1</sup>

Andréa Lacerda Bachettini<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O presente relatório descreve as etapas de restauração de um leque chinês do século XIX, acervo do Museu Municipal Parque da Baronesa, localizado em Pelotas-RS. O trabalho observou as técnicas construtivas, a caracterização e o comportamento dos materiais constituintes da peça, concentrando-se na diversidade de matérias primas integradas neste objeto e suas interações no processo de restauo. A intenção deste estudo foi a de contribuir para a conservação e orientar para as práticas adequadas de recuperação de acervos desta tipologia para Pelotas e região.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Leque mandarin Restauo, Museu da Baronesa.*

---

**RÉSUMÉ:** Ce rapport décrit les étapes de restauration d'un éventail chinois du XIXe siècle, fonds du Musée Municipal Parc de la Baronne, situé à Pelotas, RS, Brésil. Ce travail a observé les techniques constructives, la caractérisation et le comportement des matériaux constituants de la pièce, en se concentrant dans la diversité de matières premières intégrées dans cet objet et ses interactions dans le procès de restauration. L'intention de cet étude a été de contribuer pour la conservation et de orienter pour les pratiques adéquates de récupération de fonds de cette typologie pour Pelotas et pour la région.

**MOTS-CLÉS:** *Éventail mandarin, Restauration, Musée de la Baronne.*

---

---

<sup>1</sup>Pós-graduanda do Curso de Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil. Bacharel em Conservação e Restauo de Bens Culturais Móveis pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil. Bacharel em Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Brasil.

<sup>2</sup> Professora Assistente do Departamento de Museologia e Conservação e Restauo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. Especialista em Conservação e restauração de Bens Culturais Móveis pelo Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (CECOR), Brasil, e pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (EBA/UFMG), Brasil. Especialista em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos pelo Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal de Pelotas (ILA/UFPel), Brasil. Bacharel em Pintura (ILA/UFPel),Brasil. Bacharel em Gravura (ILA/UFPel), Brasil.

## **Introdução**

Este texto é uma síntese do relatório de intervenção de restauro realizado em um leque chinês do século XIX, que pertence ao acervo do Museu Municipal Parque da Baronesa, localizado em Pelotas, RS. Neste trabalho<sup>3</sup>, buscou-se, a partir da caracterização das técnicas construtivas e do estudo sobre os materiais constituintes do leque e seus comportamentos entre si, responder de maneira favorável a um desafio complexo: o desenvolvimento de estratégias de intervenção eficientes e, ao mesmo tempo éticas, frente à escolha de materiais adequados e compatíveis com a composição diversa dos elementos constituintes desse objeto e os parâmetros ambientais locais. Para entender melhor a interação desses elementos, foi realizada pesquisa sobre os materiais constituintes do leque: madeira (varetas), laca (proteção das varetas), papel (folha do leque), seda (roupas dos mandarins) e marfim (cabeça dos mandarins).

Paralelamente, foi realizada pesquisa histórica sobre o leque como objeto, sua evolução desde a antiguidade até o século XX, seu papel como transmissor de mensagens, seus simbolismos e sua linguagem gestual e, ainda, pesquisa sobre os leques chineses, mais especificamente sobre o leque mandarim, também denominado “Leque das cem caras”<sup>4</sup>. Procurou-se contextualizar o leque mandarim abordando as marcas da China deixadas em nosso país por meio das relações sino-brasileiras durante o período colonial, quando o Brasil era rota comercial entre Portugal e suas colônias na Ásia. Esta pesquisa identificou-o como sendo produzido no Porto de Cantão, no Sul da China, por um tipo de leque que era

---

<sup>3</sup> O trabalho é fruto de monografia apresentada por Isabel Halfen da Costa Torino como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Conservação e Restauro de Bens Móveis da Universidade Federal de Pelotas, tendo como orientadora a professora Andréa Lacerda Bachettini.

<sup>4</sup> Este termo refere-se às carinhas de marfim dos mandarins, que podem chegar até cem em alguns exemplares.

confeccionado exclusivamente para exportação à Europa e continente americano, como fotografias ou cartões postais que se leva de recordação (Peres, 2009, p. 5). Devido a sua beleza, aliada ao seu baixo custo, essa tipologia era a mais apreciada no século XIX. A pesquisa bibliográfica permitiu situar o leque mandarim como produzido na primeira metade do século XIX pelo número de figuras representadas em sua folha, já que até 1820 eram utilizadas, para isso, no máximo 15 figuras na folha. A partir desse ano, começaram a aumentar gradativamente o número de figuras representadas, podendo chegar a cem (Weber, 1984, p. 49).

O processo de restauro, além de apoiar-se nas pesquisas acima citadas, fundamentou-se em exames, testes e análises laboratoriais visando a maior precisão para tratamento de restauração no leque mandarim.

### **Descrição do Leque Mandarin**

O leque restaurado está inserido na tipologia de folha dobrável, apresentando a folha dupla, em papel provavelmente finalizado por pintura à guache (Missão de Macau em Lisboa, 2009, p.48). Na parte frontal (FIGURA 01), há a representação de 30 figuras masculinas e femininas de mandarins, com pedaços de seda aplicados nas roupas e pequenos discos ovais de marfim no lugar das cabeças. Tanto a seda como o marfim possuem pinturas sobrepostas. As cores predominantes são verde, azul, amarelo, vermelho, branco e marrom. No verso da folha (FIGURA 02) toda pintada em vermelho, há uma pintura com motivos florais e borboletas em tons de branco, rosa, amarelo, azul, verde e marrom. A armação em madeira lacada é composta por 18 varetas e duas guardas, unidas na extremidade inferior por elo metálico e rebite com arremate em madrepérola. As varetas possuem tamanho diferenciado, crescendo da esquerda para a direita, tendo a última vareta da direita o dobro do tamanho da primeira vareta à esquerda. Em uma vareta interna, na parte exposta pelo dano, há uma inscrição em chinês, provavelmente indicativa de sua localização. As varetas em

ambos os lados têm pintura em motivos florais, borboletas e pássaros em dourado; na vareta mestre há a representação de um pássaro exótico. Este exemplar possui caixa em formato de leque, forrada de veludo e tampa de vidro, que segundo Peres (2009, p. 5) não é original: *“pois esses exemplares eram exportados para os mais diversos países do mundo, em caixas lacadas, forradas com papel de arroz ou seda pintada”*.



**Figura 01**

Frente do Leque Mandarin

Fonte: Acervo Pessoal



**Figura 02**

Verso do Leque Mandarin

Fonte: Acervo Pessoal

A cena é uma espécie de cerimônia de audiência ou encontro social entre mandarins. A figura que está confortavelmente sentada à esquerda, em uma varanda do pagode, provavelmente é o imperador, pois suas vestes são distintas e mais elaboradas, percebendo-se que a atenção da maioria dos integrantes da cena é concentrada em sua direção. Na China a cor amarela é considerada símbolo de poder supremo e, antigamente, só podia ser usada pelo imperador e membros da família imperial. Percebe-se que todas as mulheres foram pintadas com os pés minúsculos (FIGURA 03), conforme a tradição chinesa. Na cena, as pessoas que estão portando leques simbolizam um maior poder e distinção no grupo.



**Figura 03**

Figuras femininas representadas com pés minúsculos em relação às masculinas.

Fonte: Acervo Pessoal

### **Estado de Conservação**

Ao ser retirado (FIGURA 04) do Museu da Baronesa, além de sujidades generalizadas, a peça apresentava sinais de infestação por agentes biológicos (fungos). Inicialmente suspeitou-se de indícios de danos ocasionados por insetos xilófagos, mas, após exame mais detalhado com lupa de cabeça, constatou-se que os diversos

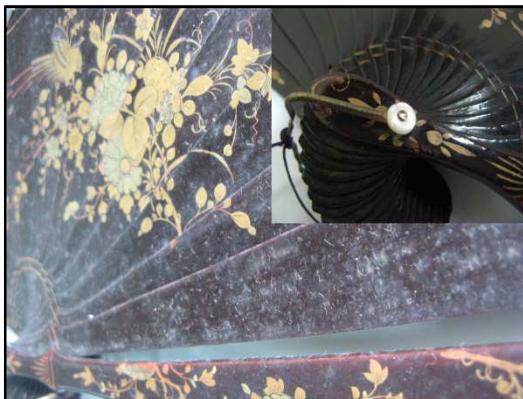
orifícios encontrados na folha do leque foram ocasionados por uma agulha de costura, já que a peça estava presa, costurada com linha ao fundo de sua caixa. As varetas possuíam manchas provocadas pelo mofo acumulado, sendo que as da frente apresentavam perda do brilho característico da laca (FIGURA 05), indicando um possível sinal de intervenção anterior. Havia partes faltantes e rasgos (FIGURA 06) na união entre a folha e o pescoço das varetas. Havia descolagem entre o papel e as costelas das varetas (FIGURA 07), assim como nos arremate das folhas. Estas patologias podiam ser observadas tanto na frente, quanto no verso do leque. Faltavam, ainda, duas carinhas de marfim e várias roupas de seda dos mandarins apresentavam descolamentos, desfiamentos e perda de suporte. O tecido que forra a caixa do leque estava fragilizado, soltando-se e apresentava desgaste e marcas de oxidação causada por pregos; o vidro estava quebrado.



**Figura 04**

Leque Mandarin ao ser retirado do Museu da Baronesa.

Fonte: Acervo Pessoal



**Figura 05**

Fungos e perda do brilho das varetas da frente em relação às varetas do verso (detalhe).

Fonte: Acervo Pessoal



**Figura 06**

Rasgos na folha de papel do leque.

Fonte: Acervo Pessoal



**Figura 07**

Papel descolado das varetas.

Fonte: Acervo Pessoal

### **Intervenções Anteriores**

Percebiam-se manchas de adesivos decorrentes da tentativa de colar as vestes de seda e alterações do brilho das varetas frontais, que poderiam ser atribuídas ao uso de algum solvente não compatível ou à limpeza excessiva. Além disso, a folha do leque foi perfurada por agulhas (FIGURA 08) ao ser costurado na caixa.



**Figura 08**

Folha de papel perfurada por agulhas.  
Fonte: Acervo Pessoal

### **Relatório das Intervenções Realizadas**

O processo de restauração do leque foi acompanhado por extenso levantamento fotográfico e registro de procedimentos de todas as etapas em ficha catalográfica.

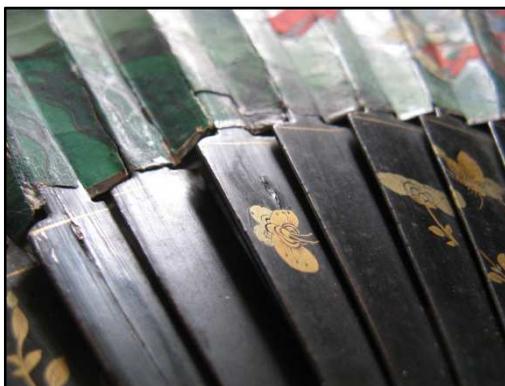
Imediatamente após retirado do Museu da Baronesa, o exemplar foi conduzido ao Laboratório do Curso de Conservação e Restauo de Bens Culturais Móveis da UFPel e colocado em container lacrado para desinfestação por atmosfera saturada, em solução de Timol a 10% em meio alcoólico. Foram colocados três potinhos com a solução, no fundo da caixa. Para isolar o leque do risco de contato direto com o líquido, foi colocado um estrado de pedaços de mármore com 10 cm de altura; sobre este estrado foi colocado um vidro que serviu de base para o objeto. Este vidro foi coberto com uma camada de TNT (tecido não tecido) e papel siliconado. O leque foi, então, acomodado, aberto, e coberto com papel siliconado. A caixa foi fechada e lacrada com fita crepe para evitar evaporação do produto químico. Depois de um período de 30 dias o leque foi retirado do container e exposto à ventilação para

amenizar o forte odor provocado pelo Timol. Em seguida, a sua caixa foi colocada no mesmo container, sofrendo processo idêntico de desinfestação por 30 dias.

Após dois dias de ventilação, o leque foi conduzido à higienização e limpeza. Em seguida, foram feitos, os primeiros exames organolépticos e testes microquímicos, que orientaram na escolha dos solventes e na estratégia de intervenção.

### **As Varetas**

Havia dois pontos com microfissuras (FIGURA 09), com risco de evoluir para uma fratura: um em cada vareta. Esses pontos foram consolidados com Primal B-60 A<sup>5</sup> e, após, planificados com pressão pontual por uma espátula térmica. A consolidação, além de reforçar a estrutura da vareta, contribui para diminuir o risco de migração de solventes durante a limpeza (Kleiner, 2005, p. 139).



**Figura 09**

Microfissuras nas varetas.

Fonte: Acervo pessoal

---

<sup>5</sup> Consolidante recomendado para o restauro de bens culturais. O produto foi diluído com água na proporção de na proporção de 3:1 em água deionizada e foi aplicado com seringa injetável.

Para a limpeza das varetas foi testada, inicialmente, a remoção com enzimas naturais. Notou-se que este produto retirava, além da sujeira, um pouco de tinta. Partiu-se para testes com outros produtos químicos. O primeiro deles, o álcool etílico, também retirava a tinta. Experimentou-se, então, o Varsol<sup>6</sup>, que limpou sem remover a tinta. No entanto, as manchas provocadas por agentes biológicos resistiram à limpeza. Percebeu-se que a alteração do brilho da laca nas varetas poderia ser resultado da fragilidade da camada de laca durante o processo de fabricação do leque; de intervenção anterior na tentativa de limpeza excessiva, como também, resultado de exposição a altos índices de iluminação por longo período, já que as varetas do verso do leque não apresentavam qualquer alteração. A última hipótese foi considerada a mais provável, levando-se em conta que na caixa onde o leque estava armazenado há marcas visíveis de oxidação do tecido por superexposição à iluminação.

A última intervenção nas varetas do leque mandarin consistiu na aplicação de duas camadas de Paraloid B-72<sup>7</sup> diluída na proporção de 5% em Xilol, somente na parte da frente do leque, onde havia alteração da laca. A medida visou além da proteção das varetas, o retorno do brilho original da laca chinesa (FIGURA 10).

---

<sup>6</sup> Nome comercial; mistura de hidrocarbonetos de petróleo. É um dos solventes menos tóxicos. Usado como diluente de certas resinas e aditivos para misturar com outros solventes.

<sup>7</sup> Resina de boa estabilidade/reversibilidade, que apresenta muito baixa reatividade com pigmentos sensíveis, é durável, não amarela, sendo compatível com diversos materiais.



**Figura 10**

Diferença visível na área já protegida com Paraloid B-72.

Fonte: Acervo Pessoal

### **Folha do Leque**

Durante o restauro da folha do leque, foi providenciada uma almofada de fibra de acrílico, em forma de triângulo, forrada com TNT<sup>8</sup> e, depois, isolada com papel siliconado. Tanto as folhas do leque como as varetas sofrem pressões dos dedos e instrumentos durante os procedimentos, que podem ser extremamente prejudiciais ao conjunto. Este suporte triangular preenche o vão entre as varetas, apoiando a estrutura. Os pingentes do leque foram envoltos em TNT para evitar o enredo dos fios de seda.

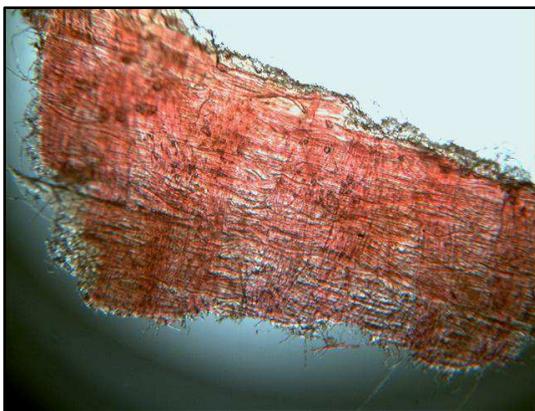
Visando conhecer melhor as características do papel empregado na confecção da folha do leque mandarim, buscou-se a colaboração do Laboratório de Análises da Engenharia Madeireira da UFPel. Uma pequena amostra dessa folha, que estava solta foi submetida à análise<sup>9</sup> morfológica de suas fibras (FIGURAS 11 E 12).

---

<sup>8</sup> Tecido classificado como um não tecido, pois não passa pelos processos dos demais tecidos, que são a fiação e a tecelagem.

<sup>9</sup> Para a visualização das fibras foi utilizado um microscópio óptico conectado a um microcomputador. O exame foi realizado pelo acadêmico em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis do ICH/UFPel, André Medeiros.

Os resultados não foram conclusivos, no entanto, pretende-se continuar com a investigação por meio de análises futuras.



**Figura 11**

Amostra de cor vermelha fotografada em microscópio óptico.

Fonte: André Medeiros



**Figura 12**

Fotografia através de microscópio óptico – aumento de 40x.

Fonte: André Medeiros

Uma medição com fita indicadora universal de pH foi feita no papel da folha do leque e durante o seu processo de higienização. Porém, o resultado classificado na escala 4 e, portanto, ácido, não foi considerado suficiente para a necessidade de uma desacidificação do papel. Após discussão de alternativas para diminuir essa acidez, considerou-se que o risco de utilizar produtos para esse fim seria desproporcional aos benefícios que essa ação traria.

Para a higienização da folha do leque usou-se apenas um pincel ultra macio, em virtude da fragilidade da peça e do seu estado delicado de conservação. Para a retirada da sujeira das carinhas dos mandarins, experimentou-se enzimas naturais. Percebeu-se que a tinta seria removida. Então, tentou-se o Varsol, que acabou por limpar a sujeira sem remover a tinta. As marcas de adesivos e manchas provocadas por intervenção anterior na colagem de algumas roupas dos mandarins, não foram retiradas por considerar-se essa operação arriscada.

As roupas de seda dos mandarins foram coladas com cola mista<sup>10</sup> aplicada com pincel nº zero embaixo das roupas (FIGURA 13). Após, sobre papel siliconado, exerceu-se pressão com pesos, realinhando fios com a sonda cirúrgica. Qualquer excesso de adesivo foi imediatamente removido para evitar manchas no papel. Os discos de marfim que estavam soltando foram consolidados com o mesmo tipo de adesivo.

---

<sup>10</sup> A cola mista é um preparado em que se adicionou à metilcelulose diluída na proporção de 3% em água deionizada, quantidade suficiente de PVA marca comercial Lineco, até se obter o ponto desejado. Apesar de o PVA ser um adesivo mais forte, a sua associação com a metilcelulose implica na reversibilidade do adesivo final.



**Figura 13**

Detalhe recolagem da roupa de seda.

Fonte: Acervo Pessoal

Na consolidação de rasgos, enxertos e obturações na folha do leque foi utilizado o papel japonês<sup>11</sup> de gramatura baixa para não interferir na leitura estética da obra. Este material, apesar da aparente fragilidade pela aparência translúcida, possui boa resistência e flexibilidade, sendo considerado o ideal para intervenções de restauro. Nas obturações iniciou-se pelos pontos menores, seguindo-se em seguida para as zonas maiores, utilizando a polpa do papel japonês. Nos enxertos (FIGURA 14), inicialmente utilizou-se pequenos pedaços de papel para a consolidação, mas logo se percebeu que o comportamento das fibras e a aparência final obtinham melhor resultado com a mesma polpa de papel usada nas obturações.

---

<sup>11</sup> Os papéis utilizados para a intervenção na folha foram os papéis japoneses Kamino natural, gramatura 6 e o Maruishi natural gramatura 9, obtidos por processo manual e com utilização de fibras vegetais muito longas, feitos folha à folha, com ingredientes estáveis, de alta qualidade. Disponível em: <http://www.worldpaper.com.br/main/washi.asp> dia 05/11/2012 às 16h.



**Figura 14**

Enxertos nas bordas.

Fonte: Acervo Pessoal

As perdas da fita de arremate da folha do leque foram preenchidas com papel japonês, rasgado em tiras finas e fixadas com cola mista. Em algumas lacunas menores e mais difíceis de serem trabalhadas, utilizou-se também a polpa de papel pelo melhor efeito visual que ela proporcionava.

Em busca de maiores informações sobre os elementos presentes na composição da folha do leque mandarim, contou-se com a colaboração do Laboratório do Centro de Tecnologia e Engenharia de Materiais da Universidade Federal de Pelotas para análises de uma amostra<sup>12</sup> do papel da folha do leque, que continha as cores verde e preta, utilizando um espectrômetro por energia dispersiva. A fluorescência de raios X (EDXRF) é uma técnica de análise não destrutiva, que determina qualitativamente e quantitativamente os elementos presentes na amostra, embora apresente limitações, não conseguindo detectar elementos orgânicos. Mesmo assim, associando os resultados obtidos ao uso característico de alguns pigmentos nesta tipologia de leques de

---

<sup>12</sup> Essa parte estava solta dentro da embalagem do leque.

acordo com a bibliografia consultada, foi possível deduzir a presença de alguns pigmentos no leque mandarim, como arsênio (As) e cobre (Cu), indicativos da presença do pigmento verde esmeralda (Peres, 2009, p.12), do elemento chumbo (Pb), indicando a presença do pigmento branco de chumbo (Viñas, 2010, p. 108) e do elemento mercúrio (Hg), como pigmento *vermillion* ou vermelho da China (Weber, 1984, p. 42).

Embora a bibliografia indicasse para o guache ou aquarela, não se tinha certeza sobre a tinta utilizada na folha do leque. Viñas (2010, p. 86) afirma que essas duas tintas são muito similares, compostas por pigmentos aglutinados com gomas vegetais, podendo, em algumas ocasiões, ser muito difícil de distinguir entre uma técnica e outra. Decidiu-se, então, pelo uso da aquarela para reintegração das lacunas na folha do leque mandarim. As cores usadas foram marrom, vermelha, azul, verde, branca e preta. Nas zonas maiores foi aplicada primeiramente uma aguada em tom mais baixo. Após, foi utilizada a técnica do pontilhismo (FIGURA 15) nas demais regiões. Terminada a reintegração cromática, a folha do leque recebeu aplicação de cola mista, aplicada com pincel (FIGURA 16), para maior proteção da superfície da folha e dos pontos mais fragilizados. Durante essa aplicação, as varetas foram protegidas com filme de PVC.



**Figura 15**

Reintegração da técnica do pontilhismo.

Fonte: Acervo Pessoal



**Figura 16**

Aplicação de cola mista na folha do leque.

Fonte: Acervo Pessoal

Após finalizado o processo de restauro era necessário pensar no armazenamento do leque mandarim. Resolveu-se que ele deveria ser acondicionado na posição aberta, pois ficou evidente que não suportaria mais ser submetido a sucessivos movimentos de abrir e fechar. Embora restaurado, seu estado era, ainda, delicado

devido à fragilidade das dobras e à perda da sua camada de tinta. A solução econômica e, ao mesmo tempo segura, foi confeccionar uma embalagem de papel neutro para o acondicionamento do leque na reserva técnica do Museu da Baronesa (FIGURA 17). No fundo da caixa, sob o vão das varetas, foi colocada almofada para acomodar o leque e diminuir a tensão do conjunto. A caixa que acompanhava o leque teve seu vidro trocado por outro de maior espessura, sendo recomendado seu uso somente durante exposições temporárias no Museu da Baronesa.



**Figura 17**

Restauração finalizada, com o leque em caixa de acondicionamento.

Fonte: Acervo Pessoal

## **Considerações Finais**

Considerando-se que o objetivo desse trabalho era a recuperação física, estrutural e estética do leque mandarim, avalia-se como positivo o resultado alcançado. Durante todo o processo de restauro, além de apoiar-se no resultado de pesquisa sobre as técnicas construtivas, os materiais componentes do leque e seus comportamentos, buscou-se o uso de produtos inócuos, que apresentassem boa interação entre si e com o conjunto, satisfazendo, assim, o princípio da utilização mínima de materiais em uma intervenção.

As decisões durante todo o processo de restauro levaram em consideração, também, que cada caso deve ser estudado em particular, respeitando as especificidades de cada material. As ações foram baseadas nos princípios das teorias clássicas, que estabelecem os preceitos da mínima intervenção e da reversibilidade, valorizando os tratamentos conservativos frente aos restaurativos e, também, nos preceitos das teorias contemporâneas, que valorizam, entre outros, o princípio da sustentabilidade na conservação/restauração como forma de garantir a continuidade dos processos conservativos.

Como um objeto que possui um repertório repleto de significados, a intervenção de restauro desse leque cumpriu sua meta de preservação de um bem cultural, reforçando sua função de suporte de memória dentro do acervo do Museu Municipal Parque da Baronesa.

### **Referências Bibliográficas**

- BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 7ª edição, v. 2, 1985.
- KLEINER, Liliane Massschelein. Os solventes. In: *Restauração Ciência e Arte*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ; Iphan, 2005. p. 21-171.
- LEITE, José Roberto Teixeira. A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras. Campinas: Ed. Unicamp. 1999.
- MISSÃO DE MACAU EM LISBOA. Da folha de palmeira à peça de museu - O leque chinês. Lisboa: Ministério da Cultura, 1999.
- PERES, Andreia Santos. Um segredo bem guardado: Leques mandarin-caracterização material e conservação. 2009. Dissertação (mestrado Conservação e Restauo) Faculdade de Ciências e Tecnologia- Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- RONDON, Ana. Conservação e Restauração de Pintura Sobre madeira. In: *Conservação e Restauo*. Rio de Janeiro. Editora Rio. 2003. p. 51-72.
- SOUZA, Luis Antônio Cruz; FRONER, YACY-ARA. Reconhecimento de materiais que compõem acervos. In: *Tópicos em Conservação Preventiva*. Belo Horizonte-MG. 2008. Disponível em: <http://www.lacior.org/demu/pdf/caderno4.pdf>. Acesso em 12/09/2012.
- VIÑAS, Salvador Muñoz. La Restauración del papel. Madrid: Editorial Tecnos, 2010.
- VIÑAS, Salvador Muñoz. Teoría contemporánea de la Restauración. Madrid: Editorial Síntesis, 2010
- WEBBER, Pauline. The Conservation of Fans. *The Paper conservation*. Inglaterra, v. 8, p. 40-58, 1984. Disponível em: [http://web.mac.com/elandbas/papier\\_sem-3/waaiers\\_files/IPC%2084%2003.pdf](http://web.mac.com/elandbas/papier_sem-3/waaiers_files/IPC%2084%2003.pdf). Acesso em 04/11/2012.

Recebido em: 21/06/2012  
Aprovado em: 15/08/2012  
Publicado em: 15/09/2012

**Primeira Jornada de Diversidade Sexual**  
**Universidade Federal de Pelotas.**  
**Pelotas, 16 e 17 de novembro de 2011**

Fábio Vergara Cerqueira<sup>1</sup>  
Anderson Cruz Nunes<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O relatório informa das atividades da Primeira Jornada de Diversidade Sexual, atividade oficial do Instituto de Ciências Humanas da UFPel, apresentando: sua proposta e metodologia de organização; programação; participação do público; repercussão e desdobramentos; avaliação do evento e considerações finais.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Sexualidade, Diversidade, Homoerotismo.*

---

**ABSTRACT:** The report informs the activities of the First Journey of Sexual Diversity, official activity of the Institute of Humanities of the Federal University of Pelotas, exposing: the proposal and methodology of organization; the program; the participation of the public; the repercussion and consequences; evaluation and final considerations.

**KEY-WORDS:** *Sexuality, Diversity, Homoerotism*

---

## Introdução

A Primeira Jornada da Diversidade Sexual foi realizada nos dias 16 e 17 de novembro de 2011, no Auditório do Instituto de Ciências Humanas da UFPel, como uma promoção oficial deste instituto e do Departamento de História (FIGURA 01). Contou ainda com o apoio do Laboratório de Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/UFPel), do Programa de Pós-graduação em História

---

<sup>1</sup>Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Brasil. Doutor em Antropologia Social. Professor do Doutorado e Mestrado em Memória e Patrimônio e do Mestrado em História.

<sup>2</sup>Acadêmico do Curso de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil. Bolsista de Extensão (PROBEC/UFPel) do projeto Núcleo de Pesquisa Sobre Diversidade Sexual.

(ICH/UFPeI), do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (ICH/UFPeI) e do PET Diversidade e Tolerância (ICH/UFPeI).

### **A proposta de jornada e a metodologia de organização**

A proposta da jornada foi fomentar o debate acadêmico sobre o tema da diversidade sexual, em uma perspectiva inter e multidisciplinar, englobando tanto enfoques intelectuais quanto expressões artísticas, querendo ainda estimular a pesquisa acadêmica nas várias áreas de conhecimento.

A programação da jornada, em coerência com sua proposta interdisciplinar, contou com a participação de professores e acadêmicos, da UFPEL e FURG, representando diversas áreas de conhecimento, tais como: Antropologia, Arqueologia, Biologia, Ciências Sociais, Cinema, Dança, Direito, Educação, Educação Física, História, Literatura, Teatro e Turismo.

O objetivo foi criar um espaço aberto para conversar-se sobre o tema. Para que os interessados pelo assunto trouxessem suas ideias e compartilhassem o ambiente de uma sociedade plural e democrática. Estávamos cientes de que, ao contribuirmos para divulgar e aprofundar o conhecimento sobre o tema, estávamos usando a nossa principal arma contra o preconceito, a intolerância, a violência e a discriminação.

Para alcançar estes objetivos, foi definida uma metodologia para a produção e realização do evento. A coordenação do evento convidou professores e estudantes de diferentes áreas para proporem contribuições à jornada. Na fase inicial dos contatos, não foram estipuladas as formas específicas de participação, para que pudéssemos deixar fluir livremente o interesse dos potenciais colaboradores. Desde o início, o evento foi concebido levando-se em conta o necessário foco multidisciplinar do tema e a possibilidade de abordagens sob formas diversas de linguagem.

Seguindo esta dinâmica de organização aberta do evento, foram feitos contatos com alunos e professores até o dia 19 de agosto de 2011, por meio de divulgação em redes sociais, e ou contatos pessoais, alicerçados em redes preexistentes de interessados pelo tema. O professor Fábio Vergara Cerqueira encarregou-se dos contatos com docentes da UFPel, enquanto o acadêmico de História Anderson Nunes ocupou-se dos contatos com os discentes. A programação foi incrementada com colaborações de pesquisadores e estudantes de outras instituições (FURG) e de outros estados (São Paulo), como será pormenorizado abaixo, ao apresentarmos a programação.

Os interessados tiveram prazo até o dia 22 de setembro para encaminhar as suas propostas (formato e tema), prazo que foi estendido até o final de outubro, por solicitação dos mesmos e pelo interesse da organização em garantir um painel multidisciplinar de apresentações.

Deste modo, chegamos a uma programação que incluía conferências de abertura e encerramento (1 hora), mesas-redondas com palestrantes convidados (30 a 40 minutos) e comunicações por inscrição (15 a 20 minutos). O objetivo das apresentações foi trazer uma reflexão acadêmica sobre algum tema relativo à diversidade sexual. Não havia necessidade de que as apresentações fossem resultado de uma pesquisa concluída. Estimulou-se o caráter de um debate aberto. Paralelamente, foi proposta a realização de atividades culturais, de caráter contemplativo ou interativo.

Ao longo da organização do evento, foi mobilizada uma equipe de trabalho, formada por acadêmicos do curso de História, que foram responsáveis por vários aspectos da produção e realização do evento.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> A equipe de apoio foi composta pelos seguintes acadêmicos do Curso de História: Caroline Dutra Bilhalva, Fabíola Souza, Gabriela Brum Rosselli, Magale Alves Duarte, Mauricio da Couto Guerreiro, Pedro Henrique Jordão e Suéllen de Medeiros Cortes.

## A programação

Valorizando a perspectiva multidisciplinar, as conferências representaram áreas bem distintas no estudo da sexualidade, o Direito e a Arqueologia, que, a partir de ângulos distintos, porém complementares, fomentaram debates profícuos sobre a homossexualidade na sociedade contemporânea.

A proposta da Jornada da Diversidade Sexual, como exposto anteriormente, foi ensejar o debate acadêmico sobre as mais diversas formas de manifestações da sexualidade e este objetivo estava associado ao debate já existente na sociedade, o qual se refletiu na fala dos nossos dois conferencistas.

Em junho de 2011, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu por unanimidade aprovar legalmente a união homoafetiva, uma conquista sem dúvida dos direitos da comunidade LGBT. Comemorada pelos movimentos sociais e inúmeros casais homoafetivos, a nova decisão trouxe dúvidas e, portanto, se fizeram necessários esclarecimentos sobre o direito conquistado, e foi nesta perspectiva que a professora do curso de Direito da FURG, Dra. Maria Claudia Crespo Brauner, veio a contribuir com o evento.

Na conferência de abertura e com o trabalho intitulado “A emergência da família homoparental no Direito brasileiro”, a pesquisadora expôs as mudanças causadas pela histórica decisão do STF, assim como respondeu dúvidas dos ouvintes presentes, iniciando, assim, algo que seria uma característica de todo o evento: o diálogo aberto e simétrico entre palestrantes e público. Conforme as palavras da conferencista:

*O reconhecimento do status familiar atribuído às uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo já é realidade no cenário jurídico brasileiro, fazendo emergir, como consectário, o direito de constituir vínculos de filiação, seja por meio da adoção, ou*

*pele recurso às modernas tecnologias reprodutivas. A aceitação dos filhos do casal homossexual representa um momento importante para o Direito, anunciando a possibilidade de revisão das bases das relações de parentesco em nossa sociedade e enaltecendo a importância do projeto parental e do afeto como suportes para a construção das relações de filiação.*

A política de restrição do exército americano iniciada nos anos 1990, conhecida como “Don’t Ask, Don’t Tell”, que proíbe a revelação da orientação sexual não “hétero” nas forças armadas americanas, tomou conta da mídia e foi alvo de protestos dos movimentos sociais. Todo processo da revogação dessa lei, assinado pelo presidente Barack Obama em 2010, bem como as diferentes visões sobre tal decisão, de pessoas ou grupos favoráveis ou contrários a ela, tiveram atenção da mídia internacional e foram assunto de intenso debate não só nos Estados Unidos como em outros países, inclusive no Brasil.

Atendendo esta demanda, o arqueólogo Renato Pinto (UFPE) ministrou a conferência de encerramento da jornada. Na sua fala, o pesquisador fomentou uma reflexão acerca das diferenças que demarcam as construções ideológicas das práticas homossexuais nos meios militares, do passado e do presente, do Império romano ao exército estadunidense.<sup>4</sup> O arqueólogo sintetiza sua abordagem com as seguintes palavras:

*Ao invés de procurarmos pelas continuidades entre as normas militares romanas e estadunidenses a respeito da*

---

<sup>4</sup> Conferir publicação do *paper*, no dossiê “Homoerostimo e diversidade”, na revista *Métis. História e Cultura*. (UCS): <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1348/1078>.

*presença de homossexuais entre suas fileiras, poderia ser útil uma breve reflexão (com o uso de fontes escritas antigas e textos jornalísticos modernos) sobre as diferenças que demarcam as construções ideológicas das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo nos meios militares do passado e do presente.*

A tônica das palestras foi igualmente diversa. A fala do Prof. Paulo Possamai trouxe um importante balanço da historiografia sobre o homoerotismo (FIGURA 02). O recorte estabelecido, sem a pretensão de esgotar o tema ou apresentar uma síntese totalizante, permitiu um panorama abrangente, pontuando tendências de pesquisa, sobre diferentes épocas, e feitas por diferentes escolas, ao longo das últimas décadas. Conforme palavras do palestrante:

*À primeira vista, o levantamento mostra o grande número de livros que enfoca o homoerotismo no mundo greco-romano. Os autores buscam compreender a sexualidade dos antigos através da análise da documentação e, mais recentemente, através de grafites e imagens. Encontramos menos trabalhos sobre o assunto enfocando a Idade Média e a Idade Moderna, embora contemos entre eles com estudos fundamentais. Sobre o Brasil temos vários trabalhos sobre o período colonial da autoria de Luiz Mott, e o já clássico Devassos no Paraíso, de João Silvério Trevisan.*

Fábio Vergara Cerqueira, um dos coordenadores do evento, levou aos ouvintes uma análise de uma das antinomias centrais nas ideologias sexuais de ontem e de hoje, a antinomia efeminação/virilidade. Tecendo uma linha de argumentação que fluiu entre o ontem e o hoje, a Modernidade e a Antiguidade, o Brasil e a Grécia antiga, o autor procurou “desnaturalizar” conceitos “naturalizados” no campo da sexualidade, apresentando uma visão crítica com relação a uma boa parte da historiografia sobre a homossexualidade na História Antiga. Em sua apresentação, o palestrante questionou o modelo passivo/ativo como paradigma excludente das práticas homoeróticas aceitas na Grécia antiga. Acusou ainda este modelo como sendo um estratagemas da ideologia sexual do século XIX, para superar o dilema da sexualidade grega, a qual gerava um impasse para o reconhecimento da Grécia como “berço do Ocidente”, e, portanto, como modelo de civilização e, por conseguinte, legítimo colonizador do planeta.<sup>5</sup>

A historiadora Lorena Almeida Gill, de sua parte, apresentou a proposta do “PET Diversidade e Tolerância”, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da UFPel. Trabalhando diretamente contra os preconceitos, o grupo não aborda apenas aqueles ligados à diversidade sexual, mas abrange também outras discriminações, como as de etnia, gênero, estética e peso, bem como aquelas ligadas a práticas populares (como as das benzeduras). Os integrantes do PET, através de inúmeras atividades, conforme relatou a professora, buscam sensibilizar os estudantes frente ao tema dos preconceitos, provocando debates e reflexões:

*Diversidade e tolerância são duas temáticas que deveriam se entrelaçar, mas, no mais das vezes, as diferenças provocam o contrário, ou seja, são*

---

<sup>5</sup> Texto publicado no dossiê “Homoerostimo e diversidade”, na revista *Métis. História e Cultura*. (Universidade de Caxias do Sul): <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1367/1080>.

*estimulados os preconceitos no ambiente escolar, no trabalho, nas comunidades, no campo das relações econômicas e sociais. O grupo, através de diversas atividades, as quais serão apresentadas nesta jornada, tem buscado contribuir para melhorar a qualificação de estudantes, que ao debaterem os temas propostos, refletem sobre o seu próprio papel na sociedade, ao mesmo tempo em que realizam projetos com vistas a transformar a realidade social.*

Neste sentido, a homofobia, tema tratado de forma ainda muito tímida nas escolas, é um dos tópicos desenvolvidos e combatidos nos estudos e ações do PET Diversidade e Tolerância.

Com o mesmo foco, o historiador Jean Baptista relatou a experiência institucional da FURG nesta seara, apresentando o COMUF, que é um programa da área de extensão, voltado às comunidades riograndinas, que visa a desenvolver ações afirmativas voltadas a grupos discriminados socialmente. Especificamente no caso do preconceito sexual, o grupo tem como foco a estratégia política da visibilidade, efetuando, inclusive junto à instituição, políticas específicas direcionadas a apoiar os estudantes identificados com diferentes expressões sexuais não heterossexuais. O palestrante reportou alguns dos resultados já alcançados:

*No que diz respeito à comunidade GLBT, entre 2010 e 2011 o grupo criou a disciplina de História da Homofobia, realizou um ato público ao confeccionar em coletivo com a comunidade uma bandeira da diversidade no dia 28 de junho e formou o primeiro coletivo LGBT da*

*universidade, hoje um coletivo composto por universitários e professores de distintos cursos.*

Por fim, numa palestra enérgica, intitulada “O preconceito é careta”, eivada de um elevado nível de criticidade com relação aos preconceitos alimentados pela religiosidade, o músico e ator Paulo Gaiger, professor do Curso de Teatro da UFPel, enriqueceu o debate sobre concepções ideológicas presentes na negação e afirmação da diversidade sexual. Em sua fala, trouxe à tona um dos conflitos centrais no Ocidente, do Medievo à Contemporaneidade, o embate entre fé cristã e razão, dois componentes estruturantes da identidade ocidental. A contundência de seus argumentos pode ser verificada na agudeza de sua crítica:

*O preconceito tem sua origem na ausência de reflexão e de conhecimento, fenômeno que bebe das heranças e tradições, do sentido comum que perpassa gerações, do conforto da ignorância e, ao mesmo tempo, da molúria em saber e pensar. Mas, sobretudo, tem na religião e, especialmente, no cristianismo, a seiva que o nutre e o mantém avivado. Do preconceito derivam a discriminação, a violência, em suas formas das mais brutas a invisíveis, e a cegueira criminosa contra as diferenças e a diversidade sexual. Nesse sentido, agir sob a sempre irracionalidade do preconceito é assumir-se bronco, estúpido e, obviamente, careta.*

A programação contemplou ainda comunicações, que trouxeram a público estudos e reflexões feitos por estudantes da

UFPel e da FURG, com abordagens bastante variadas, com contribuições de estudantes, de graduação e pós-graduação, representando diversas áreas de conhecimento. Vejamos a seguir alguns exemplos.

Martirene Botão Pedroso e Vanessa Soares Pedroso, estudantes de Ciências Sociais da FURG, na comunicação “Homossexualidade. Um movimento para chamar de seu”, trouxeram uma abordagem sociológica, enfocando relações de poder da linguagem e dos discursos, recorrendo a autores como Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Karl Marx, Max Weber, Sigmund Freud, entre outros.

A historiadora Geza Carús Guedes, mestranda em História na UFPel, apresentou um estudo na interface entre História e Literatura. A comunicação, intitulada “A mulher homossexual nos romances de Sarah Waters”, trouxe resultados parciais de pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa Caixa de Pandora. Nesta comunicação, ela propõe uma análise da representação da mulher homossexual londrina do século XIX, na literatura inglesa moderna, em romances produzidos entre 1998 e 2002, que apresentam um novo olhar sobre a mulher homossexual e a sua relação com o espaço, seus conflitos e conquistas.

O estudo apresentado por Everton Lessa da Silva, por sua vez, deslocou o foco para o cinema, como indica o título da sua fala: “Homossexualidade na tela: uma análise de filmes que trataram das relações GLBT na cinematografia nas últimas décadas do século XX e início do século XXI”. A questão do corpo foi trazida por Diego Ebling do Nascimento, mestrando em Educação Física pela UFPel, na comunicação “Memórias, práticas corporais e homossexualidades”, cujo conteúdo foi sintetizado pelo próprio autor:

*O presente estudo objetivará narrar as memórias que jovens homossexuais possuem das práticas corporais que vivenciaram dentro da escola (nas aulas de*

*Educação Física; nos recreios, nos projetos extraclases). Além disso, buscaremos analisar as diversas maneiras com que foram abordadas as questões relacionadas às orientações sexuais nas práticas corporais escolares. O público estudado será compreendido por jovens que cursaram o terceiro e o quarto ciclos do ensino fundamental após a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Temas Transversais, Educação Sexual (1998) que, atualmente, se assumem como homossexuais.*

Leonardo Cardozo Vieira, biólogo e mestrando em Educação, aponta a necessidade de incorporar, na agenda dos cursos de graduação, o tema da diversidade sexual, dando espaço a que os temas do homoerotismo e homofobia sejam objeto de reflexão e debates acadêmicos.

Ampliando o leque da interdisciplinaridade, a turismóloga Fernanda Pinho Bilhalva, graduada pela UFPel, indicou, na comunicação “Importância da diversidade para o desenvolvimento e olhar turístico da cidade de Pelotas”, o quanto a cidade perde por não desenvolver uma política de atração de turistas gays, uma vez que ela se constitui, neste quesito, um produto turístico já elaborado, pela fama que carrega. A autora mostra como aquilo que é usado de forma pejorativa, pode ser positivado, primeiro atacando o preconceito, segundo, ao mesmo tempo, desenvolvendo o turismo, que pode ser uma importante ferramenta

*(...) para fortalecer o respeito à diversidade sexual, tendo como objetivos específicos proporcionar um novo olhar turístico para Pelotas, minimizar as*

*barreiras da comunidade local com o público GLBT, e por fim estabelecer alguns atributos de lazer a esse grupo que é tão discriminado e que abrange alto potencial turístico.*

Na mesma linha da palestra do prof. Paulo Possamai, que trouxe um balanço da historiografia dedicada ao tema, a comunicação de Anderson Nunes, acadêmico de História e um dos organizadores do evento, dedicou-se a fazer um apanhado contextualizado da produção recente, em dissertações e teses das áreas humanísticas e sociais, referente ao tema da homofobia.<sup>6</sup>

A diversidade não se limitou à sexualidade, aos temas, às disciplinas, mas incluiu também as linguagens e sistemas de pensamento. A programação, deste modo, incorporou atividades culturais, não no sentido de uma atividade apenas lúdica ou para “abrilhantar” o evento, como de praxe, mas para aprofundar a discussão por meio de outras linguagens e experiências, inclusive a experiência do corpo.

Assim contamos com a encenação de um trecho da obra de Oscar Wilde, pelo Núcleo de Teatro da UFPel (PREC/DART), sob coordenação do professor Adriano Moraes. O espetáculo apresentou uma adaptação da carta de Oscar Wilde, “Epístula: in Carcere el Vinculis”.<sup>7</sup> (FIGURA 03)

---

<sup>6</sup> Conferir publicação, no dossiê “Homoerostimo e diversidade”, na revista *Métis. História e Cultura*. (Universidade de Caxias do Sul):

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1341/1075>.

<sup>7</sup> Conferir publicação, no dossiê “Homoerostimo e diversidade”, na revista *Métis. História e Cultura*. (Universidade de Caxias do Sul):

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1690/1082>.

## **Participação do público**

A jornada contou com um público de 118 inscritos, provenientes das três principais universidades da região: UFPel, FURG e UCPel. Os participantes acompanharam as diferentes atividades, e mantiveram um intenso nível de envolvimento, inclusive nas atividades culturais. As comunicações e palestras suscitaram várias manifestações da plateia, estabelecendo-se uma troca bastante dinâmica.

Entre os inscritos, havia estudantes de duas dezenas de cursos de nossa universidade, com a participação de praticamente todos os cursos das áreas humanísticas, sociais e artísticas. Isto demonstra o quanto a temática da diversidade sexual toca áreas muito diversas, e o quanto existe um potencial para consolidar um espaço de fomento à pesquisa sobre a temática, em perspectiva multidisciplinar. Conforme nossos registros inscreveram-se acadêmicos provenientes dos seguintes cursos:

1. Administração,
2. Antropologia,
3. Arqueologia,
4. Artes Visuais,
5. Ciências Sociais,
6. Conservação e Restauro.
7. Dança,
8. Design Digital,
9. Direito,
10. Educação,
11. Educação Física,
12. Filosofia,
13. Geografia,
14. História,
15. Letras,
16. Música,

17. Pedagogia,
18. Química,
19. Teatro,
20. Turismo,
21. Zootecnia,

### Repercussões do evento

Foi preocupação dos organizadores que a jornada não se esgotasse em sua realização, de sorte que foram tomadas duas medidas, com o fito de trabalhar a repercussão do evento. A primeira foi garantir a publicação de palestras e conferências, em periódico científico de circulação eletrônica; a segunda, a constituição de um projeto de extensão permanente, que pudesse avançar sobre a pesquisa e reverberações do tema no plano educativo e extensionista, além de tornar a jornada uma atividade regular.

Assim, foi proposta à revista *Métis. História e Cultura*, da Universidade de Caxias do Sul, a publicação de um dossiê intitulado “Homoerotismo e Diversidade”. O dossiê, organizado por Fábio Vergara Cerqueira e Renato Pinto, foi publicado no vol. 10, n. 20 (jul./dez. 2011), que veio a público em final de 2012, com um total de 14 artigos dedicados ao tema, dos quais 6 textos resultantes de *papers* apresentados durante a jornada. O dossiê pode ser acessado no site da revista:

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/99/showToc>

A criação do Núcleo de Pesquisa sobre Diversidade Sexual, projeto de extensão coordenador pelo Prof. Dr. Aristeu Lopes, foi uma das repercussões do evento que gostaríamos de destacar, uma vez que passou a constituir um espaço de longa duração, para o desenvolvimento de pesquisas e fomento de debates e ações relativos ao tema da diversidade sexual.

Quando de sua criação, em início de 2012, o grupo contou ainda com os seguintes integrantes: os professores Fábio Vergara Cerqueira, Paulo Possamai e Alessandra Gasparotto; os estudantes Anderson Nunes, Pedro Henrique Jordão, Gabriela Rosselli, Nadine Mello, da graduação em História, e Geza Carus Guedes, do mestrado em História. Ao longo do ano de 2012, o projeto contou com uma Bolsa de Extensão (PROBEC/UFPEL), que permitiu ao acadêmico Anderson Nunes dedicar-se com afinco a várias atividades planejadas.

Conforme o planejamento do Núcleo de Pesquisa sobre a Diversidade Sexual, o cenário gay pelotense foi escolhido como foco inicial de pesquisa, sobretudo o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980. Entre os objetivos do núcleo, incluem-se as ações educativas, tais como cursos de capacitação de educadores e atividades para sensibilização de educandos, e a realização de eventos, como a Jornada da Diversidade Sexual, cuja segunda edição ocorrerá em 2013, bem como diálogos informais sobre temas variados relacionados à diversidade sexual. Uma das preocupações, do ponto de vista político, é o combate à homofobia no ambiente escolar, daí a parceria com o Laboratório de Ensino de História.

Nesse sentido, foram realizadas algumas ações, como a presença na mídia, participando em programas da Rádio Com e da TV UCPEL, ou o desenvolvimento de ações na própria escola. A primeira experiência em ambiente escolar, que para nós assume caráter de uma experiência piloto, se deu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha, a convite da professora Vanessa dos Santos Lemos. Consistiu em um diálogo aberto com professores e funcionários da escola. O convite foi motivado por dificuldades que a instituição vinha enfrentando com relação a manifestações homoafetivas por parte de alunos. Por meio de uma conversa bem descontraída, porém muito eficiente, analisamos estudos e intervenções feitas sobre a temática e discutimos as políticas públicas destinadas à comunidade LGBT. Aproveitamos

para refletirmos sobre nossos próprios pensamentos e ações frente o momento social que vivemos hoje, marcado pela quebra de alguns preconceitos arraigados.

### Avaliação

Para efeito de avaliação da jornada, reproduzimos aqui as opiniões de dois participantes, a vice-diretora do ICH, Profa. Lorena Almeida Gill, coordenadora do PET Diversidade e Tolerância, e o arqueólogo Renato Pinto, professor de História Antiga da Universidade Federal do Pernambuco, pesquisador especializado em teoria *queer* e estudos sobre homoerotismo e diversidade, no plano da historiografia, arqueologia e debate político contemporâneo.

Lorena Gill ressalta a importância do evento para a instituição:

*A primeira Jornada da Diversidade Sexual realizada no ICH/UFPel, no ano de 2011, constituiu-se como um espaço importante de discussão. Além de ser uma atividade pioneira no âmbito do Instituto, procurou agregar e mobilizar diferentes grupos preocupados com a temática.*

*Tenho certeza que a segunda jornada proporcionará debates ainda mais intensos, possibilitando diferentes formas de expressão da diversidade e da tolerância, tão importantes na sociedade atual.*

Renato Pinto, ressaltando a relevância de promoção do evento em seu contexto regional, destaca o quanto os debates com seriedade acadêmica podem contribuir para combater os discursos

opressores e homofóbicos, que são destituídos de qualquer embasamento científico.

*A ideia de promover uma Jornada da Diversidade Sexual na Universidade Federal de Pelotas vem ao encontro de outras iniciativas acadêmicas nacionais e internacionais que buscam o estudo e a difusão de debates sociais prementes na atualidade. Todavia, tal empresa não corre o risco de se delir em meio a outros projetos análogos: nasceu com o anseio de apresentar ao público acadêmico e comunitário do sul do país o valor da diversidade sexual humana e de denunciar os abusos da normatização dos comportamentos sociais. Mantém, assim, luz própria, ao mesmo tempo em que contribui para ampliar a abrangência territorial dos movimentos libertários no Brasil. No momento em que grupos minoritários angariam maior espaço e voz para lutar, com afinco, por seus direitos à plena cidadania e pelo reconhecimento político de suas especificidades, iniciativas de escol como a da Jornada alavancam a desconstrução de discursos opressores, desprovidos que são de qualquer fundamentação ética ou científica.*

Renato Pinto valoriza ainda o caráter multidisciplinar da jornada, que colabora para o ambiente de pluralismo, em que devem avançar os debates e políticas comprometidos com os direitos à diversidade sexual.

*Ao tomar como arrazoado maior o reconhecimento da diversidade sexual enquanto um patrimônio cultural a ser respeitado e valorizado, a Jornada, outrossim, dá vazão à pluralidade ao reunir estudiosos de distintas áreas do conhecimento, que convergiram na defesa de uma existência social mais justa e igualitária para todos e todas no Brasil. Com a participação de especialistas nas áreas do Direito, Turismo, da História, Arqueologia, e das Artes Cênicas, o evento fomenta o amplo debate em torno da luta contra o preconceito e a exclusão social de indivíduos e grupos que ainda se veem destituídos de seus mais básicos direitos, como o da constituição de uma família reconhecida e amparada pela lei, ou do acesso digno ao emprego e à educação. Considero a concepção e os frutos da Jornada da Diversidade Sexual merecedores de grande louvor, e deixo votos para que seja a primeira de muitas outras jornadas da diversidade sexual humana no país. Ademais, da mesma forma, os organizadores e patrocinadores do evento devem ser congratulados pelo empenho e evidente sucesso na condução e realização do evento. Parabéns a todos e todas, e muito sucesso em novas empreitadas semelhantes!*

## **Considerações finais**

A realização da Jornada da Diversidade Sexual, em 2011, além do debate suscitado pelo próprio evento, configurou um importante momento de discussão sobre o tema, como atividade oficial do Instituto de Ciências Humanas, propondo um debate aberto, que integrasse áreas de conhecimento e fizesse interagir dimensões referentes às políticas públicas e temas de pesquisa associados. Abordou, inclusive, objetos de pesquisa referentes a diferentes culturas e épocas, garantindo um foco universalista. A publicação de alguns textos apresentados, no dossiê “Homoerotismo e diversidade”, na revista *Métis* (UCS), assegurou uma ampla divulgação de conteúdos debatidos. A criação, em 2012, do Núcleo de Pesquisa sobre Diversidade Sexual, como projeto de extensão permanente, oficializa este espaço para fomentar a cultura da tolerância frente à diversidade sexual, prevendo a realização de projetos de pesquisa, eventos de atualização, e ações educativas. O próximo passo, para dar sequência, será a realização da II Jornada da Diversidade Sexual, em junho de 2013.



**Figura 1**

Discurso da Vice-Diretora do Instituto de Ciências Humanas da UFPel, Profa. Dra. Lorena Almeida Gill, na cerimônia de abertura do evento, quando caracterizou o evento como atividade a integrar o

calendário oficial da unidade, pela importância do debate suscitado, para as questões da tolerância e diversidade cultural.



**Figura 2**

Prof. Paulo Possamai, chefe do Departamento de História da UFPel, discorrendo sobre o tema do homoerotismo na historiografia.



**Figura 3**

Interpretação teatral da carta de Oscar Wilde, “Epístula: in Carcere el Vinculis” (*De Profundis*), a cargo do Núcleo de Teatro da UFPel (PREC/DART), sob orientação do professor Adriano Moraes, pelo ator Maurício da Rosa Rodrigues.

Recebido em: 28/06/2012  
Aprovado em: 25/08/2012  
Publicado em: 15/09/2012